



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

INSTITUTO DE ECONOMIA

FELIPE MIGUEL SAVEGNAGO MARTINS

**A ECONOMIA POLÍTICA DA *PERESTROIKA*: AS
REFORMAS DO SOCIALISMO SOVIÉTICO**

**Campinas
2022**



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

INSTITUTO DE ECONOMIA

FELIPE MIGUEL SAVEGNAGO MARTINS

**A ECONOMIA POLÍTICA DA *PERESTROIKA*: AS
REFORMAS DO SOCIALISMO SOVIÉTICO**

Prof. Dr. Alex Wilhans Antonio Palludeto – orientador

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Econômicas do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas para obtenção do título de Mestre em Ciências Econômicas.

**ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À VERSÃO FINAL
DA DISSERTAÇÃO DEFENDIDA PELO ALUNO
FELIPE MIGUEL SAVEGNAGO MARTINS E
ORIENTADO PELO PROF. DR. ALEX WILHANS
ANTONIO PALLUDETO.**

**Campinas
2022**

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Economia
Luana Araujo de Lima - CRB 8/9706

M366e Martins, Felipe Miguel Savegnago, 1997-
A economia política da *perestroika* : as reformas do socialismo soviético /
Felipe Miguel Savegnago Martins. – Campinas, SP : [s.n.], 2022.

Orientador: Alex Wilhans Antonio Palludeto.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de
Economia.

1. Gorbatchev, Mikhail Sergueievitch, 1931-. 2. Planejamento econômico.
3. Socialismo. 4. Perestroika. 5. União Soviética - Política econômica
- 1985-1991. I. Palludeto, Alex Wilhans Antonio, 1986-. II. Universidade
Estadual de Campinas. Instituto de Economia. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: The political economy of *perestroika* : the reforms of soviet
socialism

Palavras-chave em inglês:

Gorbatchev, Mikhail Sergueievitch, 1931-

Economic planning

Socialism

Perestroika

Soviet Union - Economic policy - 1985-1991

Área de concentração: Ciências Econômicas

Títuloção: Mestre em Ciências Econômicas

Banca examinadora:

Alex Wilhans Antonio Palludeto [Orientador]

Bruno Martarello de Conti

Numa Mazat

Data de defesa: 20-04-2022

Programa de Pós-Graduação: Ciências Econômicas

Identificação e informações acadêmicas do(a) aluno(a)

- ORCID do autor: <https://orcid.org/0000-0003-0163-4403>

- Currículo Lattes do autor: <http://lattes.cnpq.br/5639836268060248>



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ECONOMIA

FELIPE MIGUEL SAVEGNAGO MARTINS

**A ECONOMIA POLÍTICA DA *PERESTROIKA*: AS
REFORMAS DO SOCIALISMO SOVIÉTICO**

Prof. Dr. Alex Wilhans Antonio Palludeto – orientador

Defendida em 20/04/2022

COMISSÃO JULGADORA

Prof. Dr. Alex Wilhans Antonio Palludeto - PRESIDENTE
Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)

Prof. Dr. Bruno Martarello de Conti
Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)

Prof. Dr. Numa Mazat
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

A Ata de Defesa, assinada pelos membros da
Comissão Examinadora, consta no processo de vida
acadêmica do aluno.

DEDICATÓRIA

*Para meus pais, Marlei Aparecida Savegnago
Martins e Belchior de Castro Martins*

AGRADECIMENTOS

Os primeiros agradecimentos são direcionados à minha família, meus pais (Belchior e Marlei) e minhas irmãs mais velhas (Carolina e Camila), cujo apoio foi, é e sempre será imprescindível para que eu continue concretizando o grande sonho de me tornar professor.

Em seguida, a todos os meus amigos que contribuíram para esse projeto, mesmo que de maneira indireta. Os laços construídos ao longo desses últimos 2 anos foram fundamentais para que esta pesquisa fosse possível.

Aos meus professores do Instituto de Economia da Unicamp, cujos ensinamentos sempre levarei para a minha vida.

Não menos importante, ao meu orientador Alex que sempre se mostrou aberto e disposto a me ajudar sempre que solicitado, além de se tratar de uma pessoa extremamente inteligente. Não há dúvidas de que foi peça-chave nesta dissertação.

Esta pesquisa também é direcionada aos grandes estudiosos e autores do marxismo que, de uma maneira ou outra, dedicaram-se a uma causa revolucionária, já que não basta apenas interpretar o mundo, mas também modificá-lo.

Por fim, ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) por fomentar o vasto campo de pesquisa no Brasil (inclusive a que aqui está). Não há Brasil sem povo brasileiro e, sem dúvidas, sem uma educação de qualidade.

RESUMO

Em dezembro de 2021, concretizou-se trinta anos da dissolução formal da maior experiência socialista do século passado – introduzindo diversos aspectos para consolidar uma nova forma de sociedade, contrapondo-se à capitalista, baseada na socialização da riqueza e da política, como a planificação econômica, o pleno emprego, entre outros –, a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Dentro desse contexto, a proposta da pesquisa consiste em analisar os últimos anos do bloco soviético e, mais especificamente, o período Gorbachev (1985-1991). Especificamente, este estudo se volta às medidas político-econômicas implementadas no governo do ex-secretário geral do Partido Comunista da União Soviética (PCUS), Mikhail Gorbachev. Sob o pretexto de que a URSS deveria reformular o seu socialismo, os seus impactos transcenderam as antigas fronteiras do bloco soviético, impactando todo o planeta e ganhando, inclusive, simpatia do Ocidente, ainda que sua imagem e legitimação política se deterioravam internamente ao longo dos anos devido à falta de resultados concretos. Nessa direção, buscar-se-á identificar e avaliar os principais condicionantes econômicos e políticos estruturais que culminaram na tomada de medidas conhecidas mundialmente por *perestroika* (reestruturação), além de sintetizar como se deu a evolução desse conjunto de políticas – considerando um contexto específico de transição socialista – ao longo do período Gorbachev, quais foram seus resultados concretos e sobretudo apontar as múltiplas causas responsáveis pelo fim da URSS.

Palavras-chave: Gorbachev, Mikhail Sergueievitch, 1931-; Planejamento econômico; Socialismo; Perestroika; União Soviética - Política econômica - 1985-1991.

ABSTRACT

In December 2021, thirty years of the formal dissolution of the greatest socialist experiment of the last century took place – introducing several aspects to consolidate a new form of society, in opposition to the capitalist one, based on the socialization of wealth and politics, such as social planning, economy, full employment, among others – the Union of Soviet Socialist Republics (USSR). Within this context, the research proposal is to analyze the last years of the Soviet bloc and, more specifically, the Gorbachev period (1985-1991). Specifically, this study focuses on the political-economic measures implemented in the government of the former General Secretary of the Communist Party of the Soviet Union (CPSU), Mikhail Gorbachev. Under the pretext that the USSR should reformulate its socialism, its impacts transcended the former borders of the Soviet bloc, impacting the entire planet and even gaining sympathy from the West, even though his image and political legitimacy deteriorated internally over the Years due to the lack of concrete results. In this direction, it will seek to identify and evaluate the main structural economic and political constraints that culminated in the taking of measures known worldwide as *perestroika* (restructuring), in addition to synthesizing how this set of policies evolved - considering a specific context of socialist transition – throughout the Gorbachev period, what were its concrete results and above all to point out the multiple causes responsible for the end of the USSR.

Keywords: Gorbachev, Mikhail Sergueievitch, 1931-; Economic planning; Socialism; Perestroika; Soviet Union - Economic policy - 1985-1991.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Divisão da produção industrial global	53
Tabela 2 – Evolução da população empregada por setor (1913-1940)	54
Tabela 3 – Composição das pautas exportadora e importadora soviéticas em 1980 e 1985	63
Tabela 4 – Taxa média de crescimento da produção industrial ao ano	65
Tabela 5 – Composição dos investimentos estatais em capital na produção, por tipo de projeto (em % do total)	87
Tabela 6 – Evolução do índice de preços (1970 = 100)	101
Tabela 7 – Evolução das construções soviéticas ao longo da <i>perestroika</i>	104
Tabela 8 – Balanço de pagamentos, em moedas não-conversíveis, com os países socialistas entre 1980 e 1989 (em milhões de rublos)	109
Tabela 9 – Balanço de pagamentos em moeda conversível entre 1985 e 1989 (em milhões de rublos)	110

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Desempenho industrial e agropecuário (índice: 1913 = 100)	54
Gráfico 2 – Produção, exportação e cotação internacional do petróleo	69
Gráfico 3 – Taxa de crescimento do Produto Material Líquido e do Produto Interno Bruto (1929-1991)	73
Gráfico 4 – Taxa de crescimento anual dos lucros totais, salários, outras remunerações e produtividade do trabalho	95
Gráfico 5 – Receitas orçamentárias totais e as provenientes das empresas estatais (em % do PIB)	96
Gráfico 6 – Evolução do orçamento do governo soviético, em % do PIB (1980-1990)	100
Gráfico 7 – Evolução do orçamento do governo e da poupança da população (em % do PIB)	106

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEEE	Comitê Estatal para o Estado de Emergência
CPD	Congresso dos Deputados do Povo
COMECON	Conselho para Assistência Econômica Mútua (<i>Council for Mutual Economic Assistance</i>)
EUA	Estados Unidos da América
FMI	Fundo Monetário Internacional
GOELRO	Comissão Estatal de Eletrificação da Rússia (<i>Gosudarstvennaya komissiya po elektrifikatsii Rossii</i>)
Gosbank	Banco Estatal (<i>Gosudarstvenny bank</i>)
Gosplan	Comissão Estatal de Planejamento (<i>Gosudarstvennyy Planovyy Komitet</i>)
Gospriemka	Comitê Estatal para Controle de Qualidade (<i>Gosudarstvennyy komitet po kontrolyu kachestva</i>)
KGB	Comitê de Segurança do Estado (<i>Komitet Gosudarstvennoi Bezopasnosti</i>)
LEE	Lei sobre a Empresa Estatal
LSC	Lei sobre as Cooperativas
NEP	Nova Política Econômica
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PCUS	Partido Comunista da União Soviética
P&D	Pesquisa e Desenvolvimento
PIB	Produto Interno Bruto
PML	Produto Material Líquido
SALT 1	Conversações sobre Limites para Armas Estratégicas 1 (<i>Strategic Arms Limitation Talks 1</i>)
SALT 2	Conversações sobre Limites para Armas Estratégicas 2 (<i>Strategic Arms Limitation Talks 2</i>)
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
VESENKHA	Conselho Superior de Economia Nacional (<i>Vysshiy soviet narodnogo khozyaystva</i>)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO 1 – NOTAS SOBRE PLANIFICAÇÃO ECONÔMICA SOB O SOCIALISMO E A PROBLEMÁTICA DA TRANSIÇÃO SOCIALISTA	16
1.1. A planificação econômica sob o socialismo	16
1.1.1. Diferenciações iniciais e particularidades da planificação econômica sob o socialismo	16
1.1.2. Caminhos do desenvolvimento econômico sob o socialismo	20
1.1.3. A dialética da planificação: contradições, edificação e desafios	24
1.1.4. O mercado na sociedade socialista: fuga de princípios?	27
1.2. A problemática da transição socialista	29
1.2.1 As fases da sociedade comunista a partir de Marx	32
1.2.1.1. A primeira fase da sociedade comunista e “a superação das dores do parto”	32
1.2.1.2 A segunda fase da sociedade comunista: a “abundância racionalizada”	35
1.2.2 A transição socialista na Rússia: a possibilidade de transição socialista no elo mais fraco da cadeia	36
CAPÍTULO 2 – OS ANTECEDENTES DO GOVERNO GORBACHEV (1917-1985)	40
2.1. Vladimir Lênin: o comunismo de guerra e a Nova Política Econômica (NEP)	41
2.1.1. Comunismo de guerra: excepcionalidades e introdução à planificação	41
2.2.1. Nova Política Econômica (NEP) e os debates da transição socialista	44
2.2.1.1. Nova Política Econômica (NEP)	44
2.2.1.2. Debates da transição socialista na década de 1920	47
2.2. Josef Stálin: a edificação do socialismo soviético e os primeiros planos quinquenais	49
2.2.1. Os primeiros planos quinquenais e os resultados gerais da industrialização soviética	50
2.3. Nikita Krushev: reformas e coexistência pacífica	55
2.4. Leonid Brejnev: estagnação e soberania limitada	59
CAPÍTULO 3 – A UNIÃO SOVIÉTICA SOB MIKHAIL GORBACHEV (1985-1991)	64
3.1. <i>Perestroika</i> : problemas econômicos herdados	64
3.1.1. Arrefecimento da dinâmica econômica a nível mundial	65
3.1.2. A questão do petróleo e a escassez de divisas na década de 1980	66
3.1.3. Esgotamento do modelo extensivo de crescimento	69

3.1.4. A estrutura dos investimentos soviéticos e a problemática dos desencadeamentos setoriais	76
3.1.5. Relação contraditória entre apropriação e distribuição do excedente econômico sob o socialismo soviético	77
3.2. Definição da <i>perestroika</i> enquanto caminho à edificação do socialismo	79
3.2.1. <i>Perestroika</i> : reforma ou revolução?	81
3.2.2. A <i>perestroika</i> e a reconfiguração entre Estado e mercado sob o socialismo	82
3.3. <i>Perestroika</i> propriamente dita: primeiros momentos, política externa, disputas políticas, esvaziamento de conteúdo e desdobramentos	85
3.3.1. Campanhas iniciais (1985-1987) – primeiros momentos da <i>perestroika</i>	86
3.3.1.1. Campanha de reequipamento da indústria soviética	86
3.3.1.2. Reforço do controle de qualidade	88
3.3.1.3. Estímulo do fator humano	89
3.3.1.4. Campanha antiálcool	90
3.3.1.5. Meios para clarificar o papel do setor privado na economia soviética	91
3.3.2. Segunda fase da <i>perestroika</i> (1988-1989) – novas medidas, debates e desdobramentos	92
3.3.2.1. A Lei sobre a Empresa Estatal (LEE) – (1988)	92
3.3.2.2. A Lei sobre as Cooperativas (LSC) – segunda metade de 1988	97
3.3.2.3. A problemática do déficit público	99
3.3.3. Política externa da <i>perestroika</i> e suas consequências	107
3.3.4. <i>Glasnost</i> : de estratégia auxiliar a carro-chefe de Gorbachev	111
3.3.5. A questão das nacionalidades e os erros de condução de Gorbachev	118
3.4. Revolução passiva de tipo I: ascensão de Bóris Yéltsin, decadência de Mikhail Gorbachev e o fim da União Soviética (1990-1991)	120
3.4.1. Reforma Pavlov: o golpe econômico final	123
3.4.2. O Tratado da União: o golpe político final	126
CONSIDERAÇÕES FINAIS	128
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	132

INTRODUÇÃO

Em 2021, completou-se 30 anos da dissolução da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), quando Mikhail Gorbachev (1985-1991) renunciou ao cargo de presidente do bloco soviético. No século passado, a União Soviética representou a mais importante experiência socialista, introduzindo diversas estruturas para consolidar uma nova forma de sociedade, baseadas na socialização da riqueza e da política, como a planificação econômica, pleno emprego, sistemas universais de saúde e educação, entre outros, contrapondo-se à capitalista e cujo objetivo era superá-la.

Sendo um dos grandes acontecimentos do século passado, estudar as experiências socialistas se mostra gradativamente mais relevante, haja vista o crescimento da instabilidade econômica sob o modo de produção capitalista – liderado pelas finanças, por assim dizer –, *pari passu* com a elevação das desigualdades sociais em grande parte dos países – sejam eles centrais ou localizados na periferia.

Talvez a história da experiência soviética, à luz dos tempos atuais, possa servir de reflexão às futuras transformações socioeconômicas, transmitindo a ideia de que o capitalismo não é “o fim da história” – até porque a história não é um processo linear, contínuo e isento de contradições – e uma nova forma de sociabilidade, diferente da guiada pelo capital, seja necessária e possível. E, apesar dos problemas apresentados pela experiência soviética, houve grandes conquistas científico-tecnológicas provenientes da URSS – como aquelas relacionadas à corrida espacial – e socioeconômicas que, para muitos países capitalistas, ainda constituem uma distante realidade.

Este estudo se volta às medidas econômicas e políticas implementadas no governo de Mikhail Gorbachev no contexto de grandes desafios político-econômicos a serem enfrentados pela URSS. A superação de obstáculos concretos, além de ideológicos – como o dogmatismo referente à relutância em reformar profundamente o sistema socioeconômico soviético –, exigiria dos planejadores uma adaptação àqueles tempos, como a realização de transformações que aglutinassem os processos de globalização e financeirização levados à cabo sobretudo no último quarto do século passado, sem contar a internalização da tecnologia proveniente da Terceira Revolução Industrial, levando em consideração a transição para um novo modelo de crescimento econômico devido ao esgotamento do engendrado no período stalinista.

Nessa direção, buscar-se-á identificar e avaliar os principais condicionantes político-econômicos causadores dessas medidas – cujo pretexto era aperfeiçoar o socialismo,

conhecidas mundialmente por *perestroika* –, sintetizando como se deu a evolução desse conjunto de políticas ao longo do período Gorbachev, seus resultados e elementos de ruptura e continuidade com a construção do socialismo até então realizada, de modo que se identifique até que ponto – e momento histórico – a *perestroika* poderia se inserir dentro do contexto de transição socialista.

A pesquisa, além desta breve introdução, inclui três capítulos, mais as considerações finais. O primeiro engloba notas teóricas no tocante ao processo de transição socialista e à planificação econômica sob o socialismo, a fim de esboçar uma matriz analítica capaz de apoiar as análises concretas do desenvolvimento do socialismo soviético, abrangendo erros, acertos, contradições e desafios. O capítulo subsequente realiza uma breve recapitulação do desenvolvimento socioeconômico soviético desde os seus primórdios até 1985, destacando os principais elementos políticos e econômicos – cujo enfoque nas reformas econômicas se mostra crucial, pois as mudanças futuras são condicionadas pelas passadas, ainda que o êxito daquelas dependam de outros fatores conjunturais –, além das relações internacionais em cada contexto histórico específico. Por fim, o último capítulo será destinado à análise minuciosa das políticas implementadas por Mikhail Gorbachev, detalhando as trajetórias e as relações macroestruturais – entre consumo, preços, investimento, déficit público, entre outros – dentro do contexto de aperfeiçoamento do socialismo.

1. CAPÍTULO 1 – NOTAS SOBRE PLANIFICAÇÃO ECONÔMICA SOB O SOCIALISMO E A PROBLEMÁTICA DA TRANSIÇÃO SOCIALISTA

1.1. A planificação econômica sob o socialismo

Todas as experiências socialistas tiveram na planificação, em maior ou menor grau, um elemento primordial ao desenvolvimento socioeconômico; o objetivo central seria, no longo prazo, eliminar a anarquia de mercado – exacerbada pela concorrência intercapitalista, culminando nos processos de concentração e centralização da renda e da riqueza – e, conseqüentemente, aniquilar uma das contradições fundamentais do modo de produção capitalista: o caráter social de produção e a sua apropriação privada por parte dos capitalistas. A produção social seria, pois, destinada ao atendimento das necessidades humanas – em seu sentido amplo¹.

1.1.1. Diferenciações iniciais e particularidades da planificação econômica sob o socialismo

Em linhas gerais, a análise da utilização da planificação será sob o prisma instrumental capaz de viabilizar a socialização da riqueza, além da alocação de recursos à promoção de um rápido processo de industrialização nos primeiros anos da União Soviética². Miglioli (1983) aponta a URSS como a pioneira na implementação sistemática do planejamento econômico. Ao longo dos anos, com a sua consolidação e a emergência de processos revolucionários e de emancipação colonial, a planificação soviética serviu de exemplo para essas realidades. Pode-se dizer que a planificação econômica configura como característica inerente ao processo de transição socialista – porém não é exclusiva ao socialismo³.

Ainda que possa existir planificação sob o capitalismo, não se trata de uma característica intrínseca a este sistema socioeconômico – em outras palavras, a planificação não é institucionalizada à vida econômica de maneira sistemática e alçada ao centro da reprodução

¹ Lange (1981, p. 98) sugere, para fins de simplificação, utilizar a grandeza escalar da renda nacional como critério para a maximização das necessidades humanas. Sabe-se que a sua maximização, por si só, não significa muito no sentido de distribuição de renda, na qualidade dos sistemas públicos de saúde e educação, entre outros.

² “The CPE [Centrally Planned Economy] that emerged after the victory of communists in Russia and later in China was a reaction to the rise of income inequalities under wild, unconstrained capitalism.” (POPOV, 2014, p. 55).

³ Diversas economias capitalistas durante períodos de guerra se utilizaram da planificação como forma de alocação de recursos aos conflitos. O processo posterior de reconstrução econômica mundial, sobretudo europeia, na segunda metade da década passada teve a planificação como instrumento-chave para a retomada da dinâmica econômica capitalista. Não menos relevante, países da periferia capitalista, como o próprio Brasil, utilizaram-se da planificação econômica à edificação de suas respectivas indústrias.

socioeconômica, tal como na transição socialista –, haja vista que “[...] não pode modificar fundamentalmente as condições de reprodução e da distribuição, pois deixa imodificáveis as mesmas relações de produção e, portanto, de apropriação.” (BETTELHEIM, 1976, p. 10).

Uma diferenciação que se deve fazer entre os termos planificação e mercado é que o primeiro se refere à alocação de recursos *ex-ante*, enquanto que o outro engloba as alocações realizadas *ex-post*. Dessa forma, “O planejamento não é sinônimo de ‘perfeita’ alocação de recursos, nem de alocação ‘científica’, nem de uma alocação ‘mais humana’.”, podendo existir “[...] um planejamento ‘despótico’ e um planejamento ‘democrático’[...]”, ou até mesmo “[...] um planejamento ‘racional’ e um planejamento ‘irracional’.” (MANDEL, 1991, p. 17-18).

Ademais, o debate acerca da planificação sob o socialismo não é circunscrito somente por autores marxistas, haja vista a contribuição dos representantes da escola austríaca – Friedrich Hayek e Ludwig Von Mises – para o assunto. Von Mises (2012 [1920]), por exemplo, aponta para a impossibilidade da existência do cálculo econômico no socialismo devido à inexistência, entre outras coisas, de um mercado de meios de produção sob o socialismo. Porém, Mandel (1991) rebate este ponto – ainda que não estivesse, nesta obra, argumentando sobre Mises – dizendo que, mesmo sob o modo de produção capitalista, grande parte dos meios de produção – máquinas e equipamentos, além de bens intermediários – são feitos sob encomenda, isto é, dispensando-se os mecanismos de mercado para a alocação de recursos.

Deve-se observar que as revoluções socialistas emergiram em realidades particulares e sob circunstâncias distintas – como, por exemplo, Rússia e China. No entanto, Oskar Lange (1988, p. 11) aponta que: “A revolução socialista ocorreu em países que tinham uma situação histórica particular. Eles eram subdesenvolvidos, e o modelo capitalista clássico não era viável, apesar de existir algum grau de industrialização em moldes capitalistas⁴.”

Lange (1981, p. 95) comenta que a planificação econômica, no que concerne aos seus objetivos sob o socialismo, foi implementada em duas situações particulares: em momentos de reconstrução econômica, onde as nações “[...] foram completamente destruídas pela guerra, por contendas civis e pela ocupação nazista.”⁵ e também para atingir “[...] objetivos de

⁴ A perspectiva de desenvolvimento ao autor é claramente pautada pelo grau de industrialização auferida pelos países; sabe-se que esse conceito se transformou ao longo dos anos. De qualquer forma, Lange (1988) se atenta em diferenciar “os modelos de desenvolvimento econômico”, a saber: capitalista, socialista e nacional-revolucionário.

⁵ Como nos casos dos regimes socialistas do Leste Europeu.

desenvolvimento econômico [...] de um lado, a industrialização e, de outro lado, a modernização da agricultura.”.

As deficiências destes países estavam concentradas, sobretudo, no baixo ou estagnado nível de produtividade do trabalho, impedindo a geração de excedente econômico suficiente para a industrialização. Lange (1988) aponta três maneiras principais – interdependentes – para elevá-la e assim desencadear o processo de industrialização, a saber: utilização de parte do excedente para investimento produtivo – segundo o autor, a mais importante entre elas, pois o investimento deve promover transformações qualitativas na estrutura socioeconômica e viabilizar a socialização da riqueza –, avanços no progresso técnico e melhorias nas organizações das atividades econômicas.

O modelo socialista de desenvolvimento econômico se diferencia do capitalista pelas formas que superam os obstáculos à elevação da produtividade e viabilizam o crescimento do excedente – para fins de investimento. Uma primeira distinção se refere à “[...] estatização das indústrias, do comércio, das finanças, dos meios de transporte que existiam em moldes capitalistas, e a criação, sobre essa base, de um setor socialista da economia⁶.” (*ibidem*, p. 11). A reforma agrária, cuja finalidade concentra-se na abolição das relações feudais de produção e do desenvolvimento produção agrícola – pois a agricultura nesses países ainda era assentada em pequenas escalas, como no caso da Rússia czarista –, elevando a geração de excedente para fins de investimento, também foi designada pelo autor como processo comum a todas experiências socialistas⁷. A acumulação de excedente econômico para fins de investimento seria, respectivamente, oriunda do reinvestimento dos lucros do setor estatizado e da entrega – compulsória ou não – de recursos pelos camponeses, além de déficit orçamentário, taxações e empréstimos em seus sentidos amplos⁸; seria, grosso modo, o processo de internalização do setor de bens de capital para um crescimento mais autossustentado da emergente economia socialista.

Bettelheim (1976), nesse sentido, discorre que uma planificação socialista só terá condições de edificação caso se respeitem alguns pré-requisitos – mesmo que não de forma

⁶ Isto é, designado à socialização da riqueza.

⁷ Porém, não quer dizer que todas as experiências socialistas tinham como pressuposto relações feudais. O mais relevante neste ponto é destacar a pequena escala de produção que, evidentemente, poderia estar assentada em moldes capitalistas.

⁸ Lange (1981, p. 112) também cita a mobilização de poupanças privadas à execução de investimentos em escalas consideráveis, ainda que seja um método menos predominante nas economias socialistas.

simultânea –, tais como a própria criação de um setor socialista, cujo domínio dos meios de produção e de troca estarão nas mãos da sociedade – em geral, mas não necessariamente, sob a forma de propriedade estatal –, além de uma institucionalidade que permita o cumprimento dos objetivos estabelecidos a cada período histórico, favorecendo a participação dos trabalhadores – isso dependerá das interconexões orgânicas entre poder político, planejadores em geral e massas populares – na elaboração, coordenação e execução dos planos econômicos; respectivamente, trata-se de condições objetivas e subjetivas para o desenvolvimento socioeconômico.

A propriedade social dos meios de produção em si mesma não garante *a priori* o futuro sucesso da socialização da riqueza. Bettelheim (*ibidem*, p. 25) salienta pela necessidade de se atentar pelos aspectos econômicos e também jurídicos de todo o processo de transformação das propriedades sob o contexto de transição socialista, isto é, as relações entre desenvolvimento das forças produtivas e relações de produção:

[...] a organização interna do setor socialista só é eficaz se o *poder jurídico* de dispor de certos meios de produção ou de certos produtos coincide com a *capacidade efetiva de dispor* com pleno conhecimento de causa desses meios de produção e desses produtos. Essa eficácia supõe a coincidência do *sujeito jurídico* como o *sujeito econômico*.

Em outras palavras, as situações cujo desenvolvimento das forças produtivas é suficientemente avançado – e, conseqüentemente, são situações onde os meios de produção e o mercado estão relativamente concentrados, o que facilita a planificação da produção e distribuição de bens e serviços – tornam o processo de socialização da riqueza menos penoso do que, por exemplo, em conjunturas onde há dispersão de pequenos empreendimentos cujas forças produtivas engendrarão apenas limitados processos de socialização da riqueza e haverá dificuldades maiores para a planificação. Mészáros (2011, p. 739) resume a questão da seguinte forma:

[...] em contraste com as tentações de seguir as demandas da ‘pequena propriedade’, a adoção do objetivo econômico global de ‘construir a produção em larga escala’ significava embarcar no curso necessário e correto [da construção do socialismo]. Contudo, se a produção em larga escala é sem dúvida um pré-requisito material necessário para o sucesso do desenvolvimento socialista, certamente não é ‘a garantia da vitória do comunismo’.

Não menos importante, Kalecki (1980, 1982 [1969]) esboça uma outra diferença fundamental entre os sistemas econômicos capitalista e socialista. Quando se considera as

variações da renda nacional, de acordo com as variações do investimento produtivo⁹, estabelece a seguinte fórmula:

$$\Delta Y = (1/m).I - aY + uY^{10} \quad (1)$$

Reformulando a equação, tem-se:

$$\Delta Y/Y = (1/m).I/Y - a + u \quad (2)$$

Significa que um aumento da participação do investimento produtivo na renda nacional leva a um aumento da taxa de crescimento desta. Porém, neste ponto, Kalecki aponta para u enquanto um fator diferenciador entre economias capitalistas e socialistas – levando em conta um considerável desenvolvimento das forças produtivas de cada país. Nas primeiras, este coeficiente representa, além dos aperfeiçoamentos da capacidade produtiva – técnica e organização –, a variação da utilização da capacidade instalada, pois as economias capitalistas como um todo possuem problemas de demanda efetiva. No socialismo, em princípio, pressupõe-se o pleno emprego e, conseqüentemente, a plena utilização dos equipamentos; logo, representa somente os referidos aperfeiçoamentos¹¹. Em resumo: o coeficiente u nas economias capitalistas é endógeno, enquanto no socialismo é exógeno, isto é, determinado pelos planejadores.

1.1.2. Caminhos do desenvolvimento econômico sob o socialismo

A planificação econômica deve, a fim de alavancar o processo de saltos qualitativos e atingir um crescimento autossustentado, concentrar a alocação de recursos no investimento do setor de bens de capital. Lange (1988) também ressalta a relevância do “investimento indireto” – principalmente nos primeiros estágios do desenvolvimento econômico –, proveniente dos setores exportadores geradores de divisas, necessárias à importação de máquinas, equipamentos e insumos. Em outras palavras, trata-se de um tipo de investimento estratégico.

⁹ Desconsiderando estoques e depreciação.

¹⁰ Y corresponde à renda nacional; m refere-se ao dispêndio de capital necessário para elevar o crescimento da renda em uma unidade; I como investimento produtivo em capital fixo; a representa a obsolescência e desgaste da capacidade produtiva; u designa o coeficiente dos efeitos provenientes do aperfeiçoamento da organização do trabalho, matérias primas, entre outros.

¹¹ “[...] o coeficiente u começa a traduzir exclusivamente o efeito das melhorias técnicas e de organização que não requerem despesas de investimento.” (KALECKI, 1982 [1969], p. 34).

O autor alerta, porém, para as questões do desenvolvimento equilibrado da economia – a industrialização de um país requer, necessariamente, um aumento tanto da produção agrícola, para alimentar a maior quantidade de operários, quanto do setor de bens de consumo duráveis e não duráveis – e da utilização eficiente dos recursos, isto é, no sentido de evitar desperdícios¹² –, configurando como investimentos complementares. Tanto Stálin (1982)¹³ quanto Kalecki (1977, 1982 [1969]), além de Lange (1981), também salientam para a importância dos esquemas marxistas de reprodução nas sociedades socialistas e sua referência à promoção do desenvolvimento equilibrado entre os setores, de forma a evitar o surgimento de superprodução em um setor, em detrimento do outro. Como argumenta Lenina (1990, p. 14): “A prioridade sempre concedida ao setor de bens de produção tem como base o esquema marxista de reprodução ampliada, no qual um ritmo mais acelerado de crescimento da economia é assegurado pelo crescimento mais rápido desse setor.”

Na preocupação do desenvolvimento equilibrado no contexto de transição socialista, Lange (1988, p. 17) diz: “Dois tipos de equilíbrio têm que ser assegurados: um é o equilíbrio físico e o outro é o equilíbrio financeiro ou monetário¹⁴.”. Grosso modo, o primeiro refere-se ao desenvolvimento de matrizes insumo-produto e o segundo leva em conta as proporções entre a renda como um todo e os preços¹⁵ dos bens e serviços – consumo, investimento, importações, entre outros. Em outras palavras, os planos econômicos devem ser razoavelmente viáveis, pois “[...] a falta de equilíbrio físico conduz a obstáculos de ordem física [...], [enquanto que] a falta de equilíbrio financeiro leva a perturbações da oferta e da demanda” (*ibidem*, p. 17). A junção desses balanços leva à formação de um balanço geral para as economias socialistas, descrevendo “[...] na forma de tabelas, as fontes da renda nacional, sua distribuição, e todas as

¹² Não menos importante, Lange (1981, p. 114) ressalta a necessidade para um outro tipo de investimento complementar: “[...] o investimento na infraestrutura econômica geral do país, como as instalações para transporte, estradas e serviços sociais.”

¹³ “[...] deveríamos renunciar à primazia da produção de meios de produção em favor da produção de bens de consumo. O que significaria esta renúncia? Significaria liquidar com a possibilidade de um crescimento ininterrupto da nossa economia nacional, pois ele é irrealizável se não se prioriza a produção de meios de produção.” (*ibidem*, p. 174).

¹⁴ Oskar Lange possui trabalhos, tais como *On the Economy Theory of Socialism*, que debatem questões relacionadas a uma economia socialista, a partir de uma abordagem neoclássica e, portanto, problemática.

¹⁵ Os preços possuem, na planificação, dupla função: contábil – cálculo de custos – e de incentivos – no sentido de induzir as empresas a seguirem as diretrizes do planejamento (*ibidem*, 1988). A formação do conjunto de preços via planificação e via mercado dependerá de cada Estado socialista e, portanto, de cada realidade objetiva, além das metas a serem cumpridas em cada período histórico – por exemplo, o desenvolvimento acelerado da indústria. De qualquer forma, é de suma importância delimitar os espaços de atuação para cada tipo de propriedade dentro do contexto da transição socialista.

redistribuições secundárias que resultam das operações do mecanismo financeiro.” (*idem*, 1981, p. 96).

Todavia, a partir do momento em que se estabelecem prioridades – seja no curto ou longo prazo – como, por exemplo, edificar rapidamente um complexo industrial ou uma política econômica específica para aumentar o nível de consumo –, naturalmente surgirão desequilíbrios setoriais. Os saltos qualitativos em um contexto dinâmico de socialização da riqueza – necessidade constante de incorporação de novas tecnologias, novas formas de gestão democrática das fábricas, novos tipos históricos de propriedade, entre outros –, considerando as transformações históricas de cada época – corrida espacial, por exemplo –, levarão a constantes desequilíbrios setoriais e, portanto, são pressupostos do planejamento, tornando o desenvolvimento equilibrado uma tarefa complexa.

Neste ponto, Kalecki (1982 [1969], p. 66) discorre a respeito da “curva de decisão do governo”, onde os órgãos planejadores – além do próprio partido comunista de cada experiência socialista, devido aos objetivos político-econômicos estabelecidos para determinada etapa histórica – estipulam uma taxa de crescimento econômico a ser cumprida, levando em consideração a alocação de recursos para investimento e consumo – pois pode haver um “sacrifício” do consumo no curto prazo em favor da rápida geração de excedentes para investimento –, além do comércio exterior. Trata-se de um sacrifício porque, mesmo que o consumo melhore no longo prazo, seja pela sua complexidade ou pela própria quantidade absoluta, poderá haver um “limite máximo” tolerável pela população à participação do investimento na renda nacional. Em outras palavras, poder-se-ia falar no mínimo necessário para a sobrevivência e reprodução dos trabalhadores.

Ao estabelecer a taxa de crescimento da renda nacional como principal parâmetro de um plano econômico de longo prazo, o autor salienta:

[...] o obstáculo a uma taxa muito alta de crescimento num plano perspectivo é a grande aplicação de capital requerida tanto diretamente como pelas dificuldades resultantes da ação de equilibrar o balanço do comércio exterior e também, possivelmente, a escassez de trabalho; e, de fato, as dificuldades no comércio exterior podem tornar virtualmente impossível ultrapassar de um certo nível a taxa de crescimento¹⁶. (*idem*, 1977, p. 179)

¹⁶ Evidentemente, devido à necessidade de importações – matérias primas, máquinas, equipamentos, entre outros. Por vezes, o país poderá não conseguir realizar exportações de maneira a garantir divisas suficientes às importações, gerando problemas no balanço de pagamentos.

Este ponto – a curva de decisão governamental – mostra-se fundamental, pois refere-se a um conjunto de decisões políticas e das correlações de forças político-sociais internas e externas acerca do desenvolvimento econômico, a fim de estabelecer metas e objetivos para uma nação socialista.

A planificação econômica na transição socialista também envolve “escolhas tecnológicas”. Caracterizada por um regime de pleno emprego, os planejadores – considerando as diversas especificidades da realidade objetiva – poderão escolher entre dois caminhos para se atingir o pleno emprego: via redução da composição orgânica do capital, implicando a redução da produtividade do trabalho – atingir-se-ia o nível de pleno emprego com técnicas obsoletas ou com nível tecnológico relativamente ultrapassado –, ou pelo aumento do capital constante, exigindo necessariamente da economia um avanço na acumulação de capital¹⁷, cujo objetivo seria atingir o pleno emprego com modernas técnicas e tecnologias de produção (LANGE, 1988, p. 26-27)¹⁸.

No tocante ao segundo caminho, Kalecki (1982 [1969], p. 105) designa-o como “aumento da taxa de crescimento da renda nacional em condições de pleno emprego mediante redução da vida útil do equipamento”, pois há uma elevação do excedente econômico à socialização: “Menor tempo de vida útil do equipamento permite levar a produtividade média a um nível mais alto, pois essa medida ‘rejuvenesce’ de modo geral o capital fixo acumulado e atualiza mais as técnicas de produção”. Este caminho seria “tecnicamente mais adequado” em uma situação de desenvolvimento razoável das forças produtivas a tal ponto que a oferta de trabalhadores se torna relativamente mais escassa – algo bastante semelhante com a União Soviética nas décadas de 1970 e 1980.

Kalecki (1980, p. 202) refere-se às condições objetivas de “escolhas tecnológicas” ao dizer que, em “países socialistas subdesenvolvidos”, cuja oferta de trabalho é ilimitada e provavelmente situados nos primeiros estágios da transição socialista, é mais conveniente reduzir a relação capital-produto em um primeiro momento, a fim de elevar a taxa de

¹⁷ Aqui, o conceito de acumulação de capital foi aplicado em seu sentido técnico, isto é, de desenvolvimento das forças produtivas.

¹⁸ Sendo a composição orgânica do capital a razão entre capital constante e variável - $\alpha = c/v$ - e $v = N.w$, onde N é o número de trabalhadores e w corresponde ao montante de salários, então $N = c/(\alpha.w)$. Como os salários não podem ser rebaixados a um certo nível mínimo – garantindo a reposição e reprodução da força de trabalho –, para garantir o nível de pleno emprego deve-se ou elevar o nível capital constante ou diminuir a composição orgânica do capital.

crescimento¹⁹ da renda nacional e absorver a reserva de trabalho existente para depois, em uma situação de escassez de força de trabalho, poder reduzir o nível da taxa de crescimento da renda com técnicas mais intensivas em capital: “A técnica de capital mais intensivo não é, *per se*, nem superior nem inferior: a escolha da intensidade de capital “correta” depende da disponibilidade de trabalho [...]”. Lange (1981, p. 115), no entanto, salienta que não necessariamente se deva seguir este caminho, haja vista a vantagem de longo prazo ao adotar desde o princípio – isto é, em situações de oferta abundante de mão de obra – as técnicas modernas de produção:

Investindo em métodos, bem como em setores da indústria que propiciam rápido aumento da produção, consegue-se uma expansão mais rápida da renda nacional. Se uma certa proporção da renda nacional, digamos 20 por cento, é destinada aos investimentos, e se se escolhe o método e a alocação dos investimentos que mais rapidamente aumentam a renda nacional, mesmo que menos intensivos de mão de obra, após um certo número de anos a renda nacional terá crescido tanto que o montante total de investimentos se tornará suficientemente grande para proporcionar mais emprego.

Em resumo, as dificuldades inerentes à planificação socialista seriam em relação à participação do investimento na renda nacional – possibilidade de insatisfação popular no curto prazo, mesmo que no longo se concretize um aumento no padrão de consumo, já que para elevar a taxa de crescimento da economia requer-se um crescimento mais do que proporcional do setor de bens de produção –, aos possíveis desequilíbrios no balanço de pagamentos – aumento da capacidade de importação, necessidade de empréstimos, entre outros –, e à relação entre oferta de trabalhadores e nível tecnológico de máquinas e equipamentos, por assim dizer.

1.1.3. A dialética da planificação: contradições, edificação e desafios

Ao se estudar a planificação econômica sob o socialismo, deve-se ter em conta que, assim como no modo de produção capitalista, há leis econômicas que atuam nesse sistema socioeconômico. Lange (1981) aponta para quatro tipos de leis:

- Leis econômicas gerais, cuja atuação ocorre em qualquer tipo de formação socioeconômica e referem-se, grosso modo, aos aspectos técnicos e materiais da economia – como a utilização de matrizes insumo-produto;
- Leis econômicas específicas ao socialismo. Neste ponto, a especificidade socialista está no tipo de propriedade dominante na economia, diretamente relacionada às relações de

¹⁹ Para manter a participação do investimento na renda nacional inalterada.

produção vigentes – a propriedade social dos meios de produção (propriedade estatal e cooperativas, por exemplo). Assim sendo, a propriedade social dos meios de produção tem como objetivo primordial satisfazer as necessidades humanas;

- Leis intermediárias, que são específicas para mais de um modo de produção. O autor aponta como exemplo duas leis: a lei do valor e a lei de circulação monetária. Sob o socialismo, a produção mercantil ainda é vigente, isto é, “[...] é a existência de uma multiplicidade de proprietários de produtos na sociedade socialista.”, além da “[...] existência de várias formas de propriedade social dos meios de produção [...]” (*ibidem*, p. 84), implicando, conseqüentemente, a generalização das trocas – “transferência” de bens e serviços à propriedade pessoal dos consumidores;
- Leis resultantes dos tipos particulares de superestrutura administrativa da economia – e não das relações de produção –, podendo se transformar à medida em que há alterações relevantes na superestrutura da sociedade. Como exemplo, Lange (1981, p. 87) cita a experiência polonesa, onde os incentivos oriundos do planejamento levavam ao estabelecimento de baixas metas a serem cumpridas pelas empresas – para serem facilmente atingidas – e à superação apenas razoável das metas, de tal modo que no próximo período o planejamento não estabelecesse metas exageradamente maiores. No caso soviético, pode-se afirmar que essas leis culminaram em desperdícios de recursos pelas empresas e na negligência no tocante à qualidade dos produtos, sem contar no desenvolvimento desenfreado do “mercado paralelo²⁰”.

Quando se conhece mais a fundo as leis econômicas vigentes sob o socialismo, a planificação econômica, a partir dos objetivos político-econômicos de um dado período histórico, deverá levar em consideração as prioridades elementares da sociedade – aceleração do investimento, elevação do consumo, necessidade de importações, entre outros –, de modo que a propriedade social dos meios de produção assegure a satisfação das necessidades humanas e a gestão democrática da economia, e a alocação racional de recursos, provenientes “do alto”, permita um amplo processo de socialização da riqueza ao longo do tempo.

²⁰ Mercado paralelo (ou economia secundária) seria toda a produção e comercialização de bens e serviços fora dos marcos da planificação econômica, cujo objetivo seria obter “lucros extraordinários”. Devido à especificidade da planificação soviética, o mercado paralelo era de uma forma ou outra complementar a ela – isto é, servia como um mecanismo de estabilização econômica, dando vazão a descompassos entre oferta e demanda que a planificação não comportava.

Evidentemente, a planificação econômica não irá abolir imediatamente as contradições atuantes durante o processo de transição socialista. Principalmente durante os primeiros estágios, onde “[...] a força extra-econômica do Estado desempenha papel dominante.”,

“[...] algumas deformações podem ocorrer por necessidade. Por exemplo, a propriedade cooperativa pode não atuar suficientemente no interesse social geral, ou as necessidades de centralização da administração podem obstaculizar o desenvolvimento da autoadministração dos trabalhadores.” (*ibidem*, p. 90).

A solução dessas contradições concentra-se, em grande parte, à atuação do Estado revolucionário; nesse sentido, seus dois principais objetivos para Lange (1981) são a alteração das relações de produção – colocando em movimento as leis econômicas socialistas e abolindo as capitalistas – e o desenvolvimento mais rápido das forças produtivas²¹ – como a industrialização e a modernização da agricultura. Ainda, o Estado necessita atuar junto às empresas com o objetivo de conduzi-las à atuação do interesse geral – satisfação das necessidades humanas – e, em estágios mais “maduros” da transição socialista, potencializar os processos de autogestão das fábricas.

Ademais, considerando a existência de relações não-socialistas de produção, o Estado consegue controlá-las mediante a consolidação de um setor socialista, estatizado, nos principais postos-chave da economia; esses setores não-socialistas, pois, estão sujeitos à planificação econômica – intuitivamente, ao poder político dos trabalhadores –, limitando o seu poderio político-econômico – parte do excedente econômico, a depender de cada realidade objetiva e das correlações de forças, será viabilizado ao desenvolvimento das forças produtivas para, *a posteriori*, socializá-las.

Portanto, a concentração da planificação econômica, da administração e dos recursos torna-se praticamente uma “necessidade histórica” para a transição socialista²², sobretudo nos primeiros estágios. A isso, Lange (1981, p. 124) enquadra esses métodos, durante o início da transição socialista, em uma estrutura de “economia de guerra *sui generis*”:

A alocação de recursos por decisão administrativa, segundo prioridades estabelecidas administrativamente, e o uso em larga escala de incentivos políticos para manter a produtividade e a disciplina do trabalho através de apelos patrióticos foram uma característica da economia de guerra.

Contudo, não se trata de características inerentes ao socialismo, “[...] mas simplesmente métodos de economia de guerra, necessários num período revolucionário de transição.”

²¹ Aqui, o autor refere-se aos países subdesenvolvidos.

²² Não menos relevante, deve-se considerar os contextos históricos nos quais eclodiram os processos revolucionários. A experiência soviética, por exemplo, sempre adotou grande atenção à indústria bélica, pois desde os seus primórdios, forças contrarrevolucionárias tentaram destruí-la. Nesse caso, a centralização de recursos, planejamento e administração se tornou inevitável.

(*ibidem*, p. 124) que, inclusive, podem se tornar obstáculos quando prolongados para além das “necessidades históricas”, culminando em inflexibilidade da planificação, desperdício de recursos e necessidade de uma alta máquina burocrática para comandar este sistema. Ou seja, a transição socialista também estará sujeita a movimentos dialéticos e contraditórios ao longo de sua edificação.

A planificação econômica sob o socialismo também deverá conter um sistema de incentivos – materiais e morais – para que as metas estabelecidas pela planificação econômica sejam cumpridas. A depender de cada período histórico e das exigências e tarefas colocadas, mecanismos de adoção de incentivos – considerando, inevitavelmente, a institucionalidade específica da planificação – e os seus próprios conteúdos devem ser modificados. Portanto, uma margem de flexibilidade à implementação de incentivos se faz necessária, inclusive para corrigir distorções entre planejamento econômico e mercado.

1.1.4. O mercado na sociedade socialista: fuga de princípios?

As experiências socialistas, apesar das reformas, foram marcadas pela alta centralização econômica e por amplo predomínio de medidas administrativas no tocante à planificação – como a própria experiência soviética. Como visto, a planificação é fundamental na transição socialista; contudo, é intuitivamente irreal exigir que os órgãos planejadores queiram controlar toda a produção e distribuição de bens e serviços, sobretudo nas etapas posteriores em relação à gestação da transição socialista – nos termos de Lange (1981). Riscos como uma grande burocratização, desperdícios de recursos, criação de um mercado paralelo e processos generalizados de escassez tornam-se inevitáveis.

Dessa forma, não há qualquer tipo de “violação dos princípios socialistas” na defesa – ou, pelo menos, na aceitação de uma determinada atuação – da existência do mercado em uma sociedade socialista – até porque se trata de uma falsa dicotomia. O que deverá haver é, sem dúvida alguma, uma coordenação entre Estado socialista e mercado, cujo sentido central será o atendimento das necessidades humanas – como, por exemplo, um anúncio de um conjunto de medidas fiscais, direcionando as empresas e os setores beneficiários a um determinado caminho, sem que isso signifique sacrifícios da autogestão dessas unidades. De uma forma ou outra, os “[...] mecanismos [de mercado] estão sempre subordinados ao plano, no quadro de uma planificação socialista (BETTELHEIM, 1976, p. 18).

Evidentemente, o nível de descentralização a ser praticado pelas realidades socioeconômicas socialistas dependerá do grau de assimilação das leis econômicas e de seus

movimentos pelos agentes, o grau de desenvolvimento das forças produtivas, além de uma forte institucionalização, ao longo do tempo, capaz de delimitar as regras e o espaço de atuação do mercado na transição socialista.

Tratando-se de um sistema econômico cuja presença da propriedade pública²³ dos meios de produção é predominante, torna-se mais praticável a adoção de planos econômicos. Todavia, àquelas propriedades fora deste espectro – cooperativas, privadas, entre outras –, a utilização com maior intensidade dos mecanismos de mercado torna-se primordial. Em geral, o mercado sob o socialismo atuou majoritariamente na alocação de bens de consumo; ao longo dos anos, percebeu-se a necessidade de introdução de negociações diretas entre produtores e fornecedores, isto é, de criação de um mercado no setor de meios de produção em geral, seja para complementar as encomendas estatais ao cumprimento dos planos – devido, por exemplo, à limitação física na oferta de máquinas e matérias primas – ou até mesmo à produção direcionada no mercado – fora dos marcos das metas estabelecidas. Essa limitação, entre outras dificuldades, constituiu um dos grandes empecilhos ao sucesso das reformas econômicas empreendidas pelos países socialistas como um todo.

Como se verá ao longo da pesquisa, a União Soviética não foi capaz de edificar uma nova institucionalidade de planejamento econômico, sobretudo durante o período Mikhail Gorbachev. As relações entre planificação e mercado, a despeito de certas mudanças pontuais, foram as mesmas das erigidas no período de industrialização pesada e, nos anos finais, tornaram-se extremamente problemáticas devido às movimentações político-econômicas provenientes da *perestroika*.

Para que a planificação seja um instrumento capaz de coordenar a economia, a fim de concretizar a socialização da riqueza, o plano econômico deve ter, pelo menos, duas medidas administrativas fundamentais: a divisão da renda nacional entre investimento e consumo; e uma distribuição dos investimentos entre os setores – principalmente aos setores estratégicos de uma sociedade, como energia elétrica e petróleo, sendo este notadamente relevante à experiência socialista soviética. A primeira determina a taxa de crescimento da renda nacional, enquanto a outra indica o sentido a ser seguido pela economia. A partir disso, o Estado revolucionário pode formular um conjunto de medidas econômicas que induzam a sociedade como um todo a cumprirem as “macrometas”, dispensando gradualmente o controle absoluto “pelo alto”; é neste

²³ Não se pretende em absoluto reduzir a propriedade dos meios de produção ao domínio público sob o socialismo, mas tão somente para dar sentido à argumentação acerca das relações entre planificação e mercado. Ademais, considerando o conjunto das experiências socialistas, é notória a predominância da propriedade pública dos meios de produção, o que viabiliza a linha de exposição apresentada.

ponto, por exemplo, que se discute sistemas de incentivos às empresas e aos setores, além de mecanismos de gestão microeconômica pelos trabalhadores a fim de elevar a autonomia das unidades produtivas (LANGE, 1981).

Não menos relevante, a própria constituição do mercado, em qualquer tipo de organização socioeconômica, exige do Estado instrumentos adequados para a delimitação de atuação dos diversos elos constituintes da economia – em termos gerais, a planificação e o mercado. Sobretudo em uma sociedade cuja economia de comando, pautada pelo Estado-partido, é uma de suas principais características, a sua legitimidade não pode ser erodida a tal ponto em que decisões privadas descentralizadas reinem ao invés de um funcionamento econômico ordenado.

Resumidamente, diante do exposto, pode-se resumir a planificação econômica sob o socialismo, de acordo com os seus principais objetivos, da seguinte maneira:

- Desenvolvimento das forças produtivas via processos de industrialização e reforma agrária (são movimentos que terão em cada processo revolucionário as suas particularidades);
- Conhecimento da realidade objetiva para estipular a alocação de recursos ex-ante entre investimento, consumo e demais variáveis macroeconômicas (evidentemente, levando em consideração uma certa margem de manobra para eventuais correções);
- Formação de um setor socialista para que a planificação atue de maneira preponderante às forças de mercado;
- Satisfação das necessidades sociais (poderá variar de acordo com cada período histórico);
- Alterações na institucionalidade da planificação à medida que a economia se torna cada vez mais complexa (neste ponto, as relações dentro do poder político são fundamentais para o avanço ou não das transformações necessárias e pretendidas).

1.2. A problemática da transição socialista

Em vida, o grande objeto de estudo de Karl Marx foi o estudo do modo de produção capitalista, na tentativa de compreender os movimentos, leis e contradições inerentes a essa forma socioeconômica específica. Assim sendo, a sua obra não engloba muitos trabalhos acerca da transição socialista em seus aspectos analíticos, concentrando-se tão somente na propaganda política. No tradicional Manifesto do Partido Comunista, assinala acerca do socialismo: “Entre a sociedade capitalista e a comunista, situa-se o período da transformação revolucionária de

uma na outra. A ele corresponde também um período político de transição, cujo Estado não pode ser senão a ditadura revolucionária do proletariado.” (MARX; ENGELS, 2012 [1848], p. 36).

Para a superação do capitalismo, chegando ao comunismo, a sociedade há de passar por um “período de transição”: a transição socialista. Intuitivamente, considerando esse período como um pressuposto ao comunismo, nele haverá a coexistência de elementos da antiga sociedade com as novas instituições e formações sociais emergentes responsáveis pela socialização da riqueza e da política. Em outras palavras, a transição socialista é um processo de destruição da antiga ordem e consolidação da nova, viabilizando a socialização como um todo – riqueza, política, cultura, entre outros; evidentemente, não se trata de um processo contínuo e livre de contradições, pois a concretização da ampla socialização depende das condições objetivas de cada período histórico. Deve-se ressaltar que:

Nosso objeto aqui é uma sociedade comunista, não como ela se desenvolveu a partir de suas próprias bases, mas, ao contrário, como ela acaba de sair da sociedade capitalista, portanto trazendo de nascença as marcas econômicas, morais e espirituais herdadas da velha sociedade de cujo ventre ela saiu (*ibidem*, p. 27)

Netto (1990, p. 87) também aponta a transição socialista como o problema da ruptura com a ordem capitalista, em direção à construção do comunismo; aprofundando sobre o tema, diz: “[...] a transição socialista, na ótica do pensamento socialista revolucionário nas suas matrizes ‘clássicas’, constitui precisamente o tempo sócio-histórico em que, simultaneamente, se opera a socialização da economia²⁴ e a socialização da política (do poder político)²⁵.”. A partir desses processos simultâneos – ainda que, em alguma medida, possam atuar dessincronizados no tempo –, haveria transformações tanto da infraestrutura quanto da superestrutura da sociedade. Inclusive, o mesmo autor resalta os perigos iminentes da não-simultaneidade da socialização da riqueza e da política:

Quando esta dupla socialização não se realiza simultaneamente, a transição socialista é bloqueada por uma dramática “causação circular”: a restrição da democracia-método²⁶ a ritualismos impede a socialização da economia que, por efeito de retorno, obstaculiza as tendências de socialização da política (*ibidem*, p. 89)

²⁴ A socialização da riqueza se dá por intermédio da “[...] socialização dos meios de produção (a supressão da propriedade privada dos meios de produção fundamentais e o seu controle e apropriação sociais) [...]” (*ibidem*, p. 87)

²⁵ Por sua vez, a socialização do poder político significa “[...] o primeiro passo da revolução dos trabalhadores é alçar o proletariado à condição de classe dominante, é conquistar a democracia.” (MARX; ENGELS, 2012 [1848], p. 67).

²⁶ “Por democracia-método deve entender-se o conjunto de mecanismos institucionais que, sob formas diversas (mais ou menos flexíveis), numa dada sociedade, permitem, por sobre a vigência de garantias individuais, a livre expressão de opiniões e opções políticas e sociais; [...]” (*ibidem*, p. 84-85).

O que se entende por ditadura revolucionária do proletariado²⁷ na transição socialista é o período histórico da transformação, ou supressão²⁸, do Estado – destruição do antigo, outrora dominado pelas frações da classe dominante, os capitalistas – pelos operários. Evidentemente, não basta apenas a dominação do controle político do Estado: na transição socialista, além de haver um processo de ampliação da participação popular na política, deve-se transformar o regime econômico, no sentido de promover a socialização da riqueza por intermédio da tomada do controle dos meios de produção²⁹, “[...] [criando] as bases objetivas e subjetivas do modo de produção comunista.” (SAMPAIO JÚNIOR, 2011, p. 83). Ademais,

[...] o proletariado toma o poder político e, por meio dele, converte em propriedade pública os meios sociais de produção, que escapam das mãos da burguesia. Com esse ato redime os meios de produção da condição de capital, que tinham até então, e dá a seu caráter social plena liberdade para impor-se. (ENGELS, 1880, p. 509-511).

A socialização da política, liderada pela ditadura do proletariado,

[...] não pode limitar-se, pura e simplesmente, a um alargamento da democracia. Ao mesmo tempo em que produz uma considerável ampliação da democracia, que se torna pela primeira vez a democracia dos pobres, a do povo, e não mais apenas a da gente rica, a ditadura do proletariado acarreta uma série de restrições à liberdade dos opressores, dos exploradores, dos capitalistas.” (LÊNIN, 2017 [1917], p. 114).

Resumidamente, a transição socialista, cujo início se dá pela instauração da ditadura do proletariado, engloba as tarefas históricas do proletariado na socialista capitalista, a saber: “[...] destruir o Estado burguês; construir o Estado operário; e dar início à transição econômica para o comunismo.” (SAMPAIO JÚNIOR, 2011, p. 83). A economia e o poder político na transição socialista serão comandados pelas e para as antigas classes dominadas, agora dirigentes da sociedade – sobretudo operários e camponeses –, asfixiando e derrotando qualquer tentativa contrarrevolucionária.

²⁷ Lênin (2017 [1917], p. 40): “O Estado é ‘um poder repressor específico’. [...] E daí resulta que o ‘poder repressor específico’ da burguesia contra o proletariado, de um punhado de ricos contra milhões de trabalhadores, deve ser substituído por um ‘poder repressor específico’ do proletariado contra a burguesia (a ditadura do proletariado). É nisso que consiste a extinção do ‘Estado enquanto Estado’. É nisso que consiste o ‘ato’ de tomar posse dos meios de produção em nome da sociedade.”

²⁸ Lênin (1978) atribui o termo “supressão do Estado” para se referir à transformação do Estado capitalista dominado pela burguesia pelo Estado proletário sob o socialismo. Isso seria semelhante à expressão da nota de rodapé anterior, isto é, “a extinção do Estado enquanto Estado”.

²⁹ Marx e Engels (2012 [1848], p. 67): “O proletariado usará sua dominação política para, pouco a pouco, arrancar da burguesia todo o capital, centralizar todos os instrumentos de produção nas mãos do Estado – isto é, do proletariado como classe dominante – e multiplicar o mais rapidamente possível a massa das forças de produção”.

1.2.1 As fases da sociedade comunista a partir de Marx

1.2.1.1. A primeira fase da sociedade comunista e “a superação das dores do parto”

Na Crítica do Programa de Gotha (2012 [1875]), uma das poucas obras que Marx esboça alguns argumentos acerca da temática, o autor discorre sobre a “primeira fase da sociedade comunista”. É fato que tal argumentação não poderia ser outra coisa senão um esboço geral, haja vista as transformações inerentes ao capitalismo, cujas mudanças podem ocasionar em atualizações ou até mesmo em introdução de novos temas para a transição socialista, além de considerar as especificidades de cada realidade objetiva e de cada momento histórico.

De qualquer forma, ao criticar a ideia de Lassalle que, sob o socialismo, os trabalhadores receberiam o “fruto integral de seu trabalho”, argumenta:

Se tomarmos, em primeiro lugar, o termo “fruto do trabalho” no sentido do produto do trabalho, então o fruto do trabalho coletivo é o produto social total. Dele, é preciso deduzir: Primeiro: os recursos para a substituição dos meios de produção consumidos. Segundo: a parte adicional para a expansão da produção. Terceiro: um fundo de reserva ou segurança contra acidentes, prejuízos causados por fenômenos naturais etc. [...] Resta a outra parte do produto total, que é destinada ao consumo. Mas antes de ser distribuída entre os indivíduos, dela são novamente deduzidos: Primeiro: os custos gerais da administração, que não entram diretamente na produção. [...] Segundo: o que serve à satisfação das necessidades coletivas, como escolas, serviços de saúde etc. [...] Terceiro: fundos para os incapacitados para o trabalho etc., em suma, para o que hoje forma a assim chamada assistência pública à população carente. (MARX, 2012 [1875], p. 424-434).

Bukharin (1980 [1920], p. 48) também atenta para possíveis enganos ao se supor que, durante a transição socialista, as pessoas receberiam de acordo com o fruto integral de seu trabalho: “Se cada um recebesse o produto integral do trabalho, seria impossível desenvolver a produção, estendê-la e melhorá-la. Será, imprescindível, sempre que uma parte do trabalho feito sirva para a extensão e para o aperfeiçoamento da produção.”.

Deduz-se que, na primeira fase da sociedade comunista, tal como exposta por Marx, a totalidade do produto social será alocada de acordo com as necessidades de cada período – elevação das forças produtivas, aumento do consumo, consolidação de infraestrutura, entre outros – pelo órgão planificador da sociedade, centralizado na figura do Estado proletário. Como a participação ativa e dominante do Estado – e, necessariamente, da planificação – na concentração de grande parte dos recursos para o desenvolvimento inicial da nova sociedade representa uma necessidade histórica – nos primeiros estágios da transição socialista – e, considerando o nascimento dessa sociedade, onde os indivíduos e as instituições carregam as

velhas marcas do capitalismo, é razoável pensar que haverá distorções e processos contraditórios.

Como visto na seção acerca da planificação, a alocação de recursos poderá ser, no curto prazo, totalmente impopular do ponto de vista do consumo. Ademais, nem sempre o Estado induzirá – independente dos meios – às empresas agirem em prol da satisfação das necessidades humanas e da construção da nova sociedade. Quando se diz dessa forma, deixa-se uma grande margem de interpretação para o que seria o conjunto dessas necessidades. Porém, quando Mandel (1991) discorre acerca da “hierarquia das necessidades”, defende o gradativo saciamento das necessidades mais básicas dos seres humanos – alimentação, vestuário, saúde, educação, lazer e relacionados – para que, com o desenvolvimento das forças produtivas, o acesso a outras amplas gamas de necessidades “supérfluas” ou “secundárias” possam abrir margens de liberdade aos consumidores³⁰. Por fim, o controle centralizado do Estado “além do período histórico necessário” poderá gerar complicações graves, como uma burocratização da economia.

Uma das contradições expostas por Marx consiste na remuneração dos indivíduos de acordo com o seu trabalho. Nessa direção, Marx (2012 [1875]) argumenta que, nessa primeira fase, o direito burguês não é plenamente abolido – e nem poderia sê-lo, até porque o próprio modo de produção capitalista ainda não foi totalmente extinto, ainda que esteja em processo de definhamento. A suposta “igualdade” guiada pelo princípio que as pessoas recebem de acordo com o seu trabalho, pressupõe uma desigualdade, porque há aqueles que trabalham mais que outros e possuem mais filhos, por exemplo. O mesmo denominador – trabalho –, do ponto de vista da sociedade e da contribuição ao produto social, seria parâmetro para comparar pessoas desiguais. Sobre isso, Lênin (2017 [1917], p. 118) diz:

[...] Marx indica as fases pelas quais deve passar a sociedade comunista, obrigada, no início, a destruir apenas a “injusta” apropriação privada dos meios de produção, mas incapaz de destruir, ao mesmo tempo, a injusta “repartição dos objetos de consumo conforme o trabalho” (e não conforme as necessidades).

Nessa mesma direção, Bukharin (1980 [1920], p. 48) sintetiza a questão da remuneração da seguinte maneira:

³⁰ “O prospecto socialista é o de uma gradual satisfação de mais e mais necessidades, e não uma restrição a requisitos básicos. Marx nunca foi um defensor do ascetismo ou da austeridade. Ao contrário, o conceito da personalidade totalmente desenvolvida, que é o próprio coração de sua visão de comunismo, implica a satisfação de uma grande variedade de necessidades humanas, e não um estreitamento decrescente de nossas necessidades a alimentos básicos e moradias.” (MANDEL, 1991, p. 55).

[...] Daí resulta que uma parte do trabalho incluído nelas não é restituída àquele que o executou. [...] Assim, no princípio, a repartição dos produtos será feita de acordo com o trabalho executado (não, porém, segundo o ‘produto integral do trabalho’), e mais tarde, quando houver de tudo em abundância, de acordo com as necessidades.”

Não se pode descartar a existência da propriedade privada dos meios de produção nas primeiras etapas da transição – mesmo que a propriedade social dos meios de produção seja predominante. O processo amplo de socialização desses meios não é uma questão trivial; e, como as classes sociais não foram abolidas, mas tão somente há a “inversão” delas na dominação política, certamente haverá processos diversos de resistência por parte das antigas classes dominantes – seja por sabotagem, confronto direto e até mesmo por intervenções estrangeiras –, elevando a tarefa dos comunistas no sentido de combater o poder econômico dessas classes ou, a depender do caso, em “domesticá-los”, isto é, induzi-los a contribuírem à construção do socialismo.

Logo, a emergente transição socialista poderá, caso entenda dessa forma, utilizar o capital privado a seu favor, particularmente para elevar as forças produtivas. Caso o governo revolucionário entenda que a propriedade privada não tenha cumprido plenamente essa tarefa histórica, ideias como a formação de propriedades de capital misto para assimilação de técnicas e tecnologias modernas, captação dos lucros, entre outros, são elementares nos primeiros estágios da transição socialista. Evidentemente, isso deve ser feito sempre dentro dos interesses da nova sociedade, com vigilância constante para que esses capitais não tentem ferir os interesses político-econômicos do país.

Na obra “Os princípios do comunismo”, Engels (1980 [1847], p. 131) indaga se a propriedade privada dos meios de produção poderia ser abolida repentinamente após uma revolução proletária vitoriosa. Respondendo negativamente, salienta que “[...] a revolução proletária transformará a sociedade existente gradualmente e só estará em condições de abolir a propriedade privada quando os meios de produção puderem ser utilizados em quantidade suficiente.”, atingindo a abundância material à socialização da riqueza. Implicitamente, Engels computa à propriedade privada, durante a transição socialista, uma tarefa histórica de desenvolvimento das forças produtivas até que, finalmente, poderá ser amplamente socializada.

1.2.1.2 A segunda fase da sociedade comunista: a “abundância racionalizada”

Aqui constitui um ponto polêmico – porque ainda não ocorreu na história – e controverso caso se debata a República Popular da China acerca de temas semelhantes. De qualquer forma, a fase superior da sociedade comunista será atingida

[...] quando tiver sido eliminada a subordinação escravizadora dos indivíduos à divisão do trabalho e, com ela, a oposição entre trabalho intelectual e manual; quando o trabalho tiver deixado de ser mero meio de vida e tiver se tornado a primeira necessidade vital; quando, juntamente com o desenvolvimento multifacetado dos indivíduos, suas forças produtivas também tiverem crescido e todas as fontes da riqueza coletiva jorrarem em abundância, [...] (MARX, 2012 [1875], p. 482-486).

O desenvolvimento das forças produtivas é de suma importância para se promover um amplo processo de socialização da riqueza. Mas, certamente, não se trata apenas disso; os próprios indivíduos – e aqui incluem-se as empresas socializadas – devem compreender as leis econômicas atuantes dessa nova sociedade para que o planejamento central se torne gradativamente dispensável.

Essa abundância é fundamental para superar o direito burguês sobre a remuneração de acordo com o trabalho: “[...] apenas então o estreito horizonte jurídico burguês poderá ser plenamente superado e a sociedade poderá escrever em sua bandeira: “De cada um segundo suas capacidades, a cada um segundo suas necessidades!” (*ibidem*, 2012 [1875], p. 486-487). Neste caso, por exemplo, “vícios” da sociedade burguesa, como a ideologia consumista, seriam extintos: apesar da abundância material ser um dos objetivos, ela deverá ser utilizada pela nova sociedade, a comunista, a fim de satisfazer as necessidades da sociedade como um todo (ENGELS, 1980).

Exposto isso, o que significa a “abundância racionalizada”? Essa segunda fase da sociedade comunista consistirá na plena compreensão e controle dos indivíduos sobre as leis econômicas – circunstancialmente, a transição socialista poderá levar longos períodos, cuja previsão de duração é inexistente –; a partir disso, utilizá-las-ão em favor da socialização da riqueza, onde cada um retirará do produto social apenas aquilo que lhe será útil ou necessário, porque o desenvolvimento das forças produtivas neste estágio será tal que o tempo de trabalho será relativamente muito menor; dessa forma, o trabalho deixaria de ser “parâmetro” de remuneração, como exposto anteriormente. Também se trata de uma situação de “abundância racionalizada” porque a preservação da riqueza socializada deve ser sustentável, isto é, perdurar

por um longo período de tempo; logo, a questão ambiental torna-se – sobretudo nos dias atuais – um dos pilares fundamentais para se pensar processos de transição socialista.

Evidentemente, ao associar a segunda fase da sociedade comunista com a plena compreensão dos indivíduos acerca das leis econômicas atuantes, pressupõe-se a existência de indivíduos cuja racionalidade é ilimitada – ou, como Losurdo (2004, p. 77) designa, “[...] surgimento de um ‘homem novo’, que se identifica espontaneamente com a coletividade, [...]”. Ademais, o definhamento do Estado enquanto tal, durante a transição do socialismo para o comunismo, pode se manifestar como uma utopia, na medida em que aprofundamento da democracia exige, de uma forma ou de outra, instituições representativas e garantias constitucionais que legitimam o exercício político dos cidadãos:

Há uma contradição fundamental entre teoria e prática. Enquanto a teoria aspira à liquidação da representação, à democracia direta, em última análise, à extinção do Estado, a prática caminha em direção ao desenvolvimento da representação, incluindo fábricas, bairros etc. (LOSURDO, 2004, p. 88)

De qualquer forma, todas essas transformações, tal como a velocidade de suas adoções, dependerão dos períodos históricos e das particularidades político-econômicas de cada realidade onde a transição socialista está em curso.

1.2.2 A transição socialista na Rússia: a possibilidade de transição socialista no elo mais fraco da cadeia

A Rússia revolucionária tinha como “modelo” a brevíssima experiência da Comuna de Paris, que ocorreu em outro momento histórico e sob distintas condições político-econômicas. Na verdade, os bolcheviques herdaram a tarefa histórica de edificar – de fato – a primeira sociedade socialista. Os escassos trabalhos de Marx e Engels a despeito dessa temática e a falta de exemplos concretos de transição socialista aguçaram as dificuldades aos bolcheviques.

Acerca das particularidades da transição socialista russa – e, *a posteriori*, soviética –, Netto (1993, p. 20) discorre que a

[...] a Rússia czarista não apresentava as condições que Marx supunha necessárias para a consecução da revolução proletária: um alto grau de desenvolvimento das forças produtivas e uma classe operária estatisticamente ponderável e dotada de organização e vontade políticas autônomas – vale dizer: industrialização e urbanização capitalistas, relativos desenvolvimento e democratização da sociedade civil³¹.

³¹ Na obra “Lutas de classes na Rússia” (2013), Marx discorre acerca do possível êxito de uma revolução socialista em território russo, considerando suas particularidades e afastando qualquer especulação determinista do

Em outras palavras, no caso russo – e na maioria das experiências socialistas (Tchecoslováquia poderia ser uma exceção) –, “[...] não se iniciava a transição sobre os seus pressupostos necessários, mas sim cabia ao Estado articulado com a revolução *criar* tais pressupostos.” (*ibidem*, p. 22). Ou seja, mediante um processo de industrialização liderado pelo Estado – o que não necessariamente significa que todas as propriedades serão estatais –, desenvolver-se-ia as forças produtivas para facilitar o processo de socialização da riqueza e, com o surgimento de uma volumosa e instruída classe operária – vanguarda do processo revolucionário –, o poder político também seria socializado. Nessa mesma linha argumentativa, Losurdo (2004) aponta para a necessidade dos revolucionários em criar novas relações sociais que não existem previamente sob o capitalismo – como o senso de coletividade, por exemplo –, além de encontrar formas políticas estáveis, isto é, em condições de normalidade.

Lênin (1978, p. 181) apontava que uma das numerosas particularidades da Rússia era que o proletariado, enquanto classe, constituía uma parcela minoritária, ao passo que os pequenos-burgueses do campo representavam a esmagadora maioria da população. Dessa forma, o processo de transição socialista tornar-se-ia, nestas condições, mais complexo, haja vista a tarefa histórica de “[...] dirigir a transição desses pequenos exploradores para o trabalho socializado, coletivo, comunitário.” Não obstante, ao analisar corretamente a inexistência dos tais pressupostos, Lênin (1987 [1921]), logo no início do governo revolucionário bolchevique, discorreu a respeito da transição socialista, exaltando suas dificuldades inerentes e pontuando condições concretas para “atingir o socialismo”. Quando se trata da Rússia, um país cujas particularidades eram abundantes, a coexistência de vários tipos de economia social se sobressai às demais. Lênin aponta cinco: economia camponesa patriarcal, pequena produção mercantil, capitalismo privado, capitalismo de Estado e socialismo.

Se o direito burguês, como visto na seção acerca da primeira fase da sociedade comunista, não é plenamente extinto, ainda subsistirá a superestrutura responsável pela aplicação dessas normas. Isso significa que ainda poderá existir um Estado burguês, sem a burguesia, durante um determinado período: “[...] os vestígios do passado subsistem no presente. [...] econômica e politicamente, [isso] é inevitável em uma sociedade saída do ventre do capitalismo.” (LÊNIN, 2017 [1917], p. 124).

marxismo. Netto (1993) também toma os devidos cuidados para que essas interpretações sejam descartadas pelos leitores.

Ainda que se trate de um Estado revolucionário, formado por operários e camponeses, poderá atuar de forma dialética a incentivar – sobretudo quando se trata de revoluções em países relativamente atrasados do ponto de vista material e das forças produtivas – e ao mesmo tempo limitar as relações capitalistas de produção – para que não se transforme em controle de poder político (GERRATANA, 1987).

Nesse sentido, Lênin (1987 [1921], p. 145) argumenta que o “capitalismo de Estado” seria o estágio imediatamente anterior ao socialismo, isto é, trata-se de uma formação socioeconômica transitória para se alcançar o socialismo – e, por conseguinte, anterior a ela. Nessa direção e tomando a realidade russa à época, diz:

Não é o capitalismo de Estado que luta contra o socialismo, mas a pequena burguesia e o capitalismo privado que lutam juntos, de comum acordo, tanto contra o capitalismo de Estado como contra o socialismo. A pequena burguesia resiste a qualquer intervenção do Estado [...].

A necessidade da Rússia Soviética em edificar o capitalismo de Estado era, para Lênin, um grande avanço na marcha ao socialismo. No contexto em que ocorre a Revolução Bolchevique, Lênin (*ibidem*, p. 144-145) alertava para as diversas formações econômicas na Rússia, apontando para a predominância do “elemento pequeno-burguês”, sobretudo os pequenos agricultores vendedores de cereais, apesar de reconhecer um certo desenvolvimento industrial no país – ainda que dependente e dominado pelos diversos capitais estrangeiros. Ou seja, a grande produção era cada vez mais presente na indústria, ao passo que na agricultura – cuja participação na economia nacional era majoritária – predominava a propriedade de pequenos e médios camponeses, tornando a tarefa da expropriação, para fins de socialização, mais difícil (STÁLIN, 1982).

Lênin compreendeu que, apesar das condições políticas à edificação do socialismo, a Rússia estava aquém das condições econômicas necessárias, haja vista a predominância da pequena produção em relação à grande e, conseqüentemente, do pequeno proprietário em relação ao monopolista: “A Alemanha e a Rússia encarnaram em 1918, de modo mais patente, a realização material das condições econômico-sociais, produtivas e econômicas do socialismo de um lado, e de suas condições políticas, de outro³².” (LÊNIN, 1987 [1921], p. 148).

³² Do ponto de vista político, Lênin referia-se aos aspectos qualitativos do proletariado, haja vista a predominância da pequena-burguesia camponesa na Rússia.

No prefácio à edição russa, de 1882, do *Manifesto*, Marx e Engels diziam que “[...] [na Rússia czarista] mais da metade da terra é propriedade conjunta dos camponeses.”. Em seguida, indagam:

[...] poderá a *obchtchina* russa, uma antiquíssima forma de propriedade conjunta da terra, ainda que fortemente solapada, transformar-se diretamente na forma superior, comunista, de propriedade conjunta da terra? Ou, ao contrário, precisará ela, antes, passar pelo mesmo processo de dissolução que caracteriza o desenvolvimento histórico do Ocidente? (MARX; ENGELS, 2012 [1848], p. 12)

Ou seja, o estágio de desenvolvimento das forças produtivas russas, dos tempos czaristas, permitiria um processo limitado de socialização da riqueza, ainda que pudessem servir como ponto de partida à edificação do socialismo; não menos importante, a coexistência de diversas formações socioeconômicas – incompatíveis com o socialismo, porém anteriores a ele – significava entraves substanciais à transição. Problemas teóricos e práticos acerca das relações entre capitalismo de Estado e socialismo tornaram-se latentes na Rússia soviética. Lange (1981, p. 90), ao encontro da argumentação de Lênin e de Netto (1993), discorre:

Ao contrário da revolução burguesa, que surge quando as relações capitalistas de produção já estão consideravelmente desenvolvidas no interior da sociedade feudal, a revolução socialista precede o estabelecimento das relações socialistas de produção³³. [...] o poder político do Estado é a força motriz desse processo.

Isso significa que essa coexistência gerará, em algum momento específico da transição socialista, um embate entre as forças contrárias. Em termos marxistas, a luta de classes prevalece – isto é, não é extinta – e pode-se dizer que ela é inerente à transição socialista. Evidentemente, esse período estará sujeito a avanços e retrocessos – do ponto de vista do governo revolucionário –, a depender de cada circunstância histórica. Plínio (2011, p. 81) enfatiza determinado aspecto:

[...] a conquista do poder político pela classe operária antecede a construção das bases objetivas do modo de produção comunista, o que significa que, mesmo após o fim da guerra civil, durante um longo período o poder operário teria de conviver com uma oposição burguesa que sobrevive nos interstícios da sociedade socialista e conspira permanentemente, de maneira manifesta ou latente, contra o avanço da revolução.

O líder, considerando as particularidades russas, sobretudo no início da década de 1920, afirmou que o país deveria desenvolver imediatamente relações mercantis – mediante a introdução do imposto em espécie, substituindo o confisco, que havia sido uma medida

³³ “[...] as relações socialistas de produção, [...] consistem na propriedade social dos meios de produção, [...]” (*ibidem*, p. 83). Nesse sentido, esse tipo de posse dos meios de produção designa a finalidade de atendimento das necessidades da sociedade como um todo, ao contrário do que ocorre no capitalismo – geração de lucros.

econômica de caráter extraordinário, pois se tratava de um contexto histórico específico: a guerra civil russa. No entanto, deixou extremamente claro que isso não se tratava de nenhuma contradição com a transição socialista a ser realizada pela Rússia. Pelo contrário: partindo do resultado arrasador da guerra civil russa e a necessidade imediata de restauração do aparato econômico, Lênin (*ibidem*, p. 167-169) compreendia que o setor privado detinha uma tarefa histórica a ser realizada no país: a restauração das forças produtivas – cujo processo se daria, em primeira instância, à pequena produção com finalidades de reerguer o campo, em marcha para a grande indústria onde, terminado esse período, seria de controle do governo socialista.³⁴.

Em resumo, o nível de desenvolvimento das forças produtivas russas no início da década de 1920 – sujeito econômico – não seria compatível com uma ampla implementação de novas relações de produção baseadas na socialização da riqueza – sujeito jurídico –, tal como exposto por Bettelheim (1976). Assim sendo, teve-se a necessidade de reintrodução das relações mercantis para que o desenvolvimento das forças produtivas pudesse superar as relações de produção baseadas na propriedade privada.

A exposição das duas bases teórico-analíticas – a planificação econômica sob o socialismo e a problemática da transição socialista – sedimentará o caminho a ser percorrido ao longo da pesquisa, de maneira a servir como pilares críticos ao desenvolvimento socioeconômico edificado pela União Soviética no século passado, sobretudo no tocante às reformas desencadeadas em cada governo.

2. CAPÍTULO 2 – OS ANTECEDENTES DO GOVERNO GORBACHEV (1917-1985)

O presente capítulo sintetizará a construção do modelo de crescimento soviético, com particular ênfase nas estruturas econômicas e de planificação – o que, sem dúvida alguma, exigirá um enfoque particular ao conjunto de medidas adotadas³⁵ pelos diferentes governos cujo objetivo geral era de reformulação deste sistema –, de maneira a estabelecer um suporte ao tema central da pesquisa, haja vista que medidas político-econômicas do passado condicionam as

³⁴ “Em países subdesenvolvidos [...], as relações socialistas de produção resultam também do desenvolvimento das forças produtivas (industrialização, modernização da agricultura) que o novo Estado revolucionário fomenta. (LANGE, 1981, p. 90).

³⁵ Neste caso, não se tratará de uma pormenorização das medidas adotadas, mas tão somente explicar seus aspectos e resultados gerais.

futuras – neste caso, a *perestroika*. Sabe-se, evidentemente, que o referido período possui discussões inesgotáveis, haja vista sua extensão e complexidade; a compreensão histórica da edificação da sociedade soviética, no entanto, permite evidenciar o conjunto de problemas socioeconômicos estruturais, além das dificuldades conjunturais da década de 1980, herdadas por Mikhail Gorbachev. Em outras palavras, não se pretende trazer novas contribuições, mas tão somente a revisão da literatura já consolidada acerca do período.

Estabelecendo-se o panorama histórico geral, o estudo analítico da *perestroika* tornar-se-á mais razoável, inserindo-a sob a justificativa de reformulação socioeconômica da União Soviética. Portanto, o capítulo segundo será dividido em quatro partes, cada uma referindo-se a um governo.

2.1. Vladimir Lênin: o comunismo de guerra e a Nova Política Econômica (NEP)

2.1.1. Comunismo de guerra: excepcionalidades e introdução à planificação

Durante o período de transição socialista, isto é, o período histórico entre o modo de produção capitalista e o comunismo, o domínio do poder político das classes subalternas constitui-se uma premissa fundamental, transformando a antiga estrutura estatal na ditadura revolucionária do proletariado³⁶. No caso russo, a revolução socialista tinha no partido bolchevique – posteriormente Partido Comunista da União Soviética (PCUS) – a direção do processo e, portanto, representava e era composto por trabalhadores. Pomeranz (2018) recorda que, com a dissolução da Assembleia Constituinte em 5 de janeiro de 1918³⁷ e o fim da coalizão entre bolcheviques e socialistas-revolucionários, via Tratado Brest-Litovsk³⁸, aqueles davam passos largos à manutenção do controle do poder político.

Segundo Losurdo (2004), a revolução foi concretizada mediante um pacto social, a nível nacional, engendrado pelos bolcheviques: paz, pão e terra. Paz para sair da Primeira Grande Guerra; pão para os trabalhadores e terra aos camponeses.

Nos primeiros momentos da revolução, tomou-se algumas medidas no sentido de aprofundar a eliminação das relações socioeconômicas capitalistas, como a Lei de Socialização

³⁶ “A ditadura do proletariado significa a direção da política pelo proletariado.” (LÊNIN, 1987 [1921]; p. 155).

³⁷ Dominada pelos socialistas-revolucionários.

³⁸ As duas frações partidárias discordavam no tocante à forma de retirar o país da Primeira Guerra Mundial. Os bolcheviques defendiam a tese de saída do conflito de forma unilateral – sob a justificativa que a paz era necessária para a construção do socialismo na Rússia –, ao passo que os social-revolucionários pensavam nessa retirada em conjunto com a Alemanha (*ibidem*, 2018).

das Terras, a aniquilação da moeda – para eliminar o trabalho assalariado – e a estatização maciça das grandes e médias indústrias. Naquele contexto, a retomada da economia dependeria da amplitude do controle bolchevique das indústrias, bancos e comércio.

Com respeito a este assunto, Moreira (2017, p. 45) aborda acerca de uma possível oposição de dois elementos logo no início da Revolução Russa: o Decreto do Controle Operário e o Decreto de criação do Conselho Superior de Economia Nacional (VESENKHA). O primeiro refere-se à “[...] tomada e gestão direta das fábricas e empresas urbanas pelos Comitês de Fábrica/Empresas [...]”, enquanto a VESENKHA seria o “[...] órgão de administração central criado com a função de assumir a coordenação geral dos trabalhos de recuperação econômica de toda a Rússia.”³⁹; com foco na indústria, tinha a função de

[...] formulação do plano de produção e do orçamento das indústrias de significado federativo (nível da União), o exame dos planos de produção e orçamentos industriais das Repúblicas da União, a formulação de um plano de produção global e do orçamento para a indústria de toda a União Soviética e sua submissão, através de *Gosplan*, ao Conselho do Trabalho e da Defesa, para aprovação. (POMERANZ, 2018, p. 71).

A *Gosplan* – Comissão Estatal de Planejamento –, por sua vez, “[...] foi constituída em 22 de fevereiro de 1921 para ‘elaborar um único plano econômico estatal geral e métodos e meios de sua implementação’. (POMERANZ, 2018, p. 71). A VESENKHA, pois, ficaria a cargo das políticas industriais, ao passo que a *Gosplan* seria responsável pelo “plano econômico nacional geral”. A VESENKHA, no período stalinista, foi dissolvida e, dessa forma, a *Gosplan* foi o principal órgão de planificação durante toda a existência da União Soviética.

Sabendo das resistências imperialistas, os bolcheviques esperavam que a Rússia sinalizasse o início de um amplo movimento revolucionário e, assim, obteriam aporte internacional para avançar em sua transição socialista. No entanto, a Rússia bolchevique viu-se isolada, apesar da fundação da Terceira Internacional em 1919, e confrontada por contrarrevolucionários e aliados imperialistas – Exército Branco –, deflagrando-se a guerra civil russa (1918-1921). Devido à excepcionalidade daquele momento histórico, o governo instaurou o comunismo de guerra, sendo a militarização do trabalho, o trabalho compulsório e o confisco dos grãos pelo Estado bolchevique – a fim de alimentar os soldados do Exército Vermelho – suas principais características (VISENTINI, 1989).

Percebe-se, na gênese da revolução bolchevique e considerando esta particularidade histórica, o surgimento de uma planificação econômica – ainda que precariamente construída,

³⁹ O governo bolchevique optou pela VESENKHA, construindo-se uma estrutura de planificação relativamente mais centralizada.

devido ao conflito. Além da relevância dos órgãos planejadores, a criação da *GOELRO* – Comissão Estatal de Eletrificação da Rússia – em dezembro de 1920 foi a primeira tentativa concreta de um projeto de longo prazo, de 10 a 15 anos. Por se tratar de um setor estratégico e considerando o nível de desenvolvimento das forças produtivas russas – atrofiadas pela guerra civil –, tornava-se fundamental a elaboração de um plano de eletrificação, inclusive com a aglutinação de órgãos planejadores para a sua coordenação (POMERANZ, 2018). Segundo o próprio Lênin (1977 [1921], p. 465), “[...] este plano é apenas aproximativo, inicial, grosseiro, com erros, um plano ‘que é uma primeira aproximação’, mas é um verdadeiro plano científico.”

Acerca da excepcionalidade do confisco dos grãos para alimentar os militares, este evento aguçava as tensões da aliança operário-camponesa⁴⁰ e, inevitavelmente, o pacto social engendrado pelos bolcheviques. Não obstante, a divisão das terras em pequenas propriedades nos primórdios da revolução, seja pela via autônoma ou pela partilha realizada pelo Estado, fomentou o surgimento de camponeses médios⁴¹, contrapondo-se à planificação e, inevitavelmente, dificultando-a. Dessa forma, a distribuição dos alimentos pelo Estado bolchevique era prejudicada pelas negociações dos camponeses médios (*mujiks*) no mercado paralelo (VASCONCELOS, 2014).

Passada a guerra civil, cujo desfecho foi a vitória do Exército Vermelho, a situação econômica era devastadora: “A produção industrial foi reduzida a 1/7, a produção agrícola a 2/3 e a circulação dos transportes a 1/5, comparadas a 1913.” (MOREIRA, 2017, p. 52).

Ainda que a planificação surgiu, neste momento, devido à excepcionalidade da guerra civil russa, Losurdo (2004) também recorda que o próprio Lênin havia realizado uma autocrítica, haja vista que os bolcheviques de certa forma viam a possibilidade de “transição imediata” para uma produção e distribuição sob bases comunistas⁴², como a aniquilação da moeda. Com o fim do conflito, dever-se-ia realizar novas políticas econômicas para dar prosseguimento ao desenvolvimento socioeconômico russo – e, em 1922, seria a União Soviética.

⁴⁰ No entanto, Lênin (1978, p. 172) argumenta acerca desta excepcionalidade: “[...] o país arruinado não poderia agir de outra maneira senão tomando dos camponeses seus excedentes, mesmo que não pudesse dar-lhes nada em troca. Isso era necessário para salvar o país, o exército e o poder dos operários e dos camponeses.”

⁴¹ “Os camponeses ‘pobres’ (proletários e semiproletários) se transformaram, em um grande número de casos, em camponeses médios. Em consequência disso, o ‘elemento’ pequeno-burguês, pequeno-proprietário, se reforçou.” (LÊNIN, 1987 [1921]; p. 154).

⁴² Provavelmente referindo-se a um contexto de suficiente desenvolvimento das forças produtivas à transição da superação da contradição do direito burguês e da anarquia de mercado ainda presentes na “primeira fase da sociedade comunista” escrita por Marx, encaminhando à “segunda fase”. Não obstante, Losurdo (2004, p. 139) relata que dirigentes como Zinoviev e o próprio Lênin em 1919 [ano de fundação da III Internacional] garantiam a revolução mundial como certa, algo que não ocorreu.

2.2.1. Nova Política Econômica (NEP) e os debates da transição socialista

2.2.1.1. Nova Política Econômica (NEP)

Entre as grandes problemáticas do início da década de 1920, duas são notadamente fundamentais para compreender a NEP, a saber: a direção a ser adotada à reconstrução econômica soviética e a formulação da aliança operário-camponesa – ou do pacto social – sob novas bases.

Lênin (1987 [1921]), no célebre trabalho “Sobre o imposto em espécie”, destaca a importância conjuntural, à época, do aprofundamento das relações mercantis. Nessa linha de argumentação, salienta a luta que o poder soviético deveria travar contra o “capitalismo privado”, isto é, o conjunto de práticas socioeconômicas empreendidas pelos pequenos burgueses, a fim de desenvolver o “capitalismo de Estado” – caracterizado pelos monopólios, pela produção em grande escala, cujo controle de alguma maneira seja exercido pelo aparelho estatal.

Sob a perspectiva da planificação econômica, seria muito mais fácil o controle da grande produção – para fins de satisfação das necessidades humanas e dos objetivos de cada período histórico da transição socialista – em relação à pequena produção⁴³. A liberalização do comércio aceleraria a formação de monopólios – processo de concentração e centralização de capitais – e, *a posteriori*, o controle de um número crescente de forças produtivas pelo governo soviético. Para tanto, permitiu-se a transmissão hereditária da propriedade, uma maior penetração do capital estrangeiro e a privatização de pequenas indústrias – com até 20 operários (VISENTINI, 1989, 2017).

Lênin (1978, p. 178), a respeito da penetração do capital estrangeiro na Rússia, dizia que, no período do imediato pós-guerra civil, as concessões aos países capitalistas eram de suma importância à reconstrução da grande produção industrial soviética:

Esta aliança com os trustes de Estado dos outros países evoluídos é-nos absolutamente indispensável, pois nossa crise econômica é tão profunda que seremos incapazes, sem o equipamento e os concursos técnicos do estrangeiro, de levantar, por nossos próprios meios, nossa economia devastada.

No que tange à aliança operário-camponesa, o seu novo pilar primordial seria o imposto em espécie, o que pressupunha o avanço no desenvolvimento das relações mercantis – e a

⁴³ “[...] a miséria e a devastação são de tal ordem que não podemos restabelecer *de repente* a grande produção fabril, a produção estatal, a produção socialista.” (LÊNIN, 1987 [1921]; p. 157).

remonetização da economia soviética –, onde produção agrícola dos camponeses alimentaria os trabalhadores urbanos e estes produziram roupas e outros manufaturados àqueles.

O processo de confisco, considerando o contexto de conflito civil, ocasionou uma situação generalizada de escassez, pois “Estava se tornando evidente que o Estado não tinha capacidade para dirigir todos os setores econômicos e os processos de alocação de materiais, do comércio e do racionamento.” (POMERANZ, 2018, p. 65); dessa forma, tentar-se-ia mediante as relações mercantis uma distribuição de grãos e alimentos mais eficiente⁴⁴ sem, todavia, descartar a planificação econômica – notadamente personificada pela *GOELRO*, além do controle do sistema bancário, comércio exterior e grandes empresas. Portanto, o imposto em espécie representaria o mínimo de grãos indispensável para o Exército e operários em troca de produtos industriais correspondentes, ainda que o desejável fosse além deste mínimo; após o pagamento, os camponeses estariam livres para comercializarem o excedente.

Pode-se entender a economia soviética⁴⁵, pois, sob um prisma dual, inerente às economias em transição: enquanto nas cidades tentava-se fomentar uma indústria socializada, os interesses pequeno-burgueses consolidavam-se a passos largos no campo. Nas palavras de Visentini (2017, p. 27), “O triunfo da Revolução de Outubro fora possível graças à aliança operário-camponesa, cujo fundamento *combinava os ideais de uma revolução proletária e de uma revolução burguesa*, sob o comando dos bolcheviques.”.

A título de dados do período da NEP,

[...] a grande indústria estava preponderantemente nas mãos do Estado, ficando para o setor privado somente 1,82%. O contrário acontecia com as empresas pequenas e artesanais, com o Estado participando com 2,3%, as cooperativas com 20,2% e o setor privado com 77,5%. [...] Na agricultura o setor predominante era o privado, com 98,3% da área plantada no final de 1927. (POMERANZ, 2018, p. 72)

Uma das consequências do conjunto de medidas da NEP foi a concentração das terras: somente 6% dos proprietários fundiários possuíam cerca de 60% dos cereais comercializáveis (VISENTINI, 1989). Assim, apesar do crescimento do número de pequenos e médios camponeses⁴⁶, surgiu no seio da revolução socialista uma classe social de latifundiários, os *kulaks*, cujo objetivo era ganhar em cima da fome da população via especulação de grãos e alimentos.

⁴⁴ “[...] 78% de todo o comércio de varejo em 1922-1923 estava em mãos privadas.” (*ibidem*, p. 67).

⁴⁵ A União das Repúblicas Socialistas Soviéticas foi fundada em dezembro de 1922 e, ao longo dos anos, contou com um maior número de repúblicas (15). Grosso modo, “A União exercia seu poder sobre as relações exteriores, defesa, transportes, comunicações, e planejamento econômico, enquanto às Repúblicas federadas cabiam a justiça, administração, educação, cultura, saúde e serviço social” (VISENTINI, 1989; p. 67).

⁴⁶ Antes de 1917, existiam entre 17 e 18 milhões de unidades familiares, atingindo 25 milhões em 1927 (*ibidem*, p. 72)

Durante o período, teve-se a chamada “crise das tesouras”, referindo-se ao crescimento da disparidade dos preços dos bens industriais em relação aos agrícolas. Esse fenômeno prejudicaria a aliança operário-camponesa, haja vista a baixa absorção de bens industriais pelos camponeses em comparação ao consumo de bens agrícolas pelos operários soviéticos. A produção destes recupera-se mais rapidamente do que os manufaturados; não obstante, a produção industrial sofria com problemas relacionados aos custos e à produtividade. Vasconcelos (2014) e Pomeranz (2018) pontuam algumas medidas para reduzir a disparidade de preços relativos, como redução as concessões de crédito à indústria e elevando-as aos *kulaks*, além do estabelecimento de uma política de preços máximos a serem cobrados pelos bens em questão⁴⁷.

As contradições socioeconômicas no seio da Nova Política Econômica foram somadas pelos desequilíbrios setoriais: o crescimento industrial e da agricultura entre 1913 e 1928 foi, respectivamente, de 2% e 18%⁴⁸. A indústria soviética aproveitou-se da capacidade ociosa existente devido aos conflitos – Primeira Grande Guerra e guerra civil russa – e, justamente por isso, os investimentos foram apenas ligeiramente superiores às depreciações (POMERANZ, 2018). Para alcançar maiores taxas de crescimento econômico, como visto na equação 2 do capítulo anterior, requer-se-ia maior participação dos investimentos na renda nacional para, conseqüentemente, elevar a capacidade produtiva da URSS – ainda que não se tratasse somente disso.

Intuitivamente, o setor mercantil-capitalista crescia mais que a indústria socialista, constituindo um grande impasse à continuidade da NEP enquanto estratégia de longo prazo à socialização da riqueza:

Em plena fase de recuperação da NEP, a população é ainda rural em 82% e importa-se quase tudo de equipamentos. A agricultura continua sendo a base geral da economia, respondendo a indústria por apenas um terço da produção global. O setor socialista (na verdade, estatal) emprega menos de 20% do pessoal ocupado, ao passo que a maioria de 80% se encontra ainda empregada no sistema privado de mercado, sobretudo a agricultura camponesa. (MOREIRA, 2017, p. 56).

Não menos relevante, teve-se problemas nas colheitas entre 1927 e 1928, devido aos problemas naturais da União Soviética – inverno severo, por exemplo – e à especulação por parte dos *kulaks* e camponeses médios. Circunstancialmente, “Em 1º de janeiro de 1928, apenas

⁴⁷ Sendo 1 o índice dos termos de troca entre bens industriais e agrícolas em 1913, chegou-se a 2,38 (1923-1924), diminuindo para 1,82 em 1927 (REIS FILHO, 1983).

⁴⁸ Reis Filho (1983, p. 19) coloca que a recuperação da indústria como um todo (leve e pesada) foi de 10,5% entre 1913 e 1927, “mas o resultado encobria o lento ritmo de recuperação da indústria pesada.”.

39,3% das compras previstas de cereais foram realizadas. No ano anterior, na mesma época, 63,7% do programa estava cumprido.” (REIS FILHO, 1983, p. 31).

Esse amplo cenário da década de 1920 – decorrente das contradições político-econômicas da NEP – criou terreno fértil para o surgimento de debates acerca dos rumos a serem seguidos pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, sobretudo pelo fato de Lênin ter falecido ainda no início de 1924, culminando em disputas entre frações do PCUS pelo poder político, notadamente Leon Trótsky e Josef Stálin.

2.2.1.2. Debates da transição socialista na década de 1920

O entendimento de que a transição socialista soviética avançaria ou não caso fosse promovido um processo de industrialização originou-se do próprio desdobramento da Nova Política Econômica, afetando diretamente as disputas políticas dentro do Partido Comunista.

Em meados de 1923, a “oposição operária”, encabeçada por Leon Trótsky e Ieviguêni Preobrazhensky, defendia a tese de industrialização pesada financiada pelos agricultores. Uma espécie de “poupança forçada” constituiria o fundo de acumulação necessário à industrialização, mediante fixação de preços industriais acima dos preços agrícolas – caracterizando, assim, o processo de acumulação primitiva socialista⁴⁹. Neste caso, a acumulação primitiva socialista poderia funcionar tanto por uma tributação progressiva quanto pela via da coletivização das terras. Não menos relevante, o aumento da capacidade produtiva atenderia o aquecimento de demanda por parte dos agricultores e trabalhadores⁵⁰ e, juntamente com a fixação de preços acima descrita, tentaria combater o processo inflacionário. A partir desse modelo de crescimento,

[...] o setor estatal abrangeria tanto a acumulação socialista sobre a base produtiva da própria economia estatal, que deveria ser ampliada, quanto o que esse autor [Preobrazhensky] chamava de acumulação socialista primitiva, a acumulação estatal sobre a base de recursos externos à atividade produtiva estatal (CARCANHOLO, s.d., p. 13)

Este caminho parte da compreensão, segundo Carcanholo (s.d., p. 13-14) de que há duas leis econômicas em vigor – a lei do valor e a acumulação primitiva socialista –, formando uma unidade dialética e, portanto, uma determinada formação social de transição, cuja característica mista é inerente às economias socialistas. E, tratando-se de uma economia com um nível desenvolvimento capitalista relativamente menor – e cuja edificação deste modo de produção

⁴⁹ Grosso modo, constitui o processo de acumulação por parte do setor socialista – industrial – dos excedentes gerados no setor mercantil-capitalista – agricultura.

⁵⁰ O salário médio operário em 1927 ultrapassava em 15% os índices de 1913.” (REIS FILHO, 1983; p. 19)

iniciou-se mais tardiamente se comparado com os países centrais – às potências europeias e altamente dependente⁵¹, a lei de acumulação socialista justificar-se-ia ainda mais no contexto soviético – “financiamento possível” da industrialização.

A outra ala do Partido Comunista, a “pureza leninista” – cujas figuras mais notáveis eram Josef Stálin, Grigori Zinoviev, Lev Kamenev e Nikolai Bukharin – pregavam a continuidade da Nova Política Econômica. Em outras palavras, a NEP funcionaria como estratégia de desenvolvimento (longo prazo) e não mais como um conjunto de medidas conjunturais (“recuo tático”). Dentro dessa perspectiva, poder-se-ia utilizar das vantagens comparativas russas à época – exportação de grãos – como principal fonte de divisas para, no longo prazo, aumentar a capacidade produtiva soviética e atender a demanda dos camponeses por bens industriais. Em 1923, essa corrente foi a vencedora (VISENTINI, 1989).

Com a morte de Lênin e gradativamente ganhando mais espaços dentro do PCUS, o secretário-geral Josef Stálin em 1925, no XIV Congresso do partido, lançou a tese do *socialismo em um só país*, contrapondo-se a *revolução permanente* de Trótsky: enquanto este colocava a revolução mundial como pressuposto ao sucesso do socialismo soviético, Stálin considerava que o insulamento da URSS obrigaria o país a construir as bases econômicas do socialismo sob um regime praticamente autárquico (*idem*, 2017). O desejo lenineano de que “[...] a sorte da revolução de Outubro era uma variável da revolução [socialista] no Ocidente [e também da revolução democrático-burguesa no Oriente] [...]” (NETTO, 1993, p. 20) não havia se concretizado fundamentava e fortalecia a percepção stalinista de “esforços autárquicos” à edificação da transição socialista na URSS.

Neste ponto, porém, é relevante salientar algumas questões referentes tanto no que concerne à teoria quanto à política. Percebe-se que a tese stalinista de socialismo em um só país só seria compatível com a estratégia de desenvolvimento encabeçada pela oposição operária: o caráter autárquico da economia soviética formaria a intersecção lógica entre ambas. E, considerando as disputas políticas entre Trótsky e Stálin, o secretário-geral deveria se apropriar da tese de acumulação primitiva socialista para conseguir, atrelada ao socialismo em um só país, o comando do PCUS e, inevitavelmente, da União Soviética.

O XV Congresso do PCUS, realizado em dezembro de 1927, consagrou a consolidação de Stálin na liderança do partido e, além de ter completado a estruturação Estado-partido e a

⁵¹ No sentido de que, historicamente, a industrialização russa sempre dependeu da penetração de capitais estrangeiros e da exportação de grãos e cereais para auferir divisas necessárias à importação de bens de capital e outros itens.

expulsão de Trótsky, Kamenev e Zinoviev⁵² (principais opositores de Stálin àquela altura), aprovou-se a tese de socialismo em um só país atrelada à estratégia de desenvolvimento calcada na acumulação primitiva socialista (NETTO, 1985; VISENTINI, 2017) e, portanto, respaldada por planos econômicos – notadamente os de médio prazo, também designados por planos quinquenais.

2.2. Josef Stálin: a edificação do socialismo soviético e os primeiros planos quinquenais

O entendimento que a planificação constituiria um pressuposto da transição socialista, a fim de alocar os recursos à industrialização e, *a posteriori*, atender as amplas necessidades humanas, a sua institucionalização foi centro de outro debate no seio do PCUS.

Os “genéticos”, liderados por Nikolai Kondratiev, ao afirmarem “que diretrizes dos planos devem se basear na análise das tendências existentes na economia, [levando] em conta a disponibilidade de recursos e a conjuntura real econômica.” (MIKHAILOVA, 2011, p. 4), pressupunham que os recursos “[...] deveriam ser alocados através de mecanismos de mercado, [...], considerando a escassez relativa dos fatores e as taxas de retorno dos investimentos.” (POMERANZ, 2018, p. 78). Dessa forma, os planos econômicos seriam indicativos, coordenando as movimentações de mercado e, com base nestas, a planificação seria edificada.

Por sua vez, os “teleólogos” “[...] defendiam a tese de que um plano econômico deveria ser [...] formatado pelas metas nacionais estabelecidas pelo Estado.”, cujo objetivo principal seria de “[...] maximizar o crescimento e [...] devendo superar as forças de mercado.” (*ibidem*, p. 78). Em outras palavras, ao serem estabelecidas as principais metas dos planos quinquenais, buscar-se-ia os recursos necessários para cumpri-las. Ao contrário da corrente anterior, o tipo de desenvolvimento a ser perseguido seria “de cima para baixo”.

Por serem formados por membros do PCUS e outros profissionais seguidores de suas linhas estratégicas, ao contrário dos “genéticos” – majoritariamente intelectuais da antiga Rússia czarista –, a segunda corrente foi a vencedora (MIKHAILOVA, 2011). Não somente isso, mas quando se analisa friamente as proposições aprovadas pelo PCUS – o socialismo em um só país e a industrialização acelerada –, seria coerente aglutinar a corrente genética à referida estratégia de transição socialista.

Sem dúvida alguma, o processo de industrialização da União Soviética, no sentido de avançar na socialização da riqueza, era fundamental; todavia, naquele contexto histórico específico, uma nova guerra mundial era iminente e, por isso, a tese de industrialização ganhou

⁵² Kamenev e Zinoviev aliaram-se a Trótsky posteriormente.

mais notoriedade dentro das fileiras do PCUS, pois necessitar-se-ia de uma espécie de economia de guerra *sui generis*⁵³.

Olhando para as formulações de Kalecki (1980, 1982 [1969]), percebe-se que os teóricos da planificação econômica sob o socialismo se basearam ao longo dos anos, em grande medida, ao modelo soviético: primeiro estabelece-se os principais objetivos para, depois, alocar os recursos disponíveis – no caso kaleckiano seria, respectivamente, a definição de uma taxa de crescimento da renda nacional e a divisão entre investimentos e consumo pela “curva de decisão do governo”.

2.2.1. Os primeiros planos quinquenais e os resultados gerais da industrialização soviética

O Primeiro Plano Quinquenal (1928-1932) colocou em prática as teses aprovadas pelo Partido Comunista da União Soviética, dando início à edificação do modelo de crescimento econômico que perdurou ao longo de toda a existência do bloco soviético – apesar de eventuais mudanças.

Para realizar a acumulação primitiva socialista, capaz de financiar a industrialização pesada do país, Stálin promoveu um amplo processo de coletivização forçada das terras para facilitar a transferência do excedente agrícola – além de utilizá-lo para exportações e, considerando o contexto de crise global do capitalismo à época, poder-se-ia importar bens de capital e outros itens necessários a preços mais baixos, apesar do insulamento da revolução – e mão de obra à indústria, eliminando o mais rápido possível a formação socioeconômica burguesa do campo – um dos lemas era eliminar os *kulaks* enquanto classe –, a fim de avançar na socialização da riqueza do país. Segundo Visentini (2017, p. 40), ao contrário da NEP, a coletivização forçada emergiu como “[...] uma Segunda Guerra Civil, o confronto entre a revolução socialista e a revolução capitalista, que vinham coexistindo desde 1917, situação que, durante a NEP, chegara a pender para o lado da pequena burguesa agrária.”.

Com a coletivização, além da deflagração de conflitos entre comunistas e proprietários rurais privados⁵⁴, prejudicando o pacto social de então, houve uma transformação no campo: as propriedades dominantes eram as cooperativas (*kolkhozes*) e as fazendas estatais (*sovkhoses*). A nova forma da aliança operário-camponesa fez-se à base da repressão, levando alguns

⁵³ Apresentada no capítulo primeiro, seção 1.1.3.

⁵⁴ Estima-se perdas humanas entre 1 e 4 milhões de pessoas (*idem*, 1989). Ademais, Losurdo (2004) também atenta para os conflitos de caráter nacional, haja vista a maioria da população rural ser não-russa e o grosso da liderança política ser russa.

camponeses pobres a se oporem às cooperativas – inclusive, matando gados e destruindo plantações. De qualquer forma, a rapidez da coletivização stalinista foi notável:

[...] entre 1930 e 1931, a percentagem de famílias coletivizadas passou de 23,6% para 52,7% e a área plantada coletivizada passou de 33,6% para 67,8%. O processo seguiu mais lentamente nos anos seguintes, para alcançar 83,2% e 89,6% das famílias coletivizadas respectivamente em 1935 e 1936 e 94,1% da área plantada em 1935. (POMERANZ, 2018, p. 82).

A partir dessa nova estrutura socioeconômica em processo de consolidação, o Estado soviético determinava vendas compulsórias de bens agrícolas para financiar a industrialização e a alimentação dos operários. Todavia, esse processo por muitas vezes desestimulava a elevação da produção e produtividade agrícolas, pois a venda de parte do excedente era feita por preços relativamente baixos – próximo ou até mesmo abaixo dos custos de produção. Nos primeiros anos, o resultado foi de [...] queda da produção (nos primeiros anos) [...]” (VISENTINI, 2017, p. 41).

No que diz respeito à industrialização soviética, priorizou-se recursos às “[...] indústrias de construção mecânica, armamentos, siderurgia, transportes, estradas de ferro e canais, energia elétrica, carvão e petróleo, [...]. A eles seriam destinados 78% dos investimentos totais.” (REIS FILHO, 2003, p. 91-92), formando grandes complexos industriais, inclusive nas regiões orientais da União Soviética. O estabelecimento de prioridades na alocação de recursos foi possível devido à presença do “departamentalismo” na economia soviética; tal estrutura consistiu na criação de departamentos dos principais ramos econômicos dentro do Comitê Central do PCUS e a subordinação dos ministérios a suas decisões consolidaram uma nova “economia de comando”, colocando os órgãos de Estado à serviço do Partido Comunista da União Soviética (BROWN, 2007, p. 136). As dificuldades desse processo industrializante podem ser resumidas pela “[...] falta de tecnologia, investimentos externos, técnicos e mão de obra.” (VISENTINI, 2017, p. 41), explicadas pelo insulamento da URSS e pela fuga de trabalhadores qualificados após a revolução.

Este novo modelo de crescimento, dentro do contexto de transição socialista, objetivaria profundas transformações na estrutura econômica soviética,

[...] onde a grande escala de produção industrial substitui a pequena, a cooperativa colcosiana a miríade de unidades familiares, a distribuição central do Estado a pulverizada do mercado, a grande loja do atacado o pequeno centro de consumo a varejo, [...] (MOREIRA, 2017, p. 60).

O Segundo Plano Quinquenal (1933-1937) foi elaborado para corrigir problemas relacionados ao plano anterior, além da expectativa de elevação em 50% da produção agrícola – que, nesse período, houve uma maior liberdade de comércio de bens agrícolas, relaxando os

processos de racionamento – e 100% da indústria leve, ainda que a indústria pesada permanecesse na prioridade econômica (*ibidem*, 2017). Entende-se que, apesar do sucesso alcançado, os planos quinquenais foram as primeiras experiências industrializantes de fato vividas pela União Soviética o que, evidentemente, espera-se que erros sejam mais presentes do que em planos subsequentes.

Durante a década de 1930, promulgou-se uma nova Constituição (1936), conhecida como “Constituição Stalinista”. No artigo quinto da Carta Magna, em função da construção do modelo de crescimento, expressa-se que “A propriedade socialista na URSS tem, ou a forma de propriedade do Estado (bem de todo o Povo), ou a de propriedade cooperativa coletiva (propriedade de fazendas coletivas, propriedade de associações cooperativistas)⁵⁵.”. Em outras palavras, a propriedade privada dos meios de produção estaria formalmente proibida na União Soviética. Adiante, no artigo décimo primeiro, há a institucionalização da planificação econômica que, embora se encontrasse em estado embrionário, ganhava relevantes estruturas ao longo dos planos quinquenais. “A vida econômica da URSS é determinada e dirigida por um plano nacional de Estado, que tem por fim aumentar o bem do povo, ampliando o conforto material e o nível intelectual das classes trabalhadoras [...]”⁵⁶.

O Terceiro Plano Quinquenal (1938-1942), interrompido pela Segunda Grande Guerra – designada pelos soviéticos como a Grande Guerra Patriótica (1941-1945)⁵⁷ –, procurou priorizar os aspectos qualitativos da economia soviética, como a gestão das empresas e a produtividade do trabalho. Com a eminência do conflito mundial, priorizou-se a indústria bélica: “Nos anos 1938-1940, as taxas médias anuais de produção industrial foram 13%, e as mesmas taxas do setor bélico foram três vezes mais altas, ou seja, 39% por ano.” (MIKHAILOVA, 2011, p. 5).

Apesar do imenso número de perdas humanas – aproximadamente 20 milhões de soviéticos – e de destruição econômica⁵⁸, a União Soviética saiu fortalecida da Segunda Grande Guerra e, graças à estruturação da planificação econômica – iniciada um pouco mais de dez anos antes da Grande Guerra Patriótica – e à aglutinação de forças entre civis e soldados soviéticos – seja pelo patriotismo, seja pelo culto à personalidade –, o país conseguiu ter papel decisivo para a derrota da barbárie: o nazi-fascismo.

⁵⁵ Disponível em <<https://www.marxists.org/portugues/stalin/biografia/ludwig/constituicao.htm>>.

⁵⁶ Disponível em <<https://www.marxists.org/portugues/stalin/biografia/ludwig/constituicao.htm>>.

⁵⁷ Entre 1941 e 1945 pois marca a presença soviética de fato no conflito.

⁵⁸ As tropas hitleristas ocuparam a parte ocidental da União Soviética – Ucrânia, Rússia europeia, entre outros –, região com participação considerável da estrutura produtiva soviética – tanto de indústria pesada quanto de produção agrícola.

Durante a Grande Guerra Patriótica, fundou-se um novo pacto social, baseado na defesa e independência nacional frente ao perigo nazi-fascista. Neste momento, as diferenças nacionais entre as repúblicas soviéticas foram jogadas em segundo plano (LOSURDO, 2004).

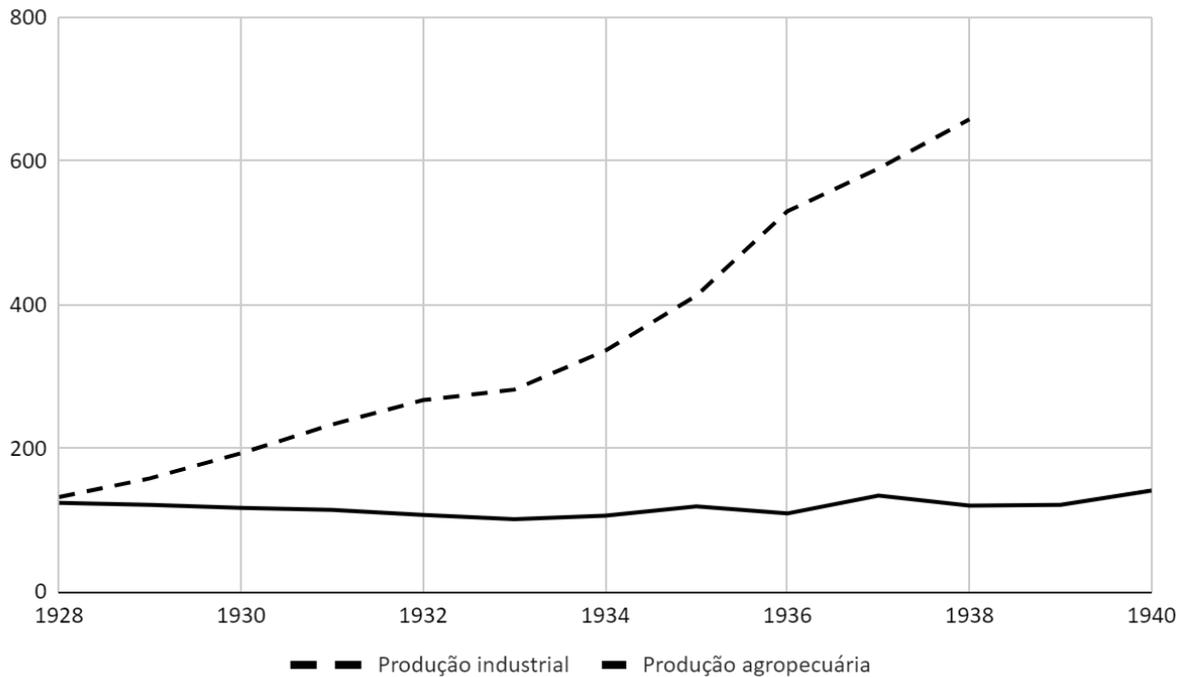
Tabela 1 – Divisão da produção industrial

	1913	1928/9	1932	1937	1940
Meios de produção (Departamento I)	44,3%	32,8%	53,3%	57,8%	61%
Bens de consumo (Departamento II)	55,7%	67,2%	46,7%	42,2%	39%

Fonte: Almeida Júnior e Germer (2015)

O processo de industrialização soviética foi exitoso, invertendo as participações dos departamentos de meios de produção e bens de consumo entre 1928/9 e 1940. Além da acumulação primitiva socialista, mediante a *turnover tax*⁵⁹, teve-se a apropriação de tecnologia estrangeira e empréstimos externos para financiar a importação de máquinas e equipamentos, ainda que os excedentes agrícolas fossem a principal fonte dos investimentos: “[...] o crescimento do departamento I é surpreendente. Cresceu 248,47% no I Plano Quinquenal e 139,50% no segundo. Isso nos dá um crescimento médio anual de 23,99%.” Apesar da queda na participação da produção industrial global, “[...] O departamento II, por sua vez, também cresce, embora a taxas mais lentas: 53,28% no I Plano e 99,57% no segundo, com uma média de 11,83% ao ano.” (ALMEIDA JÚNIOR e GERMER, 2015, p. 132).

⁵⁹ Imposto sobre faturamento incidente nos bens agrícolas (ALMEIDA JÚNIOR e GERMER, 2015).

Gráfico 1 – Desempenho industrial e agropecuário (índice: 1913 = 100)

Fonte: Almeida Júnior e Germer (2015)

O Gráfico 1 aponta a evolução da produção industrial e agropecuária durante os primeiros planos quinquenais. Como apontam Almeida Júnior e Germer (2015), o sucesso do processo de industrialização soviética teve como aspecto negativo a baixa evolução da produção agropecuária. As razões para esse resultado desfavorável, além dos impactos da coletivização promovida por Stálin, foram a impossibilidade de intensa mecanização do campo, por conta de um excesso de mão de obra rural, além da drenagem de recursos e matérias primas pela indústria pesada, impossibilitando o aumento da produção agropecuária via extensão.

Tabela 2 – Evolução da população empregada por setor (1913-1940)

	1913	1928	1940
Setor agrícola	75%	80%	54%
Setor industrial	9%	8%	23%
Setor terciário	16%	12%	23%

Fonte: Visentini (2017)

Um dos grandes impactos dos planos quinquenais, sobretudo os que foram postos em prática pelo governo Stálin, foi a alta urbanização. Como exposto na Tabela 2, em pouco mais

de 10 anos, a população empregada na indústria praticamente triplicou. Ademais, entre 1926 e 1939, 23 milhões de camponeses migraram às cidades (VISENTINI, 2017, p. 45). Mesmo com os problemas oriundos da intensa urbanização, como o surgimento de favelas, as políticas de universalização de saúde e educação fez com que houvesse uma notória melhoria social.

Com a clara prioridade à indústria pesada, os desequilíbrios setoriais tornam-se inevitáveis e, ao longo de sua existência, a URSS mantém esse objetivo-chave devido à nova configuração internacional em ascensão: a Guerra Fria. O “novo mundo bipolar”, além de ampliar as atenções soviéticas no que diz respeito a sua segurança – por exemplo, tendo-se a necessidade de fabricar armas nucleares após a tragédia de Hiroshima e Nagasaki –, colocaria um protagonismo político-econômico fundamental para suprir, materialmente, os países socialistas que emergiam na segunda metade do século passado – em 1949, surge o COMECON (Conselho para Assistência Econômica Mútua). Assim, mesmo com boicotes e limitadas relações político-comerciais com países capitalistas – como a não-inclusão da URSS no Plano Marshall –, o bloco soviético já não estaria mais isolado como nos períodos pré-guerra.

2.3. Nikita Krushev: reformas e coexistência pacífica

Diante do novo cenário interno – país industrializado – e internacional – líder do bloco socialista e grande potência econômico-militar –, Nikita Krushev assume o comando da União Soviética em 1953, após a morte de Josef Stálin⁶⁰. Tentou-se, durante o seu governo, mudanças nos campos político – “desestalinização” –, econômico – descentralização – e nas relações internacionais – princípio da coexistência pacífica entre capitalismo e socialismo.

No XX Congresso do PCUS, Krushev fez o famoso “discurso secreto”, denunciando o culto à personalidade de Stálin e colocando a responsabilidade dos crimes quase exclusivamente ao seu antecessor. Medidas como a libertação de presos com penas inferiores a cinco anos, esvaziamento de certos campos de trabalho forçado (*gulags*) e uma maior abertura no campo das artes foram características marcantes da “desestalinização”.

Visentini (2017, p. 93) aponta esse evento como um “[...] divisor de águas, pois representou o início da erosão da legitimidade do sistema e do reforço do anticomunismo.”. Em outras palavras, houve uma crise no pacto social soviético firmado no período da Grande Guerra Patriótica. O culto a Stálin impactou significativamente os partidos comunistas de todo o mundo, pois viam no ex-líder a personificação do socialismo e, especificamente acerca do Leste

⁶⁰ Por um breve momento, houve uma “liderança coletiva”, entre Krushev, Malenkov e Beria. Em setembro de 1953, Krushev assumiu a secretaria-geral do PCUS, consolidando-se no poder.

Europeu, as lideranças comunistas viam-se a si próprias como herdeiras e tributárias a Stálin (*idem*, 2021). Ademais, contribuiu para que algumas fricções ocorressem entre URSS e outros países socialistas, notadamente Albânia e China. Segundo Losurdo (2004, p. 135),

A demonização acrítica de Stálin, funcional para um acerto de contas no interior do PCUS e do movimento comunista internacional, golpeando e liquidando idealmente o protagonista não só da Grande Guerra Patriótica, mas também do pacto social que ela inaugurou, provocou uma verdadeira crise de identidade, escavando um gigantesco vazio histórico.

No campo internacional, a União Soviética tentou engendrar uma política pautada na coexistência pacífica, isto é, na admissão de que diferentes sistemas socioeconômicos – no caso, socialismo e capitalismo – pudessem existir simultaneamente sem que conflitos ocorressem. Essa percepção era baseada na interpretação kruscheviana do enfraquecimento do modo de produção capitalista e do triunfo do socialismo a nível mundial – inclusive pela via pacífica, devido à inevitabilidade do desmoronamento do capitalismo; dessa forma, a construção de relações político-econômicas pacíficas com as potências imperialistas seria possível e viável. Em consequência, Krushev, no âmbito dos debates internos do PCUS, considerou que a sociedade soviética avançava a passos largos em direção ao comunismo, substituindo antigas denominações, tais como “Estado operário-camponês” para “Estado de todo o povo soviético”, ocultando o antagonismo de classes ainda presentes na União Soviética (MARTENS, 2018 [1991]; VISENTINI, 2021).

Apesar das boas intenções por detrás dessa doutrina – ainda que os pontos de partida fossem irrealistas –, a política externa kruscheviana teve alguns episódios desgastantes para a União Soviética, como a Crise de Berlim (1961), a Crise dos Mísseis de Cuba (1962), além das participações soviéticas na detenção de revoltas na Hungria e Polônia – ambas em 1956. Todavia, durante a era Krushev, a União Soviética conseguiu avançar em certos aspectos no cenário internacional, como a liderança na criação do Pacto de Varsóvia (1955) em resposta à criação da OTAN, à militarização europeia (sobretudo na Alemanha Ocidental) promovida pelos EUA (VISENTINI, 2021) – esta foi realizada pelos estadunidenses em resposta à Guerra da Coreia – e à defesa do bloco socialista internacional, além de conquistas relacionadas à corrida espacial, protagonizadas por Yuri Gagarin e Valentina Tereshkova.

No campo econômico, tentou-se empreender processos de desburocratização – herança do período stalinista, mas se deve salientar o contexto da Segunda Guerra Mundial e as ameaças imperialistas enquanto causas da excessiva centralização – e alterações na institucionalidade da planificação existente.

A consolidação e a evolução dos desequilíbrios setoriais levaram a liderança soviética a tentar corrigir esses problemas. Para Krushev, “A subalternização da infraestrutura do consumo à gigantesca verticalidade do planejamento é apontada como o erro capital do sistema.” (MOREIRA, 2017, p. 67).

Em um primeiro momento, dividiu-se o PCUS em duas secretarias – indústria e agricultura – em cada região soviética; houve a criação dos Conselhos Nacionais de Economia – *sovnakhozes* –, “[...] com o objetivo de dirigir e controlar, em áreas determinadas, os investimentos, a produção, os salários, as condições de trabalho, o abastecimento.” (REIS FILHO, 1983, p. 69), substituindo o antigo sistema ministerial (ou departamental) erguido no período stalinista pelo “regionalismo”. Ademais, pretendia-se elevar a autonomia regional e com isso os *sovnakhozes* chegaram a controlar cerca de 75% da produção industrial soviética. Visentini (2017) também aponta à abolição de 30 ministérios de planificação, reforçando a estratégia descentralizadora de Krushev. Pomeranz (2018, p. 115) discorre que o “O departamentalismo [...] foi, porém, substituído pelo localismo, devido à visão regionalista dos *sovnakhozes* e conduziu a uma fragmentação regional autárquica da economia”, muito por conta de objetivos políticos, a fim de elevar o poder de Krushev nas bases regionais do Partido Comunista.

A política econômica de Krushev, em um primeiro momento, pretendia dar maior “[...] ênfase à agricultura e aos bens de consumo, dificultando a planificação e relegando os bens de capital a segundo plano.” (VISENTINI, 2017, p. 94). Nesse sentido, a fim de estimular a agricultura, medidas como a elevação dos preços dos bens agrícolas e a diminuição de tributos a serem pagos pelos cooperados foram postas em prática. Mesmo com essas medidas, o processo de acumulação primitiva socialista – pagamento das quotas obrigatórias por preços abaixo dos custos de produção – ainda era um fator dominante.

No entanto, no que diz respeito à agricultura, a grande marca do governo Krushev foi a exploração de terras virgens no Cazaquistão, cujo objetivo era elevar a oferta de bens agrícolas e também aumentar os recursos requeridos para o modelo de crescimento soviético de caráter extensivo. Mesmo com o sucesso inicial, a produção de cereais no Cazaquistão sofreu uma queda na transição das décadas de 1950 e 1960, devido a fatores exógenos – climáticos – e relacionados à gestão e aos elevados custos do processo – deslocamento de trabalhadores, má utilização de máquinas e tratores, entre outros (REIS FILHO, 1983, 2003).

Todas as dificuldades no que concerne à agricultura soviética – sejam elas climáticas ou relacionadas à planificação – tornaram o país entre as décadas de 1950 e 1970 um grande importador de grãos e de outros bens alimentícios (FRANCISCON, 2013).

Mesmo com as intenções iniciais do governo Krushev em priorizar a agricultura e o setor de bens de consumo, a participação do “departamento 1” na produção industrial global cresceu durante o período, ultrapassando a porcentagem de 70%. Deve-se considerar, sobretudo, o contexto histórico internacional da Guerra Fria, cujo peso dado à indústria pesada era inevitável. Consequentemente, houve uma queda na participação do consumo na renda nacional soviética; todavia, apesar disso, “[...] o padrão de consumo soviético melhorou de forma significativa no período, graças ao forte aumento da taxa de crescimento da renda *per capita*.” (MAZAT, 2013, p. 98).

Ainda sobre os bens de consumo duráveis, por muitas vezes o acesso a eles pelos soviéticos era feito no mercado paralelo, isto é, fora do sistema de planificação. O seu surgimento deve-se, principalmente, à ampla necessidade de cumprimento das metas estabelecidas “de cima” e nem sempre se tinha o fornecimento e disponibilidade adequados à produção estipulada, fomentando a negligência por parte das empresas e colocando os custos e a qualidade dos produtos em segundo plano. A própria institucionalidade da planificação econômica soviética criava contradições no tocante à sua própria funcionalidade – isso não quer dizer que a planificação em si mesma seja maléfica, mas tão somente àquela que estava se consolidando na União Soviética, levando em conta as particularidades presentes na URSS e o contexto histórico específico em que estava inserida e se desenvolvendo.

Reis Filho (1983) também salienta as turbulências na planificação econômica soviética durante o período Krushev. Uma série de modificações ao longo de seu governo, alternando entre planos anuais, quinquenais e até mesmo de sete anos, dificultavam a coordenação e a elaboração de metas a serem cumpridas. Inclusive, houve uma diminuição de mais de 50% dos Conselhos Nacionais, revertendo o processo descentralizador tentado anteriormente. Como se não bastasse, o líder soviético também tentou emplacar um plano de longo prazo – 20 anos – durante o XXII Congresso do PCUS (1961), visando ultrapassar os Estados Unidos em certos setores estratégicos, alegando que “[...] o caminho para o comunismo se aproximava [...]” (VISENTINI, 2017, p. 94)⁶¹, reforçando a sua tese – anteriormente exposta. No mesmo evento,

⁶¹ [...] Krushev organizou um novo pacto [social], em todos os aspectos irrealista, sobre cuja base a União Soviética deveria superar, no que diz respeito ao desenvolvimento das forças produtivas, os Estados Unidos da América, até alcançar o estágio do comunismo, com a extinção das classes, do Estado etc.” (LOSURDO, 2004, p. 135). Para Martens (2018 [1991], p. 197), “[...] tais promessas de um futuro paradisíaco permitiram consolidar o

Kruschev reforça os ataques a Stálin mas, contraditoriamente, governava de maneira personalista e tentando afastar a oposição partidária.

Mesmo com todas as turbulências, o crescimento econômico, a partir do modelo extensivo⁶², obteve bons resultados – no que diz respeito ao crescimento econômico e do PIB *per capita*⁶³ –, ainda que as taxas de crescimento fossem inferiores ao período stalinista. Isso se deveu, segundo Mazat (2013), sobretudo à existência de uma oferta de mão de obra relativamente ilimitada, que migrava do campo à cidade – em 1965, aproximadamente 53% da população soviética era urbanizada (VISENTINI, 2017, p. 96) –, além de uma certa abundância de recursos naturais em solo soviético.

Movimentações político-econômicas erráticas e insatisfações da camada burocrática do PCUS causaram a queda de Nikita Kruschev em outubro de 1964 por meio de um “golpe palaciano” promovido por figuras do partido e da KGB⁶⁴ (*ibidem*, 2017). Leonid Brejnev assume o comando da URSS, ficando à frente do país até o início da década de 1980.

2.4. Leonid Brejnev: estagnação e soberania limitada

Ao longo da segunda metade dos anos de 1960 e por toda a década subsequente, a União Soviética firmou-se no cenário internacional como uma superpotência econômico-militar. Ademais, o período é designado pela literatura, como presente em Visentini (2017) e Pomeranz (2018), por uma certa estabilidade política interna⁶⁵ – sem grandes embates no seio do PCUS e da própria população para com o governo soviético – e de quedas no ritmo de crescimento econômico – apesar da era Brejnev ser conhecida, também, como “anos dourados”⁶⁶.

Nas relações internacionais, a União Soviética mostrou-se mais ativa e influente sobre sua órbita de influência – Leste Europeu –, como na invasão de Praga em 1968 e em uma

poder e a posição dos tecnocratas e burocratas.”. O autor salienta para uma outra tese kruscheviana que arrefeceu as movimentações revolucionárias no tocante à luta de classes, favorecendo a burocratização do poder: a transição do Estado operário para o Estado de todo o povo soviético.

⁶² “[...] the expansion of the surplus depending on the mobilisation of additional resources.” (CLARKE, 2007; p. 13).

⁶³ Dados referentes ao período podem ser encontrados em Mazat (2013, p. 102-103).

⁶⁴ KGB: Comitê de Segurança do Estado

⁶⁵ Isso se deve ao fato de uma relativa “paralisia” tanto do PCUS quanto da própria população. Por exemplo, como Netto (1990) e Hobsbawm (1994) apontam, durante o governo Brejnev, teve-se uma espécie de aceitação mais ampla da corrupção burocrática e da consolidação, nas estruturas político-partidárias, de um estrato social designado como *nomenklatura*: tratava-se de uma “camada privilegiada” de trabalhadores, que tinham acesso a melhores casas, produtos estrangeiros, viagens internacionais, entre outros. A política brejneviana de estabilidade nos altos cargos políticos ajudou a arrefecer o debate entre a sociedade e esta com o PCUS no contexto de transição socialista, consolidando ainda mais a hegemonia da burocracia soviética (MARTENS, 2018 [1991]).

⁶⁶ “[...] para a maioria dos cidadãos soviéticos, a era Brejnev significou não ‘estagnação’, mas os melhores dias que eles e seus pais, ou mesmo seus avós, já haviam conhecido.” (HOBSBAWM, 1994; p. 463).

possível invasão militar na Polônia em 1981 caso o governo local não controlasse o Movimento Solidariedade (POMERANZ, 2018). A política externa brejneviana, resumida por esses breves eventos, ficou conhecida como “Política de Soberania Limitada” ou até mesmo por “Doutrina Brejnev”. Pela via do militarismo e da tese de que a melhor proteção ao capitalismo é a proteção da URSS, “[...] [n]a aparência, a União Soviética exprime assim a sua fidelidade ao internacionalismo proletário.” (MARTENS, 2018 [1991], p. 205)⁶⁷.

Além da presença soviética em sua “tradicional” zona de influência, teve-se ao longo desses anos diversos processos de libertação nacional de países periféricos, cuja ajuda econômico-militar da URSS foi extremamente relevante para o êxito desses movimentos revolucionários. Potencializando sua força no cenário internacional, a União Soviética liderou os acordos diplomáticos SALT 1 e SALT 2, juntamente com os EUA, de limitação nuclear⁶⁸ – abrindo caminho para o *détente*.

Todas essas questões, além do próprio crescimento da economia soviética – mesmo que a taxas relativamente menores –, levaram Brejnev a dar continuidade à ideia kruscheviana de que o comunismo se aproximava, denominando a URSS como “sociedade socialista desenvolvida”, reforçando e consolidando cada vez mais o domínio da burocracia sob um contexto de política de estabilidade de quadros (*ibidem*, 2018 [1991]). Mesmo assim, ao longo de seu governo, tentou-se reformar o sistema econômico soviético, notadamente em 1965 e, posteriormente, em 1979.

A primeira foi centrada em dar maior autonomia a nível microeconômico, isto é, ao nível da empresa – ao passo que as medidas kruschevianas foram centradas em autonomia regional e das repúblicas e, com Brejnev, teve-se o retorno ao “departamentalismo”; o lucro passou a funcionar como critério-chave à mensuração da eficiência das empresas, o poder dos diretores elevou-se e o repasse do excedente ao Estado soviético diminuiu, elevando os recursos próprios das firmas. O lucro retido era “[...] for distribution among three *khozrashchet* funds meant for (i) material incentives, (ii) production development, and (iii) housing and social development.” (ISLAM, 2011, p. 105). Pomeranz (2018, p. 117) aponta que a descentralização

⁶⁷ “A sua [de Brejnev] “revolução mundial” é essencialmente o alastramento a todo o planeta do hegemonismo soviético, seguindo o modelo da Europa do Leste. Brejnev nega que o socialismo mundial nascerá da soma de diferentes experiências revolucionárias mundiais. Desconhece que os partidos revolucionários devem ancorar-se nas realidades específicas dos seus países, que lhes é necessário mobilizar as amplas massas para a luta revolucionária tendo em conta as suas particularidades e que devem esmagar o imperialismo e a reação locais”. (*ibidem*, p. 207-208).

⁶⁸ “Na transição da década de 1960 para a de 1970, o equilíbrio nuclear estratégico era atingido, pois a URSS também passou a produzir mísseis balísticos intercontinentais (ICBM) capazes de atingir o território norte-americano a partir de bases de lançamento em solo soviético ou de submarinos nucleares. (VISENTINI, 2017; p. 107).

de decisões de produção entrou em contradição com os indicadores e preços fixados centralmente; dessa forma, “[...] as reformas descentralizadoras não retiraram dos ministérios a responsabilidade maior pelo cumprimento das metas planejadas no âmbito das empresas.”

Por sua vez, a de 1979 tentou estabelecer incentivos materiais ao cumprimento das metas relacionadas à produção vendida – e não mais, como anteriormente, pelo montante produzido –, evitando estoques indesejáveis e incentivando constantes inovações (FRANCISCON, 2013). Nesse sentido, pretendia-se elevar a eficiência na utilização dos insumos e aumentar a qualidade da produção⁶⁹.

Ao invés de reverterem o ritmo decrescente da economia, surgiram problemas crônicos decorrentes das reformas “descentralizantes”, como o aguçamento da corrupção por intermédio de desvios de produtos e insumos ao mercado paralelo e a não-reversão do maior excedente sob poder das firmas em novos investimentos. Essas consequências, que iam de encontro ao princípio da socialização da riqueza, mostravam uma desconexão entre a planificação e as empresas soviéticas.

Apesar do aumento de investimentos na agricultura⁷⁰, a produção agrícola estava praticamente estagnada, devido ao sistema de vendas compulsórias ao Estado e às condições climáticas relativamente desfavoráveis. E, com uma população já majoritariamente urbana – que, por certo, demandava quantidades crescentes de bens agrícolas – e com um modelo de crescimento extensivo – que, apesar das reformas empreendidas por Krushev e Brejnev, ainda era pautada no elevado consumo de matérias primas e contratação de trabalhadores –, a União Soviética via-se obrigada a elevar a quantidade de importação de grãos e outros bens relacionados. Os desequilíbrios setoriais – desenvolvimento da indústria pesada, militar e espacial, em detrimento da indústria leve e da agricultura – tornavam-se, conseqüentemente, mais latentes.

A União Soviética, consolidada enquanto uma potência político-econômico-militar, pode elevar as suas transações comerciais para além do campo socialista e terceiro-mundista. A partir da década de 1970, tem-se um crescimento significativo das exportações e importações⁷¹ do país, sobretudo após o primeiro choque do petróleo em 1973. Após esse

⁶⁹ “[...] indicadores de avaliação de desempenho da empresa: produtividade do trabalho e proporção de produtos de elevada qualidade na produção total da empresa, ambos calculados previamente com base na sua produção bruta.” (POMERANZ, 2018, p. 119).

⁷⁰ Segundo Mazat (2013 p. 101), no quinquênio 1961-1965, a participação dos gastos de capital na agricultura correspondia a 15,5% do total de investimentos, saltando para 20,1% no quinquênio 1971-1975.

⁷¹ Antes da década de 1970, o total de exportações e importações da URSS era crescente. Todavia, o ritmo de crescimento era relativamente constante. Mazat (2013, p. 104) ilustra bem essa mudança.

evento, o país conseguiu um importante caminho para auferir quantidades expressivas de divisas para importação de grãos, maquinários e bens de consumo. Assim, as exportações de petróleo e gás pela União Soviética aos países capitalistas – notadamente os países centrais – seriam mais benéficas do que às relações comerciais com a COMECON, pois

Os termos de troca eram em geral muito desfavoráveis para a União Soviética dentro do CAEM [COMECON]. A URSS tinha que exportar matérias primas, maquinaria e armas para seus satélites enquanto ela importava dos seus aliados bens manufaturados e produtos tropicais⁷². As matérias primas soviéticas eram em geral vendidas a preços bem abaixo dos níveis mundiais para os países satélites. Créditos abundantes, virtualmente sem juros, subsídios e ajuda externa eram, também, outorgados pela União Soviética a esses países. (MAZAT, 2013, p. 104)

Por essa razão a era Brejnev também é conhecida como os “anos dourados soviéticos”:

A curto prazo, parecia mais importante manter os consumidores satisfeitos, ou, de qualquer forma, manter o descontentamento dentro dos limites. Daí, provavelmente, na primeira metade da década de 1970, a maioria dos habitantes da URSS estar e sentir-se em melhores condições que em qualquer outra época na memória viva. (HOBSBAWM, 1994, p. 458).

Em um segundo plano, mas não menos importante, a União Soviética também elevou suas exportações de armamentos,

[...] que antes era feita a preços baixos ou subsidiados a movimentos de liberação do Terceiro Mundo ou a países amigos, a partir dos anos 1970 passou a ser feito em dólares e a preços de mercado principalmente para os países árabes novos-ricos [contexto de reciclagem de petrodólares]. (SEGRILLO, 2012, p. 208).

Com o ingresso soviético na globalização via exportações de petróleo e gás, ocorre um processo de reprimarização de sua pauta exportadora (Tabela 3): “Em 1960, suas grandes exportações eram maquinaria, equipamentos, meios de transporte e metais ou artigos de metal, mas em 1985 dependia basicamente para suas exportações (53%) de energia (isto é, petróleo e gás).” (HOBSBAWM, 1994, p. 456-457)⁷³. A porcentagem de petróleo e gás exportadas às nações capitalistas na década de 1980 chegaram a representar 90% das transações comerciais com esses países (RODRIGUES, 2006, p. 173), acentuando a dependência soviética na exportação desses bens. Mesmo que, a partir de 1976, a URSS tenha se tornado a maior produtora de petróleo e gás do mundo, o bloco soviético ficou suscetível às oscilações dos preços internacionais das *commodities*.

⁷² Essa composição do comércio exterior com os países da COMECON também pretendia viabilizar processos de industrialização.

⁷³ Mazat (2013, p. 121) mostram que em 1970 a participação de matérias primas na pauta exportadora soviética era de 26%; em 1980, a sua participação já era mais da metade das exportações totais.

Tabela 3 – Composição das pautas exportadora e importadora soviética em 1980 e 1985

Exportações soviéticas (em % do total)	1980	1985
Combustível e eletricidade	46,9	52,7
Máquinas e equipamentos (incluindo transporte)	15,8	13,9
Outros	37,3	33,4
Importações soviéticas (em % do total)	1980	1985
Máquinas e equipamentos (incluindo transporte)	33,9	37,1
Produtos de matéria prima alimentar	24,2	21,1
Bens de consumo manufaturados	12,1	12,6
Outros	29,8	29,2

Fonte: FMI (1991, p. 102).

Não obstante, os benefícios provenientes dos choques do petróleo de alguma forma desestimularam o progresso e a continuidade das reformas econômicas soviéticas, já que as importações de grãos e outros produtos era mais vantajosa do que modificar o sistema político-econômico já com claros sinais de esgotamento.

No cenário internacional, ocorre uma reversão da *détente* – também chamada de Nova Guerra Fria –, iniciada ao final da década de 1970, quando os conservadores estadunidenses recuperaram o domínio no Congresso e pressionam o governo Carter a alterar a política externa dos Estados Unidos: aprovação de maiores orçamentos militares, construção de bombas de nêutrons e instalação de mísseis na Europa, além do rompimento de diálogo com o Vietnã e apoio à guerrilha afegã (VISENTINI, 2017, p. 102). O episódio de invasão das tropas soviéticas no Afeganistão – primeira vez que a URSS intervinha em um país fora do Pacto de Varsóvia – foi o estopim para os Estados Unidos legitimarem uma nova corrida armamentista – se é que esta tenha sido pausada de fato –, pressionando a União Soviética a elevar os gastos da indústria militar de forma a impactar na sua fragilizada economia planejada. Ainda, com a consolidação de Ronald Reagan e Margareth Thatcher no poder das potências imperialistas, o avanço do neoliberalismo e do anticomunismo intensificaram as forças para a derrubada da URSS.

Com a morte de Leonid Brejnev, ao final de 1982, dois homens ficam à frente da União Soviética até a ascensão de Mikhail Gorbachev: Yuri Andropov (1982-1984) e Konstantin Chernenko (1984-1985). Andropov era um ex-chefe da KGB, mas que, ao contrário do que possa parecer em um primeiro momento, tinha plena convicção das necessidades de reformas político-econômicas profundas na União Soviética. Entre elas, as principais estavam circunscritas nas áreas de “[...] moralização da vida política e a melhoria da eficiência econômica⁷⁴.” (VISENTINI, 2017, p. 114). Por ser um comunista de bastante prestígio dentro do PCUS, as reformas pretendidas poderiam ter continuidade caso não fosse sua idade avançada e seus problemas de saúde (HOBSBAWM, 1994). Após 15 meses, assumiu seu sucessor cujo mandato estava mais vinculado à preparação de um novo líder do que para seguir as reformas empreendidas por Andropov.

O resgate histórico dos governos anteriores a Mikhail Gorbachev ajudou a explicitar as principais características político-econômicas da União Soviética que, evidentemente, culminaram na elaboração de propostas reformistas daquele sistema edificado ao longo das décadas. Mas, antes de analisar criticamente esse período, cabe ressaltar os principais problemas herdados por Gorbachev, além de pontuar a *perestroika*, em um primeiro momento, como uma tentativa de aperfeiçoamento do socialismo soviético. Isso será relevante à medida que os desdobramentos das tomadas de decisão pelo novo governo desencadearam em outros resultados.

3. CAPÍTULO 3 – A UNIÃO SOVIÉTICA SOB MIKHAIL GORBACHEV (1985-1991)

3.1. *Perestroika*: problemas econômicos herdados

Após os curtos governos de Andropov e Chernenko, Mikhail Gorbachev assumiu o poder da União Soviética. Relativamente mais jovem do que os antigos líderes, pretendia engendrar profundas alterações socioeconômicas na URSS, cujo objetivo primordial anunciado consistia, pelo menos em um primeiro momento, em “aperfeiçoar” o socialismo soviético. Segundo o próprio (1988, p. 15), a *perestroika* – em uma tradução literal, reestruturação – seria

⁷⁴ Medidas de combate à corrupção e de renovação dos quadros partidários (inclusive do próprio Mikhail Gorbachev), além da percepção de que a passagem para um modelo intensivo de crescimento era urgente.

“[...] uma necessidade urgente que surgiu da profundidade dos processos de desenvolvimento em nossa sociedade socialista.”.

Para tanto, seguem-se os principais problemas econômicos herdados por Gorbachev que culminaram na elaboração e lançamento da *perestroika*, cujo enfoque se dará no âmbito das relações macroestruturais, além das relações políticas e internacionais, a fim de tornar elucidativa as justificativas referentes à adoção das medidas político-econômicas no período.

3.1.1. Arrefecimento da dinâmica econômica a nível mundial

A queda da dinâmica econômica soviética não constituiu um fenômeno isolado ou tampouco restrito às nações socialistas. O processo de estagflação dos países capitalistas demonstrava o esgotamento do padrão de acumulação do pós-guerra baseado em um modelo econômico “keynesiano-fordista” – que contemplava Estado de Bem-Estar Social com produção em massa associada a consumo de massa – e a emergência do neoliberalismo, caracterizado pela austeridade fiscal, desregulamentação econômico-financeira e pelo aumento da volatilidade dos fluxos de capitais. Rangel (1990), por exemplo, observa essa dinâmica a partir do conceito de ciclo de Kondratiev (Tabela 4).

Tabela 4 – Taxa média de crescimento da produção industrial ao ano

	Fase “A” (1958-1973)	Fase “B” (1973-1988)
Mundo capitalista desenvolvido	6,1	2,1
Mundo capitalista	6,3	2,1
COMECON	9,3	4,8
União Soviética	8,5	4,6
Estados Unidos	5,2	2,7
República Federal Alemã	6	1,3

Fonte: Rangel (1990).

Ainda que esta pesquisa não pretenda aprofundar a respeito do ciclo de Kondratiev, é inegável a desaceleração econômica a nível mundial⁷⁵, mesmo que as razões para isso sejam distintas para cada conjunto de países:

[...] enquanto o capitalismo foi afligido pelo desemprego em massa nas décadas de 1970 e 1980, o socialismo viveu uma palpável insuficiência de mão-de-obra, enquanto os países do ocidente sofriam com uma enorme capacidade produtiva ociosa [...] as economias socialistas tinham crescentes dificuldades em aumentar a sua capacidade de produção no ritmo necessário para manter suas tradicionais taxas de crescimento. (GALBRAITH; MENSNIKOV, 1988, p. 20)

Sob o capitalismo, os principais problemas estariam no lado da demanda, ao passo que no mundo socialista, segundo os autores, os empecilhos econômicos encontravam-se na estrutura da oferta. Sobretudo no caso soviético, o modelo extensivo de crescimento encontrava limites relevantes, como se verá nas próximas páginas.

3.1.2. A questão do petróleo e a escassez de divisas na década de 1980

No capítulo anterior, viu-se que a reprimarização da pauta exportadora soviética a colocou sob importante dependência das flutuações mundiais dos preços do petróleo. Nesse contexto, com os dois choques do petróleo (1973 e 1979), a URSS conseguiu auferir maiores quantidades de divisas, o que elevou sua capacidade de importação de grãos, máquinas e bens de consumo.

No entanto, há uma contradição importante nesse processo: na medida em que a União Soviética passa a ter uma participação mais relevante no comércio internacional – o que significa uma maior penetração da lei do valor a nível mundial –, a forma como se deu essa inserção, sobretudo no momento em que os “Anos Dourados” do capitalismo se findavam – abrindo espaço para o capitalismo liderado pelas finanças –, potencializou as debilidades econômicas.

Assim, como a ordem socioeconômica dominante à época era o capitalismo, o processo de integração mundial inevitavelmente afetaria cada vez mais o bloco socialista⁷⁶ – sobretudo a União Soviética – no que diz respeito às movimentações internacionais de liquidez, ao comércio e à competitividade em seu sentido amplo, seja ela civil ou militar. Ao contrário da década de 1930, as crises do capitalismo tenderiam a refletir gradativamente mais no bloco

⁷⁵ Evidentemente há exceções para esse fenômeno, sobretudo países asiáticos como a República Popular da China e a Coreia do Sul.

⁷⁶ “Entre 1970 e 1980, as exportações soviéticas para as ‘economias de mercado desenvolvidas’ subiram de um pouco menos de 19% das exportações totais para 32%.” (HOBSBAWM, 1994, p. 459).

socialista⁷⁷ que, por tardar em realizar as reformas necessárias⁷⁸, sua estrutura socioeconômica estaria mais suscetível para ruir. Sobre isso, Lynch (2012, p. 8) diz que a dependência petrolífera soviética “[...] was, after all, easier to buy short-run political and social peace by paying off clients with oil revenues than by the much riskier path of structural economic reform.”.

A observação dos dados permite constatar um aumento do comércio internacional soviético – tanto de exportações quanto de importações – com os países da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico), saltando de menos de 20% nos anos de 1960 para 31% na década subsequente. Os saldos comerciais deficitários com esses países – pois a URSS exportava majoritariamente petróleo e gás e importava bens de maior valor agregado – “[...] foram facilmente financiados através de empréstimos internacionais graças ao contexto de abundância de divisas (petrodólares) característico dos anos 1970.” (MAZAT, 2013, p. 120).

Havia também problemas relacionados aos custos de produção de petróleo associados ao modelo extensivo de crescimento. O esgotamento das camadas mais superficiais – seja pela via das exportações ou pela ampla necessidade de consumo de petróleo e gás como matéria-prima – demandava, por parte do Estado soviético, explorações de jazidas mais profundas⁷⁹. Considerando a geografia soviética, 80% das reservas de petróleo estavam concentradas na Sibéria e no Extremo Oriente, enquanto 70% da população estava concentrada na parte europeia e nos Urais (RODRIGUES, 2006, p. 169). Ou seja, o deslocamento de trabalhadores e de máquinas – muitas delas tecnologicamente obsoletas – exigiria do Estado soviético um montante expressivo de recursos, sem contar as perdas de produtividade devido às condições climáticas e os limites físicos da própria produção petrolífera soviética⁸⁰.

As divisas diminuíram com a reversão do ciclo internacional de liquidez e, adicionalmente, em 1986, o preço do petróleo caiu drasticamente – de 34 dólares o barril, no

⁷⁷ Cabe lembrar, por exemplo, que países como Polônia e Hungria estavam inseridas no circuito financeiro internacional capitalista; assim, como necessitavam de divisas, aumentaram seus endividamentos externos e após o choque dos juros estadunidenses, este evento inevitavelmente afetou os seus respectivos balanços de pagamentos.

⁷⁸ “Para os produtores de petróleo, dos quais a URSS por acaso era um dos mais importantes, [a crise do petróleo] transformou o líquido negro em ouro. [...] Os milhões simplesmente rolavam para dentro sem esforço, adiando a necessidade de reforma econômica e, de quebra, possibilitando à URSS pagar suas importações rapidamente crescentes do Ocidente capitalista com a energia exportada.” (HOBSBAWM, 1994, p. 459).

⁷⁹ Segundo o FMI (1991, p. 36), a “[...] Average unit extraction costs reportedly increased by over 60 percent between 1985 and 1989.”.

⁸⁰ “[...] no início da década de 1980, nós alcançamos um limite físico em nossa produção: ela deixou de aumentar, e nós permanecemos em uma espécie de patamar.” (GALBRAITH, MENSNIKOV, 1988, p. 18). Isso pode ser visto Ver, adicionalmente, em Mazat (2013, p. 119) e Reynolds (1998, p. 77).

início da década, para 12 dólares –, derrubando a entrada de dólares ao país e prejudicando ainda mais o financiamento do balanço de pagamentos soviéticos – visível no aprofundamento da escassez de alimentos, como carne, e bens de consumo em geral. Além disso, em 1982, Reagan assinou

“[...] a diretiva de segurança nacional NSDD-66, que representava uma declaração de guerra econômica à URSS, acompanhada pelo embargo de equipamentos para a exploração de petróleo e gás, bem como pressão sobre os europeus para que também adotassem o embargo.” (VISENTINI 2017, p. 115).

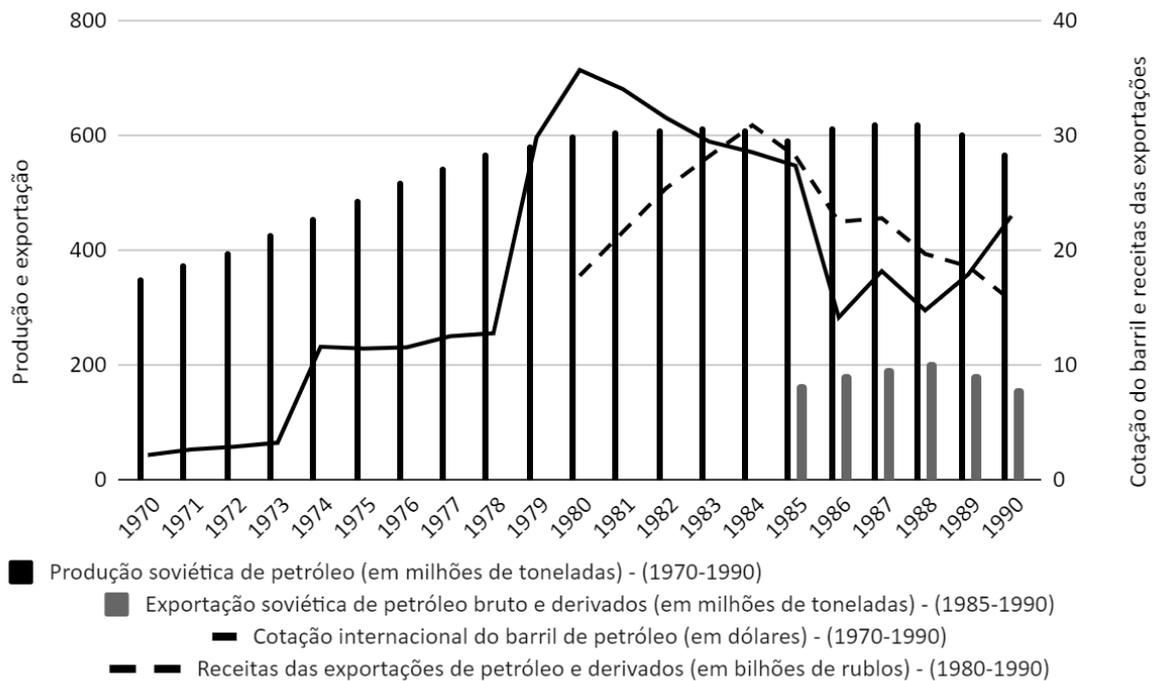
Ao atacar a principal fonte de divisas soviéticas, os Estados Unidos pressionaram ainda mais a debilitada economia da URSS, sobretudo em um contexto marcado pela falta de liquidez internacional.

No tocante à produção e à exportação de petróleo realizadas pela União Soviética, os movimentos descritos podem ser visualizados no Gráfico 2. Na década de 1980, percebe-se que a URSS alcança um limite físico de produção petrolífera, o que mais tarde, na segunda metade da década, culminaria em queda da produção e, inevitavelmente, da exportação. Mesmo com a volta ascendente da cotação internacional do barril de petróleo ao final da década de 1980, o limite físico de produção petrolífera foi o fator-chave à diminuição das receitas provenientes dessas exportações – em queda após 1984, quando atingiu seu pico.

E, considerando as pressões altistas dos custos de produção, a União Soviética necessitaria de políticas estruturais de utilização de novas fontes energéticas ou até mesmo de economia no uso do petróleo – o que exigiria uma mudança estrutural de modelo de crescimento, transitando do extensivo ao intensivo⁸¹.

⁸¹ A transição de um modelo extensivo para um intensivo de crescimento econômico pressupõe a utilização de menos matérias-primas e de trabalhadores, cuja base tecnológica é, para o último, necessariamente superior.

Gráfico 2 – Produção, exportação e cotação internacional do petróleo



Fonte: Para os dados, de produção e exportação, utilizou-se Smith (1993, p. 141) e Krylov; Boksernan; Stavrovsky (1998, p. 78-79); para a série histórica do preço internacional do barril de petróleo, utilizou-se Ipeadata; para os dados de receitas das exportações de petróleo e derivados, consultou-se Sinelnikov (1995, p. 27).

3.1.3. Esgotamento do modelo extensivo de crescimento

Kornai (1979) argumenta que as economias socialistas “clássicas” eram caracterizadas pelos constrangimentos de recursos (*resource constraints*). Em outras palavras, pressupondo-se que, no socialismo, há a vigência do pleno emprego dos fatores e a demanda seja regulada nesse nível – garantida, em última instância, pelo Estado socialista –, então os seus maiores obstáculos estarão no lado da oferta, especificamente sob a forma de gargalos físicos ou de natureza técnica⁸².

A empresa sob o socialismo, segundo o autor, seria do tipo *soft budget constraint*⁸³ pois, caso os seus gastos excedessem seus recursos, o Estado sempre garantiria a sua sobrevivência – ao contrário do que ocorre no capitalismo⁸⁴: “The state is a universal insurance company

⁸² Pelas palavras do próprio autor, “[...] I treat the “classical” form of a socialist economy, which preceded the economy management reforms of the 1960’s and 1970’s.” (KORNAI, 1979, p. 803). Contudo, mesmo com as reformas de Krushev e Brejnev, a economia soviética pode se encaixar perfeitamente nesta caracterização.

⁸³ “Budget constraints: Financial expenses of the firm cannot exceed the amount of its initial money stock and of its proceeds from sales.” (*ibidem*, p. 803).

⁸⁴ Evidentemente, o Estado poderá salvar empresas e outras instituições e agentes em casos de crise. Todavia, não se trata de uma regra desse sistema socioeconômico.

which compensates the damaged sooner or later for every loss. The paternalistic state guarantees automatically the survival of the firm”. Dessa forma, o crescimento da firma não está atrelado a sua situação financeira atual e tampouco futura: “In this case there is no failure; the firm survives even when investment entails graves losses.” (*ibidem*, p. 806). Consequentemente, haverá uma tendência de premiação de empresas menos eficientes e produtivas em detrimento das mais competentes. Neste caso, não se trata de confundir a concorrência capitalista com elevações de produtividade no geral, ou tampouco negligenciar os enormes desperdícios desse modo de produção, mas de acentuar as particularidades do tipo de empresa predominante sob o socialismo soviético.

Uma outra consequência desse tipo de orçamento é que, se o risco de falência da firma tende a zero e não há problemas de demanda efetiva na economia, a sua demanda por recursos – materiais ou trabalhadores – será insaciável. Em outras palavras, em um contexto de abundância de recursos materiais e de oferta ilimitada de trabalho, haverá um bom funcionamento dessas empresas e, conseqüentemente, do modelo extensivo de crescimento.

Tratando-se de firmas *soft budget constraint*, inseridas dentro de uma planificação institucionalmente “supercentralizada”⁸⁵, as empresas, para cumprirem as metas estabelecidas pelos órgãos hierarquicamente acima situados, preferiam – e por muitas vezes só havia essa alternativa – construir novas capacidades produtivas e instalações a melhorarem as já existentes, acarretando por muitas vezes em desperdícios de recursos.

Com o processo de industrialização desencadeado na era Stálin, a urbanização ao longo dos anos foi intensa; no período Brejnev, principalmente entre as décadas de 1970 e 1980, a mão de obra agrícola excedente estava se esgotando e, dessa forma, a oferta de trabalho passou a ser limitada⁸⁶, culminando em uma situação de pleno emprego: “A rate of frictional unemployment of between 1.3 percent and 1.5 percent can be confidently estimated (before *perestroika*)⁸⁷. (LANE, 2002, p. 32).

⁸⁵ Este conceito, por mais que aparenta ser amplo e relativo, refere-se ao fato de existir uma margem extremamente pequena de tomadas de decisões autônomas por parte das empresas soviéticas.

⁸⁶ A alta ocupação feminina nos postos de trabalho também contribuiu para que a oferta ilimitada de trabalho se esgotasse rapidamente: “[...] in 1980, for people in their thirties, 97.6 percent of men and 92.7 percent of women were employed (this includes women on maternity leave). Figures for industrialized capitalist countries are also in the 90 percent range for males in their thirties, but the percentages are much lower – in the 50 percent to 60 percent bracket – for women. Soviet female employees are employed full time, whereas in capitalist countries a sizeable proportion – between 25 percent and 30 percent – are part-timers.” (LANE, 2002, p. 32). É relevante ressaltar que os impactos demográficos da Segunda Guerra Mundial à oferta de trabalhadores também impactaram nesse sentido.

⁸⁷ Início da década de 1980.

Dessa forma, o modelo extensivo de crescimento soviético utilizava muito mais matérias-primas e trabalhadores à produção de bens e serviços se comparados com as economias capitalistas industrializadas, o que significa uma produtividade do trabalho significativamente inferior: “[...] a quantidade de matérias primas e de energia necessária para produzir o mesmo produto final era, respectivamente, 1,6 e 2,1 vezes maior na União Soviética do que nos Estados Unidos na década de 1970.” (MAZAT, 2013, p. 102). Em relação aos trabalhadores,

Soviet plants use from 30 percent to 50 percent more workers than comparable plants abroad and that in imported manufacturing units as many as 1.5 times more operatives are employed, 3.5 times as many engineering, technical, and administrative staff, and 8 times as many auxiliary workers. Surveys have indicated that from 15 percent to 20 percent of the work force is often underutilized because of poor organization. (LANE, 2002, p. 33).

Com estes dados, respaldado também por Islam (2011, p. 128-133), a transição de uma oferta ilimitada de trabalhadores para uma situação de escassez era ocultada pela má alocação dos trabalhadores – a oferta limitada seria artificial, por assim dizer. E, considerando a necessidade de mudanças a serem feitas na infraestrutura soviética – sentido marxista do termo –, dever-se-ia considerar esse aspecto, a fim de não causar problemas em relação ao desemprego e como adotar uma estratégia simultânea capaz de realocar esses trabalhadores e introduzir progressos tecnológicos necessários à economia.

Um outro grande problema da economia soviética no tocante à gradativa queda da produtividade⁸⁸, ao longo dos anos, era a obsolescência tecnológica de máquinas e equipamentos da indústria civil. Além das amplas dificuldades de realização de *spill overs* da indústria militar-espacial para a civil, Mazat (2013, p. 109-110) e Popov (2014, p. 72) apontam para a maior vida útil do capital fixo soviético se comparado com os países capitalistas centrais: entre 1970 e 1985, o percentual de capital fixo entre 11 e 20 anos saltou de 20,9% para 25,5% e para os acima de 20 anos mudou de 7,8% para 12,3%, enquanto para equipamentos com menos de 5 anos houve queda de 41,1% para 33,7% e àqueles entre 6 e 10 anos a diminuição foi de 29,9% para 28,5%; em média, há um salto de 24 para mais de 26 anos de vida útil do capital fixo soviético⁸⁹. Por fim, ao visualizar a participação da depreciação acumulada no valor bruto do estoque de capital fixo, há para o mesmo período um salto de 26% a 41%.

⁸⁸ Mazat (2013, p. 111) aponta que a evolução da produtividade do fator trabalho foi de 3,1 (1961-1973), 2 (1974-1978) e 1,2 (1979-1985); os números do fator capital, para os mesmos anos, foram de -2,9, -3,7 e -4,1.

⁸⁹ Sem dúvida alguma, havia também o problema dos embargos econômicos sobre os países socialistas, dificultando o acesso a novas tecnologias, ainda mais neste contexto histórico específico onde simultaneamente

Popov (2014, p. 60) aponta essa como a dimensão central dos problemas enfrentados pela economia soviética:

What really became the insurmountable and binding growth constraint in the 1970s–1980s in the Soviet Union [...] was the ‘ageing’ of the CPE [Central Planned Economy] resulting from the ageing of the fixed capital stock and the inability of the centrally planned economy to replace the retiring machinery and equipment, buildings and structures⁹⁰.

Ou seja, corroborando a argumentação de Kornai (1979), o autor discorre que os gastos em novas construções são inerentes às economias planificadas, cujos objetivos estariam centrados no cumprimento das metas estabelecidas e no aumento da produção (POPOV, 2014). Além disso, considerando uma situação de escassez artificial de trabalhadores e a preferência por construção de novas unidades produtivas, ou expansão das existentes, entre 1970 e 1983 diminuiu-se a utilização da capacidade instalada média da indústria soviética (SHMELEV; POPOV, 1989, p. 143)⁹¹. Também como consequência pela preferência pela expansão ao invés da recomposição, a elasticidade de substituição capital-trabalho, sinal de potencial de elevação de produtividade, era baixa na União Soviética (POPOV, 2014).

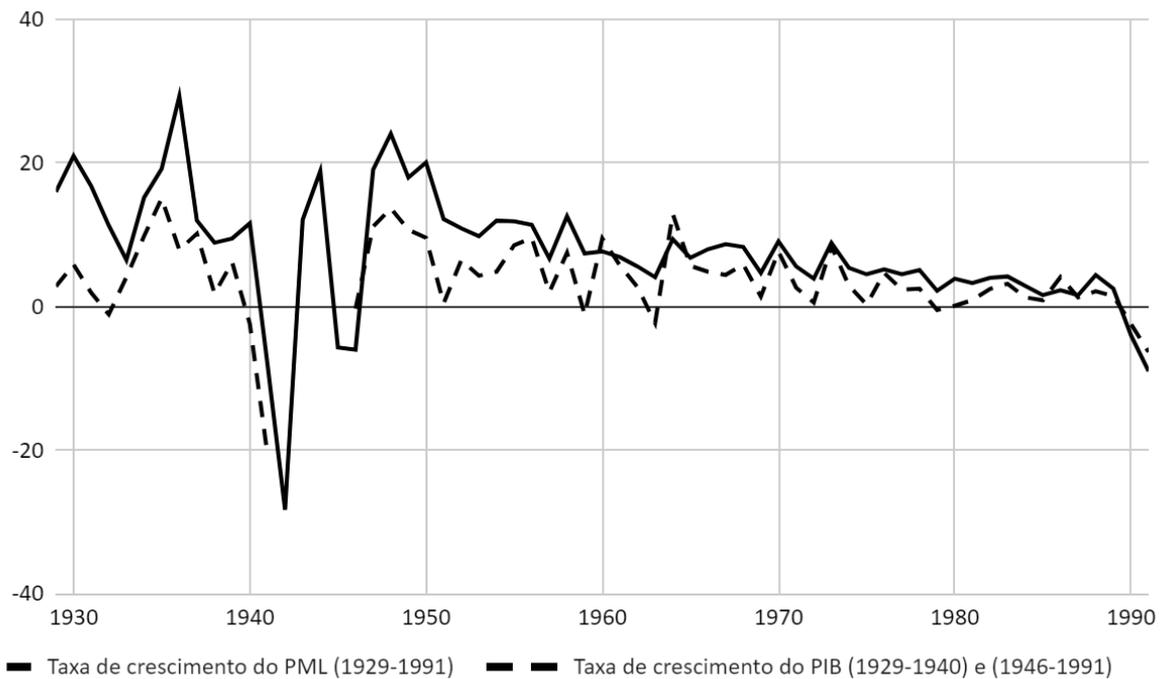
Como se pode ver, à medida que as matérias primas – notadamente o petróleo – tornaram-se escassas e a oferta de trabalhadores limitada, necessitava-se da superação desse modelo extensivo de crescimento por um intensivo, de forma que a produtividade se elevasse e fosse possível engendrar um novo ciclo virtuoso de crescimento econômico capaz de ampliar o processo de socialização da riqueza tal como pretendido pelo sistema socioeconômico.

ocorria a estagnação econômica soviética e a Terceira Revolução Industrial – baseada em Tecnologia e Informação (TI).

⁹⁰ Popov (2014, p. 69) ainda acrescenta que “While in US manufacturing 50–60% of all investment was replacing retirement, and only 40–50% contributed to the expansion of capital stock, in Soviet industry the proportion was reversed: replacing the retiring capital stock required about 30% of gross investment, while over 70% contributed to the expansion of capital stock or to unfinished construction.”

⁹¹ Sobre esses dados, os autores trazem um conjunto de estimativas para a utilização da capacidade instalada (UCI) soviética. Todavia, pode-se dizer que, para 1970, a UCI soviética girava em torno de 90%, ao passo que em 1983 estava entre 84-86%.

Gráfico 3 – Taxa de crescimento do Produto Material Líquido e do Produto Interno Bruto (1929-1991)



Fonte: Para o Produto Material Líquido, utilizou-se Segrillo (2012, p. 208); para o Produto Interno Bruto, retirou-se os dados de Maddison Database (2010).

Ainda que as taxas anuais de crescimento do PML (Produto Material Líquido)⁹² fossem positivas – com exceção, evidentemente, do período da Grande Guerra Patriótica –, a tendência de longo prazo reflete nitidamente o esgotamento do modelo extensivo de crescimento (Gráfico 3). As reformas empreendidas por Krushev e Brejnev não alteraram o modelo, mas tão somente o repararam⁹³. À medida que as taxas vão caindo e os recursos materiais e a oferta de trabalhadores se esgotando, fica cada vez mais difícil de efetuar um salto qualitativo a um novo modelo de crescimento.

Ademais, a institucionalidade específica da planificação soviética⁹⁴, atrelada ao choque altista nos preços do petróleo – devido ao ingresso relativamente abundante de divisas, elevando

⁹² Diferentemente de outras contas nacionais, a contabilidade soviética seguia uma metodologia própria, de modo que o cálculo do Produto Material Líquido (PML) exclui os serviços que não estão vinculados à produção de mercadorias.

⁹³ Nesse sentido, sempre havia alguma descentralização decisória e introdução de indicadores de desempenho econômico, mantendo-se a estrutura da planificação.

⁹⁴ Huang (1994) argumenta que, como havia um grande conjunto de informações nas mãos do poder central soviético, o custo para descentralizá-lo seria, inevitavelmente, maior.

a capacidade de importação de grãos e de bens de consumo –, foram elementos legitimadores do atraso nas reformas econômicas. Em outras palavras, a propensão para transformações estruturais da economia soviética era baixa.

Didaticamente, pode-se usar a equação 2 – exposta no capítulo primeiro, item 1.1.1 – para explicar a estagnação econômica soviética:

$$\Delta Y/Y = (1/m).I/Y - a + u$$

A partir dela, percebe-se que o coeficiente a – referente à obsolescência e desgaste da capacidade produtiva existente – cresceu ao longo dos anos e, dessa forma, contribuiu fortemente para a diminuição das taxas de crescimento da economia. Em relação ao u , viu-se que a utilização das matérias primas, por muitas vezes, culminava em desperdícios, devido às próprias características das empresas soviéticas – *soft budget constraint* – e da específica institucionalidade da planificação econômica soviética – como a preferência pela expansão de nova capacidade produtiva (existente ou nova) que diminuía a utilização da capacidade instalada⁹⁵, sem um correspondente emprego de mão de obra (artificialmente escassa) –, sem contar as dificuldades de organização interna exploradas em linhas anteriores; ou seja, o índice u , gradativamente menor ao longo do tempo, também prejudicava a manutenção das altas taxas de crescimento econômico. A “produtividade do capital” ($1/m$) era cada vez menor, seja pelo aumento da vida útil dos equipamentos soviéticos ou pelas maiores quantidades relativas de consumo dos fatores para uma unidade produzida, levando a uma diminuição do efeito multiplicador dos investimentos, o que também ocasionava em redução da variável dependente $\Delta Y/Y$.

Para que o salto qualitativo – do modelo extensivo ao intensivo – pudesse ser concretizado, necessitar-se-ia de um novo tipo de planificação econômica. Nos anos anteriores, a economia soviética era muito menos complexa do que a da década de 1980; em uma indústria cuja variedade de produção girava em torno de 24 milhões de bens diferentes, “[...] a solução encontrada é a de uma descentralização do seu processo de planejamento e controle.” (POMERANZ, 1990, p. 23). A planificação econômica sob o socialismo, pautada em mudanças gradativas nas relações entre Estado socialista e mercado – como visto no item 1.1.4 –, no contexto dinâmico de socialização da riqueza, necessitava portanto ser reformulada para atender

⁹⁵ Como visto na seção 1.1.1, Kalecki (1980, 1982 [1969]) pressupunha que nas sociedades socialistas o coeficiente u representaria tão somente o aperfeiçoamento de técnicas e de organização da produção. Todavia, como apresentado, passou a significar também uma variação na utilização da capacidade instalada da indústria soviética.

as exigências dos novos tempos – considerando aspectos internos no tocante aos esgotamentos de oferta de trabalho e de recursos naturais e a maior integração econômico-financeira no cenário internacional – e, para isso, demandar-se-ia inovações institucionais para abrir caminhos a novos surtos de acumulação de capital (RANGEL, 1990).

A situação concreta da União Soviética, simplificada demonstrada na equação acima, exigiria a elevação da relação capital-produto (m) para suprir a escassez de oferta de trabalho e diminuir a vida útil dos equipamentos a fim de aumentar a produtividade da economia⁹⁶ – o que significaria uma mudança qualitativa da variável I ; ademais, para contrabalançar a diminuição da razão $1/m$, a participação dos investimentos na renda nacional deveria elevar-se, o que diminuiria a participação do consumo na renda no curto prazo – o que certamente seria um elemento controverso dada à demanda por bens de consumo pela população, sobretudo àqueles de “padrão ocidental” e de bens essenciais como alimentos.

Ou então, considerando que na União Soviética a situação era de escassez artificial de trabalhadores, o coeficiente m poderia se manter relativamente estável no curto prazo para, *a posteriori*, realizar a sua elevação. Isso implicaria a continuação da expansão da capacidade produtiva – ao invés da estratégia de modernização generalizada –, sem grandes alterações qualitativas em I , além da realocação dos trabalhadores até o momento em que, reduzida a quantidade por unidade produtiva, pudesse-se investir na reestruturação completa da indústria soviética – o que pressupõe uma reorganização produtiva interna gradual, elevando o coeficiente u .

Aqui, há um ponto relevante a ser debatido. A alta participação dos investimentos na renda nacional por si só não garante altas taxas de crescimento econômico. Segundo a CIA (1986, p. 4), a participação dos investimentos na renda nacional soviética saltou de 24,3% para 34% entre 1960 e 1984⁹⁷. Ao comparar a URSS com países do Leste Asiático, percebe-se que as taxas de investimento eram altas – semelhantes à do bloco soviético –, apresentando relevantes marcas no crescimento do PIB⁹⁸. Popov (2014, p. 68) pondera que, no caso desses

⁹⁶ “To resolve the whole issue of labour shortage, it was necessary to cut the investment in new plants and equipment, increasing the investment in the replacement of obsolete capital stock. Because this type of structural manoeuvre involved a change of macroeconomic (not microeconomic) proportions, it may seem that it could have been carried out quite *easily in a directly planned economy*.” (POPOV, 2014, p. 72-73).

⁹⁷ As estatísticas macroeconômicas em relação à União Soviética nunca são consensuais. Todavia, a participação de investimentos na renda nacional não se distancia de forma relevante dos dados apresentados.

⁹⁸ Entre 1960 e 1990, a taxa média de crescimento do PIB do Leste Asiático foi de aproximadamente 7,5% a.a (POPOV, 2014, p. 68).

países, eles “[...] managed to keep technical progress running at a high speed”, possibilitando a manutenção de altas taxas de investimento com crescimento econômico relevante – algo que não ocorreu na URSS, como se verá a seguir.

3.1.4. A estrutura dos investimentos soviéticos e a problemática dos desencadeamentos setoriais

Historicamente, o modelo soviético de desenvolvimento sempre deu prioridade à indústria pesada e as razões para isso foram diversas, como explicadas ao longo da pesquisa. Deve-se, contudo, salientar o ambiente externo de constante hostilidade à União Soviética – seja pelo confronto direto, como no caso da Segunda Grande Guerra, ou pelos movimentos de tensão durante a Guerra Fria – enquanto principal fator para os elevados gastos militares do bloco soviético.

Mesmo que o complexo industrial-militar soviético fosse altamente desenvolvido, certos problemas tornaram a macroestrutura soviética extremamente frágil. Rodrigues (2006, p. 197) mostra que, em 1985 – ano em que Gorbachev assumiu o poder –, a participação dos gastos militares no PIB soviético era na magnitude de 13%; nos Estados Unidos, por exemplo, este mesmo parâmetro era de 6%. Para explicitar a problemática destes gastos, a quantia gasta pelos soviéticos era superior também em termos absolutos, mesmo com um PIB inferior aos estadunidenses. Além disso, como visto no capítulo anterior, o próprio ambiente da década de 1980 instigava a União Soviética elevar seus gastos militares para fazer frente às potências capitalistas.

Essa estrutura de investimentos prejudicava demasiadamente a indústria civil como um todo, devido à precária difusão tecnológica – efeito *spill over* – para os outros setores. Freeman (1995, p. 12), em uma específica seção onde compara gastos de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) entre União Soviética e Japão durante a década de 1970, mostra que entre 70% e 75% dos gastos em P&D dos soviéticos eram alocados para os setores militar e espacial, enquanto aos japoneses essa porcentagem compreendia menos de 2%.

Os incentivos para inovações eram, ao nível das empresas, extremamente baixos. A institucionalidade específica da planificação soviética, apesar das tentativas de mudanças dos critérios de avaliação, historicamente esteve ligada ao cumprimento das metas impostas pelos órgãos planejadores hierarquicamente acima localizados, privilegiando a quantidade ao invés de transformações qualitativas.

Não obstante, o próprio caráter *soft budget constraint* das empresas soviéticas não gerava incentivos às inovações, haja vista que a falta de concorrência entre elas não constituía um fator endógeno para a realização de inovações, como é no caso do modo de produção capitalista – não se trata em absoluto neste ponto em defender esse tipo de restrição às empresas soviéticas a fim de incentivá-las a inovarem, o que levaria ao desemprego crônico, a outros tipos de desperdício de recursos, ao aumento das desigualdades sociais e à não satisfação das necessidades humanas, mas de repensar uma nova estrutura de incentivos à operação das unidades produtivas que fosse compatível aos objetivos socialmente estabelecidos. Atrelado a isso, a própria estrutura de P&D do bloco soviético consistia em um entrave relevante para novos saltos econômicos, onde menos de 10% dos gastos em P&D eram realizados ao nível das empresas⁹⁹. Isso reforça o fato de que, no caso soviético, as inovações eram majoritariamente “exógenas” às empresas.

3.1.5. Relação contraditória entre apropriação e distribuição do excedente econômico sob o socialismo soviético

Clarke (2007, p. 11) aponta que as principais diferenças entre o sistema soviético e o modo de produção capitalista estão “[...] in the form of the surplus and correspondingly in the social organisation of the production and appropriation of that surplus.”. Ademais, acrescenta que o sistema socioeconômico soviético

“[...] was not based on the maximisation of profit, nor was it based on planned provision for social need. It was a system of surplus appropriation and redistribution subordinated to the material needs of the state and, above all in its years of maturity, of its military apparatus.”.

Ainda que o sistema administrativo em funcionamento na União Soviética, dentro do contexto de transição socialista, possa ser caracterizado como uma economia de guerra *sui generis* – como exposta no capítulo primeiro, seção 1.1.3 –, não é verdade que o sistema de apropriação e distribuição do excedente econômico negligenciava as necessidades sociais dos cidadãos soviéticos. Ao longo de todos os períodos, de uma forma ou outra, a garantia do pleno emprego, de sistemas universais de saúde e educação, além de habitações, sempre estiveram entre os principais objetivos socioeconômicos da União Soviética¹⁰⁰. É certo dizer que no “período da estagnação” houve pioras na expectativa de vida e na taxa de mortalidade, além de

⁹⁹ No caso japonês, Freeman (1995, p.12) mostra que essa porcentagem seria de aproximadamente 67%.

¹⁰⁰ Ademais, dentro desse argumento, deve-se contextualizar o período histórico que o país se desenvolveu, isto é, sempre cercado por forças contrarrevolucionárias, guerra civil e mundial, além da disputa com os Estados Unidos.

aumentos de consumo de álcool e de assassinatos (GORENDER, 1992; POPOV, 2014), sinalizando necessidade de alterações no modelo de crescimento soviético. Mas, historicamente, desde os primórdios da revolução socialista, os indicadores sociais evoluíram positivamente e a análise de longo prazo é fundamental para compreender as conquistas sociais provenientes da revolução soviética.

De qualquer forma, Clarke (2007, p. 12) explicita que as relações entre empresas e planificação central se davam sob a forma de negociações, onde as primeiras exigiam meios de produção e de subsistência ao passo que o Estado demandava determinadas metas de produção para alimentar o seu aparato e garantir, mediante a apropriação do excedente gerado, a sua reprodução ampliada. Em outras palavras, “[t]he fundamental contradiction of the soviet system lay in the separation of production and distribution which led to a contradiction between the production and appropriation of the surplus¹⁰¹.”.

*Ou seja, desenvolvimento das forças produtivas era restringido pelas próprias relações de produção, pois as empresas e demais organizações buscavam minimizar os lucros mediante o aumento da utilização dos recursos produtivos alocados por unidade produzida – ou então, no mercado paralelo, vendiam os produtos para conseguir preços maiores –, ao passo que o Estado determinava metas de produção para maximizar o excedente econômico. Atrelado a essa contradição, a estrutura de inovações da União Soviética e a característica *soft budget constraint* das firmas soviéticas também limitavam o desenvolvimento das forças produtivas. Como explicitado no capítulo primeiro – seção 1.1.3 –, trata-se de uma lei proveniente de um tipo particular de superestrutura administrativa da economia.*

Todavia, a apropriação do excedente pelo Estado socialista já havia sido, implicitamente, esboçada por Marx ao dissertar acerca da primeira fase da sociedade socialista e a não-superação do direito burguês no tocante à remuneração de acordo com as necessidades¹⁰². Não obstante, em cada período histórico há exigências distintas à planificação e às necessidades humanas – o que demandará novas atribuições em termos de política econômica ao Estado socialista –, o que inevitavelmente causará uma sucessão de desequilíbrios setoriais.

¹⁰¹ A produção, tanto no modo de produção capitalista quanto no sistema soviético, era realizada pelos trabalhadores; por sua vez, a distribuição se dá pelas disputas entre capitalistas e trabalhadores – dada uma determinada legislação trabalhista vigente –, e pelo Estado socialista – no âmbito da burocracia atuante enquanto representante dos trabalhadores –, respectivamente. Dessa forma, levar-se-ia à contradição entre produção e apropriação do excedente – no caso do capitalismo, que resulta de decisões privadas, principalmente.

¹⁰² Ver seção 1.2.1.1.

3.2. Definição da *perestroika* enquanto caminho à edificação do socialismo

A *perestroika* foi anunciada por Gorbachev enquanto uma estratégia de se alcançar “mais socialismo e mais democracia” (GORBACHEV, 1988, p. 37). Inicialmente, Gorbachev era uma espécie de consenso dentro do Partido Comunista e que, apesar de certa hesitação da burocracia soviética no tocante às suas propostas, sobriamente admitia que mudanças eram necessárias e urgentes:

[...] as camadas educadas e tecnicamente competentes que mantinham de fato a economia soviética funcionando tinham aguda consciência de que sem uma mudança drástica, na verdade fundamental, ela iria inevitavelmente afundar mais cedo ou mais tarde, não apenas por causa da inata ineficiência e inflexibilidade do sistema, mas porque a fraqueza era agravada pelas demandas de *status* de superpotência militar, que não podia ser sustentado em uma economia em declínio. (HOBSBAWM, 1994, p. 463-464).

Gorbachev (1988, p. 25) enfatizava que a *perestroika* estaria de pleno acordo com os princípios socialistas¹⁰³ e, para tanto, salientava que este conjunto de estratégias para aperfeiçoar o socialismo soviético teriam em Lênin a inspiração necessária à promoção das transformações pretendidas, “[...] rompendo todas as barreiras erigidas pelos escolásticos e dogmáticos.”: “Gorbachev afirma querer reavaliar tudo o que foi errado na construção do socialismo retornando ao espírito e às teses de Lênin, [...]” (MARTENS, 2018 [1991], p. 210).

Em resumo, a *perestroika*, em princípio, pode ser caracterizada pelo conjunto de medidas econômicas que seriam capazes de alavancar um novo processo de desenvolvimento econômico, superando o antigo modelo, cujo objetivo seria avançar no projeto socialista – uma espécie de construção de uma nova etapa dentro da transição socialista soviética¹⁰⁴, adaptada às exigências daquele período histórico específico. Como Brown (2007, p. 66) ressaltou à época, “He [Gorbachev] is a true believer in the Soviet system who is at the same time far from complacent about it and conscious of many of the ways in which it must be improved.”. Albuquerque (2019, p. 80) também enfatiza este ponto ao discorrer sobre os primeiros momentos do secretário-geral no poder: “[...] Gorbachev reiterated that the reforms aimed to perfect Soviet socialism with the full use of its potential.”.

¹⁰³ “Princípios socialistas”, *a priori*, aparenta ser um termo extremamente vago. Supõe-se, portanto, que se refere aos processos de socialização da riqueza e da política, tal como formulado por Netto (1990), presente no capítulo primeiro, seção 1.2.

¹⁰⁴ Considerando a transição socialista enquanto um período histórico necessariamente longo, situado entre o capitalismo e o comunismo.

O entendimento de que a transição socialista em nada se assemelha a um processo estático e livre de contradições, já que há necessidade permanente de modificações ditadas pelo próprio dinamismo socioeconômico, está totalmente de acordo com o uma concepção materialista do processo socioeconômico. Neste caso, por exemplo, a ampliação da atuação de um setor mercantil na economia soviética se fazia necessária à medida que problemas como a da escassez e da impossibilidade de controlar toda a produção de uma economia muito mais complexa que a dos tempos stalinistas exigiam alternativas à alocação de recursos¹⁰⁵. Nesse sentido em específico, a *perestroika* em muito se assemelha à ideia de Lênin acerca da Nova Política Econômica – ainda que os contextos históricos fossem totalmente distintos.

Além disso, atrelado à ampliação das relações mercantis, pressupõe-se o surgimento de tensões sociais provenientes de tendências à concentração de renda e riqueza, o que exige do Estado contrapartidas relevantes para atenuar esses efeitos – como, por exemplo, melhorias nos serviços públicos, aumento do consumo coletivo, realocação de recursos militares à indústria civil, entre outros. Por mais paradoxal que possa parecer em um primeiro momento, a iniciativa privada poderá cumprir a tarefa histórica, dentro do processo de transição socialista, de desenvolvimento das forças produtivas para que, *a posteriori*, a sua socialização seja mais facilmente realizada – como já visto no capítulo primeiro.

Não menos relevante, há a questão política relacionada àqueles que lucrariam com as novas medidas, de teor liberalizante¹⁰⁶ – contextualizando as transformações socioeconômicas, era muito mais provável adotar medidas deste tipo ao final da década de 1980 do que em anos anteriores, devido à consolidação do paradigma neoliberal a nível global. Se o Partido Comunista compreende a urgência das medidas a serem adotadas mas, ao mesmo tempo, continua atrelado ao objetivo de edificação do socialismo, é de suma importância especificar as áreas de atuação do capital privado – nacional e internacional –, que ficariam circunscritas substancialmente na esfera econômica, dado os riscos evidentes caso ganhassem espaços no poder econômico e político.

¹⁰⁵ Um debate interessante acerca da alocação de recursos de forma planejada e pelos mecanismos de mercado, em uma economia complexa, pode ser visto em Mandel (1991).

¹⁰⁶ O termo “liberalizante” refere-se, neste contexto específico, ao processo de legitimação da propriedade privada e a uma maior abertura aos mercados internacionais (já crescentes desde anos anteriores), que teria como resultado beneficiários pontuais – ou seja, a sociedade como um todo não ganharia com tais medidas.

3.2.1. *Perestroika*: reforma ou revolução?

A análise de uma situação complexa e controversa, como no caso da *perestroika*, revela que não é possível encontrar explicações triviais para a compreensão do fenômeno político-econômico dessa relevância. Por exemplo, caso se entenda o conceito “revolução” como um processo histórico no qual ocorrem mudanças profundas nas estruturas existentes da sociedade, a *perestroika* nesse sentido específico poderia ser caracterizada dessa maneira – ao menos em suas pretensões iniciais. Todavia, como definido anteriormente, a *perestroika* representava uma etapa dentro do longo processo de transição socialista, isto é, inserida dentro de um contexto revolucionário geral, o que certamente dificulta designá-la como uma revolução, já que havia uma em construção até então (1917-1985). Por outro lado, não há dúvidas que a *perestroika* foi a proposta de transformação político-econômica mais ousada da União Soviética pós-Stálin e que, por isso, também não poderia ser qualificada meramente como um conjunto de reformas que não alterariam substancialmente a estrutura global do sistema socioeconômico.

As mudanças, dada àquela específica estrutura socioeconômica, não viriam das bases – ainda que houvesse descontentamentos de origem econômica e política por parte da população em geral –, mas sim do próprio Partido Comunista; afinal de contas, tratava-se de um “sistema de comando”. A percepção de que o progresso socioeconômico, de décadas atrás, esgotava-se¹⁰⁷, as futuras transformações deveriam ocorrer para que a legitimidade do PCUS continuasse, dando prosseguimento à transição socialista.

Simon (2010, p. 433), utilizando conceitos gramscianos, designa a *perestroika* como uma revolução passiva de tipo dois: “A type II passive revolution is thus designed to pre-empt a revolutionary upsurge by reforming but not transforming the relations of production.”. Ou seja, as relações de produção ainda seriam pautadas fundamentalmente pela predominância da propriedade social dos meios de produção – ainda que surgissem ao longo do processo a introdução da propriedade privada e do capital estrangeiro em alguns setores para corrigir falhas na alocação de recursos, além da própria reconfiguração do conceito de propriedade social sob o socialismo. Essas reformas nas relações de produção seriam controladas “de cima”, para que

¹⁰⁷ Não se tratava somente de pioras nos dados estritamente econômicos: “[...] Entre 1960 e 1984, a taxa anual de mortalidade geral subiu de 7,1 para 10,8 por mil habitantes. No mesmo período, a expectativa de vida [...] caiu de 70 para 68 anos (quando já é de 75 para 78 anos nos países capitalistas de alto desenvolvimento). A taxa anual de mortalidade infantil [...] se situava em 25 por mil, em comparação com 10 por mil e 9 por mil, nos Estados Unidos e Inglaterra, respectivamente. Em 1987, o coeficiente de suicídios era, na URSS, de 19 por 100 mil pessoas, anualmente, em comparação com 12 por 100 mil pessoas, nos Estados Unidos, e 9 por 100 mil, na Inglaterra.” (GORENDER, 1992, p. 5). Ainda que as comparações com países capitalistas centrais possam ser problemáticas, ao menos podem servir de pano de fundo às necessidades de transformações socioeconômicas na União Soviética.

possíveis tensões sociais, provenientes das mudanças engendradas, não colocassem em risco a existência do sistema socioeconômico soviético.

Esta pesquisa, portanto, utilizar-se-á do conceito de revolução passiva de tipo II para classificar a *perestroika* que, a princípio, encaixar-se-ia dentro dos marcos da transição socialista. E, mais do que um conjunto de políticas, tratava-se de uma nova compreensão do que seria uma sociedade socialista, segundo Gorbachev (1988, p. 188): “É de interesse de todo o povo soviético que o socialismo seja de forma abrangente reforçado por essa reestruturação [*perestroika*], que tem por objetivo elevar o nível de nossa sociedade para um patamar qualitativamente novo”.

3.2.2. A *perestroika* e a reconfiguração entre Estado e mercado sob o socialismo

Como visto, havia a compreensão da necessidade de reformas econômicas, já que o modelo de crescimento que havia provocado o antigo dinamismo presente em décadas passadas estava se esgotando e os problemas estruturais explicitavam-se.

Abel Aganbeguian, um dos assessores econômicos de Mikhail Gorbachev, considerava que “[o] problema crucial da concepção do mecanismo econômico do futuro é a formação de um mercado desenvolvido. Só com a sua ajuda é que se pode realmente subordinar a produção às necessidades dos consumidores e orientá-la pela satisfação das necessidades sociais.” (POMERANZ, 1990, p. 61). E, tratando-se de uma sociedade socialista, o mercado deveria auxiliar na alocação de recursos, em busca do objetivo-chave de satisfazer materialmente as necessidades dos cidadãos. Para isso,

[...] Gorbachev pointed out that economic development and increasing growth rates depend substantially on the expansion of “money-commodity relations” — a euphemism used at that time to refer to market mechanisms. [...] Market structures were seen [para Gorbachev] as an integral part of socialism, inherent in its relations of production, and not as the pure and simple application of capitalist concepts. (ALBUQUERQUE, 2019, p. 78).

A introdução de um setor mercantil, independente de se tratar de economias capitalistas ou socialistas, necessita de relevante capacidade institucional por parte dos Estados nacionais, como apontado por Popov (2014). Viu-se que a institucionalidade específica da planificação soviética estimulava a minimização da produção de excedente por parte das empresas e o desenvolvimento do mercado paralelo – e este se relacionava com a planificação econômica de maneira complementar, a fim de concluir o cumprimento das metas, e também competitiva, sobretudo no setor de bens de consumo.

A *perestroika*, à medida em que se apresentava como um conjunto de medidas econômicas dentro dos marcos da transição socialista, deveria ser extremamente eficiente na transformação da institucionalidade da planificação herdada do período stalinista, substituindo-a por uma nova, compatível com as exigências históricas daquele momento – maior flexibilização na tomada de decisões, estabelecimento de uma maior quantidade de preços pelos agentes¹⁰⁸, formação gradual de um mercado atacadista de bens de produção para suprir a escassez de insumos e máquinas planejados, entre outros.

Não menos relevante, um sistemático ataque ao mercado paralelo fazia-se necessário, pois era produto direto das contradições da supercentralização do planejamento econômico soviético, ainda que esta tarefa fosse problemática devido à interdependência funcional entre ambos. Trazer à legalidade aquelas atividades diretamente vinculadas à economia nacional, como as relacionadas aos setores de bens de consumo e insumos, facilitaria a coordenação entre planificação e mercado – no sentido de demarcar o espaço de atuação de cada um (mesmo que fosse uma tarefa difícil devido ao nível de complexidade da economia soviética), além do estabelecimento de relações interdependentes e recíprocas; não obstante, também significaria uma nova fonte de recursos, via impostos, à execução de novas políticas públicas para amenizar os efeitos perversos do setor privado – aumento da desigualdade de renda e riqueza, por exemplo.

Gorbachev (1988, p. 95) tinha convicção dos principais problemas do modelo econômico soviético e da necessidade de introdução de um setor mercantil efetivamente institucionalizado:

Qual é o principal defeito do antigo mecanismo econômico?

Acima de tudo é a falta de estímulos internos para o autodesenvolvimento. Na verdade, através do sistema de indicadores do plano, a empresa recebe tarefas e recursos. Praticamente todas as despesas são cobertas [compreensão do caráter *soft constraint*], as vendas dos produtos são essencialmente garantidas e, mais importante, a renda dos empregados não depende dos resultados finais do trabalho da unidade: o cumprimento dos compromissos do contrato, a qualidade de produção e os lucros. [...] Como a economia pode avançar se cria condições preferenciais para empresas pouco desenvolvidas e penaliza as que mais se sobressaem?

Mais adiante, salienta pelas necessidades de introdução de competição entre as empresas, para a satisfação das necessidades dos consumidores, além de mecanismos para a nivelção das rendas dos trabalhadores com os resultados econômicos – produção e lucros – das unidades produtivas. Em outras palavras, seria a substituição de “[...] métodos

¹⁰⁸ “The State Price Committee (*Goskomtsen*) has set prices: the numbers involved are gigantic—there are some 200 million prices and a further 200,000 new prices have to be set annually.” (LANE, 2002, p. 29).

predominantemente administrativos por métodos predominantemente econômicos.” (*ibidem*, p. 98-99)¹⁰⁹, onde “[...] as vantagens do planejamento serão combinadas cada vez mais com os fatores estimulantes do mercado socialista.” (*ibidem*, p. 102).

A construção de um “mercado socialista”, pressupondo-se processos mais intensos de competição – neste caso, tornar-se-ia relevante o aumento da competitividade dos bens e serviços soviéticos no mercado internacional, de modo a alterar a sua pauta exportadora, cuja dependência centrava-se em petróleo e gás – e a gradativa superação do modelo *soft budget constraint*, consistiria em uma tarefa relativamente urgente àquele período histórico. A atuação da lei do valor a nível mundial pressionava os países socialistas a abrirem sistematicamente suas economias, sobretudo pelos processos de financeirização e globalização da segunda metade do século passado. Neste ponto, Losurdo (2004, p. 84) é bastante pragmático:

[...] com o avanço do processo de “globalização”, com a hegemonia dos EUA e do Ocidente, esta contradição¹¹⁰ se manifesta com clareza: um país em desenvolvimento que, hoje, realizasse uma nacionalização radical dos meios de produção, que se fechasse hermeticamente ao mercado capitalista, ficaria sem acesso à tecnologia mais avançada e certamente não teria como resolver o problema do desenvolvimento das forças produtivas. Assim, dadas tais condições, se tornam inevitáveis concessões mais ou menos amplas ao mundo do qual se pretende importar tecnologia e alguns elementos essenciais ao processo de modernização.

No caso soviético, o processo de abertura econômico-financeira se colocava, simultaneamente, como uma necessidade e um iminente perigo: acerca do primeiro, refere-se à consolidação da Terceira Revolução Industrial e da demanda por recursos à importação de máquinas, equipamentos e outros insumos imprescindíveis para a reestruturação da oferta soviética; os perigos estavam nas maiores possibilidades – a depender da velocidade e da maneira que seriam feitas – de impactos das instabilidades e das crises cíclicas do capitalismo – sistema mundialmente dominante – sobre a economia do país, além da pressão concorrencial com o Ocidente e dos problemas provenientes no tipo de inserção internacional da URSS consolidada ao longo do período Brejnev – via petróleo e gás, isto é, altamente vulnerável.

O problema não consiste na atuação da lei do valor nas sociedades socialistas: como visto no primeiro capítulo, ela existe tanto nestas sociedades quanto no sistema capitalista. A grande questão centra-se em como articulá-la dentro dos objetivos de cada período histórico ao

¹⁰⁹ Essa substituição refere-se a elementos como a substituição de preços fixados administrativamente pelo estabelecimento via oferta e demanda, superação do modelo *soft budget constraint*, lucros como critério de funcionamento das empresas, entre outros.

¹¹⁰ Neste ponto, o autor fala da conquista do poder político pelo proletariado e da gradativa expropriação dos meios de produção que outrora estavam sob posse da burguesia.

longo da transição socialista, de maneira a atenuar as instabilidades inerentes a ela e, simultaneamente, avançar na socialização da riqueza.

3.3. *Perestroika* propriamente dita: primeiros momentos, política externa, disputas políticas, esvaziamento de conteúdo e desdobramentos

Ao assumir o poder da União Soviética no início de 1985, Mikhail Gorbachev lançou uma espécie de campanha baseada em críticas ao passado no âmbito político-econômico. Para superar a tendência decrescente das taxas de crescimento, o líder soviético enfatizava a busca pela aceleração – *uskorenie*¹¹¹ – e a intensificação do desenvolvimento socioeconômico mediante uma Revolução Científico-Tecnológica¹¹², a fim de “[...] to tackle three main defects of the economy: inefficiency, poor quality, and lagging technological development.” (FMI, 1991, p. 19).

A ideia de aceleração econômica¹¹³, vinculada a uma Revolução Científico-Tecnológica, estava estreitamente ligada a duas questões fundamentais:

First, the Soviet Union’s high-quality education system created impressive levels of human capital, but that the country failed to take advantage of its workers’ skills. Second, he and his advisers concluded that the global economy was increasingly driven by high-tech industries requiring skilled labor. Low-valued added manufacturing and natural resources exports could not provide the income levels that Soviet citizens increasingly demanded. (MILLER, 2016, p. 61)

Para fins didáticos, a estrutura proposta será formada da maneira como segue: campanhas iniciais da *perestroika* (1985-1987); segunda fase da *perestroika* (1988-1989); política externa; *glasnost*, a questão das nacionalidades e a desintegração da União Soviética.

¹¹¹ “Although this did not simply mean increased economic production but implied a qualitative change (e.g. raising labour productivity rather than simply meeting increased quantitative targets), its focus was on economic improvement within the bounds of the existing structures rather than changing the nature of those structures themselves.” (GILL, 2011, p. 215).

¹¹² “Gorbachev’s answer to the malaise facing the Soviet Union has been policy of *uskorenie*, meaning acceleration or rapid growth.” (LANE, 2002, p. 10). Ademais, “[...] os investimentos [na ciência] deveriam crescer 11,2% ao ano e os seus gastos correntes deveriam crescer 5,9% ao ano, entre 1986 e 1990.” (POMERANZ, 2018, p.128).

¹¹³ “He [Gorbachev] has redefined ‘acceleration’ to mean high-quality work produced by labour saving, resource saving, and new technology.” (BROWN, 2007, p. 72).

3.3.1. Campanhas iniciais (1985-1987) – primeiros momentos da *perestroika*

Apesar das críticas e do conhecimento geral dos problemas da estrutura econômica soviética¹¹⁴, os primeiros passos da reestruturação não se distinguiam substancialmente das reformas introduzidas pelos antecessores de Gorbachev, isto é, prezavam pela descentralização econômica nos processos decisórios, aumento na autonomia das empresas e uma maior atenção ao setor de bens de consumo, ligada a um sistema de incentivos e elevação de salários¹¹⁵ (POMERANZ, 1990; GORENDER, 1992; VISENTINI, 2017).

Havia-se um certo receio por parte das lideranças políticas do PCUS à época no tocante à radicalidade das medidas a serem empreendidas. Então, “[i]n the first place, without a clear majority in favour of radical reform within the leadership, half-measures will probably for the time being prevail.” (BROWN, 2007, p. 77). Porém, para que as resistências fossem atenuadas, “they [as lideranças resistentes às mudanças] extracted from Gorbachev a big increase in capital spending in exchange for their tolerance of industrial restructuring and the legalization of a private sphere.” (MILLER, 2016, p. 75).

De qualquer forma, o início da *perestroika* foi marcado em primeira instância pelo lançamento de cinco campanhas, como explicitado por FMI (1991): reequipamento da indústria soviética, reforço no controle de qualidade, estímulo do fator humano, campanha antiálcool e meios para clarificar o papel do setor privado na economia soviética.

3.3.1.1. Campanha de reequipamento da indústria soviética

Como visto neste capítulo, a necessidade de alteração do perfil dos investimentos constituía um pilar-chave para o início da reestruturação econômica soviética. E, para atingir o objetivo de aceleração econômica, Gorbachev propôs dobrar a taxa de aposentadoria do capital fixo, cujo objetivo seria modernizar o estoque de capital da economia nacional; ademais, em 1990, pretendia-se que entre um terço e metade do maquinário soviético fosse novo (CIA, 1985, p. 10)

Para que o reequipamento da indústria soviética acontecesse, compreendia-se que era necessário elevar os investimentos em capital de modo a reformar fábricas antigas, adquirir e fabricar máquinas tecnologicamente mais modernas e impulsionar a produção intensiva em capital (MILLER, 2016).

¹¹⁴ Presente em Aganbeguian (1987).

¹¹⁵ “In a report presented to members of the CC of the CPSU in April 1985, the new General Secretary advocated a change in central planning mechanisms, greater autonomy for production units and reinforcement of work discipline and organization [...]” (ALBUQUERQUE, 2019, p. 79).

Ao analisar os primeiros anos da *perestroika*, percebe-se que há um aumento na participação da “taxa de aposentadoria de capital¹¹⁶” no total dos investimentos, saltando de aproximadamente 20% para aproximadamente 30% entre 1985 e 1987 (POPOV, 2014, p. 71).

Ao encontro disso, o investimento bruto no ramo de maquinários cresceu 12,4% em 1986, além de contar com um aumento em 7,1% no valor bruto da produção industrial (FMI, 1991, p. 21)¹¹⁷. Todavia, já em 1987, as taxas de crescimento para os mesmos dados foram de, respectivamente, 0,9% e 5,6%; o setor de maquinários não foi capaz de atender as demandas internas e para a economia como um todo, sobretudo os investimentos em habitação – no setor de construção como um todo –, que cresceram significativamente no período. A inicial “fome por investimentos” se arrefeceu já em 1987, sendo a taxa de crescimento de investimento bruto para a economia como um todo foi de 5,6%, em contraste aos 8,4% do ano anterior, contribuindo para a queda em estoques em 1987 (*ibidem*, p. 90 e 94).

Na Tabela 5, percebe-se o esforço da União Soviética, dentro da estratégia de Gorbachev acima mencionada, para remodelar a estrutura produtiva durante a *perestroika*, onde a participação de novas construções e expansão das existentes caem ao longo da década de 1980 e a reconstrução e reequipamento, por sua vez, eleva-se:

Tabela 5 – Composição dos investimentos estatais em capital na produção, por tipo de projeto (em % do total)

	1980	1985	1986	1987	1988	1989
Reconstrução e reequipamento técnico de empreendimentos ativos	33	38,7	43	43,7	45,7	49,6
Expansão de empreendimentos ativos	29	23,6	20,3	19,2	17,9	16,7
Novas construções	38	36,5	35,1	35,3	34,1	30,6
Projetos individuais de empreendimentos ativos	-	1,2	1,6	1,8	2,3	3,1

¹¹⁶ Tal categoria inclui máquinas e equipamentos, construções e estruturas.

¹¹⁷ Para 1985, as taxas foram de, respectivamente, 4,5% e 5,1% (*ibidem*, p. 88 e 91).

Total	100	100	100	100	100	100
-------	-----	-----	-----	-----	-----	-----

Fonte: FMI (1991, p. 92)

Corroborando essa transformação, a participação de construções inacabadas em relação aos investimentos brutos em capital fixo caiu entre 1986 e 1987: de 6,5%, foi para 3,5%; em proporção ao PIB, a evolução foi de 1,4% para 0,8% (FMI, 1991, p. 93)¹¹⁸.

Como ressaltado no início desta seção, houve um salto na taxa de aposentadoria de capital entre os anos de 1985 e 1987. Porém, trata-se de uma exceção à regra, haja vista que de 1988 em diante essa taxa voltou a diminuir, ainda que estivesse acima dos 20% (POPOV, 2014, p. 71).

Não obstante, o processo de reestruturação da indústria soviética não foi exitoso em diminuir significativamente a vida útil dos equipamentos. Em 1989, em comparação ao ano de 1985, a participação dos equipamentos cuja vida útil era entre 11 e 20 anos saltou de 25,5% para 26,2%; ademais, para os equipamentos com vida útil acima de 20 anos, houve um crescimento para o mesmo período de 12,3% para 13,7%. Entre 6 e 10 anos, o percentual ficou estagnado – 28,5% e 28,6% – e aqueles com menos de 5 anos houve uma queda de 33,7% para 31,6%. Mesmo com uma queda na vida útil média dos equipamentos, de 27,9 para 26,2, houve um aumento na participação da depreciação em relação ao valor bruto do estoque de capital fixo: de 41% para 45% (MAZAT, 2013, p. 110; POPOV, 2014, p. 72).

3.3.1.2. Reforço do controle de qualidade

Um dos grandes problemas do modelo soviético de desenvolvimento era a baixa qualidade dos produtos da indústria civil – um defeito crucial que se tentou corrigir, mas sem sucesso, durante as reformas do governo Leonid Brejnev. Essa campanha se mostrava relevante à medida em que a integração econômico-financeira a nível global se consolidava, e as firmas soviéticas estavam desde meados da década de 1970 mais suscetíveis à concorrência internacional de bens e serviços de qualidade superior.

Mediante um decreto de maio de 1986, criou-se um departamento específico – Comitê Estatal para Controle de Qualidade (*Gospriemka*) –, independente dos ministérios, à análise de

¹¹⁸ Quando se analisa para os mesmos anos a participação das variações de estoques e construções inacabadas, mas em relação ao produto material líquido, nota-se também uma queda: de 10,5% para 8,3%. Cabe levar em conta que esta queda na participação iniciou-se já em 1985 (*ibidem*, p. 94).

qualidade de bens de capital e de consumo. Um dos objetivos dessa campanha era “[...] to bring 95 percent of Soviet machines up to the ‘highest world standards’ by 1991-93.” (FMI, 1991, p. 20). Já em janeiro de 1987, a *Gospriemka* já havia atingido todas as grandes empresas industriais (POMERANZ, 2018, p. 129).

Todavia, o seu papel foi sistematicamente diminuindo à medida em que a taxa de descartes era elevada e, dada a preponderância do papel das metas de produção ainda vigentes, dever-se-ia reduzir a sua relevância na estrutura produtiva soviética. Segundo o FMI (1991, p. 22): “From about March 1987, quality controls were eased and [...] *Gospriemka*’s effective impact was significantly curtailed”.

3.3.1.3. Estímulo do “fator humano”

Dentro dessa campanha, além dos fatores econômicos, como aprimoramentos do sistema de salários e benefícios em geral, inclui-se os elementos políticos da estratégia da *perestroika*. O estímulo do fator humano referiu-se também à compreensão da relevância da autogestão das unidades produtivas, colocando os trabalhadores em posições ativas no contexto de aperfeiçoamento do socialismo e de superação das contradições entre produção e apropriação do excedente.

Lane (2002, p. 14) coloca o estímulo do fator humano em conexão com as mudanças pretendidas da sociedade, formando um sistema orgânico de interações entre sociedade e Estado:

The important shift in the organizing principles of Soviet society involves changing from an administered model – in which the public interest is determined centrally by the authorities – to a system wherein individuals and groups are allowed to express their own interests. It entails markets to contain these interests.

Resumidamente, os estímulos para elevar a capacidade de transformações realizadas pelos próprios cidadãos confrontaria toda a estrutura socioeconômica “de comando” que, na visão do novo governo, condenava os soviéticos a posições passivas e de subordinação. Gorbachev (1988, p. 116-117) era enfático ao mencionar efeitos de alienação sobre os trabalhadores e reforçar as críticas ao sistema hierarquicamente vertical da sociedade soviética, cujas consequências socioeconômicas – pelo menos algumas delas – eram refletidas na disciplina do trabalho e na queda da produtividade.

Com a *glasnost*, aprofundada após o acidente de Chernobyl em 1986 – como se verá adiante – entendia-se que transformações econômicas não poderiam ocorrer sem alterações relevantes na esfera política. Em outras palavras, a *perestroika* e a *glasnost* seriam

complementares e indissociáveis e o sucesso da renovação do socialismo soviético estaria diretamente ligado a elas.

3.3.1.4. Campanha antiálcool

Segundo Gorbachev (1988, p. 115), “Esse mal social [o álcool] se enraizou profundamente em nossa sociedade [...] O alcoolismo, principalmente nas últimas décadas, aumentou em um índice alarmante¹¹⁹ e ameaça o próprio futuro da nação.”. Essa campanha de caráter moral tem em suas raízes o breve governo Andropov (1982-1984), onde um dos pilares explorados para melhorar a eficiência econômica residia no aumento da disciplina dos trabalhadores soviéticos, dada a queda da produtividade ao longo do tempo.

Não menos relevante, Hanson (2014) atentou-se para a necessidade de articulações da campanha antiálcool com outras medidas, a fim de absorver o poder de compra proveniente deste consumo em outros bens e serviços. Neste ponto – estrutura de oferta –, como se verá adiante, o governo Gorbachev não foi eficaz em resolvê-lo.

As medidas, iniciadas logo em 17 maio de 1985, consistiam em

[...] a cut in alcohol production and an increase in prices (by 50 percent between 1984 and 1987)¹²⁰; a reduction in the number of shops, cafes and restaurants allowed to sell alcohol and a time restriction on their sales; an increase in the minimum drinking age; and fines for drunkenness. (FMI, 1991, p. 21).

No início da campanha, houve uma queda expressiva tanto do consumo quanto na venda legal de bebidas alcoólicas, além de crimes, doenças e acidentes relacionados (FMI, 1991, p. 22; POPOV, 2014, p. 77). Apesar do sucesso inicial, o consumo voltou a crescer, ainda que as vendas legais permaneceram em queda, levando intuitivamente à conclusão de um crescimento das vendas e produções ilegais de bebidas alcoólicas. Ademais, houve uma queda na arrecadação ao orçamento do governo proveniente da campanha antiálcool e, considerando que era um item relevante nos impostos sobre volume de negócios (*turnover tax*), fez com que este caísse também (FMI, 1991, p. 282)¹²¹ – Hanson (2014, p. 180) discorre sobre um desvio de fundos do orçamento governamental para contrabandistas. Yegor Ligachev, figura número dois do governo soviético, relatou que, em 1985, 11 bilhões de rublos em vodka foram vendidos, em contraste aos 54 bilhões de rublos do ano anterior (MILLER, 2016, p. 64).

¹¹⁹ “Russia was always a hard-drinking country, but between 1955 and 1979, alcohol consumption per person doubled.” (MILLER, 2016, p. 61).

¹²⁰ Em 1986, o aumento foi de 23,4% e, no ano subsequente, 14,7% (*ibidem*, p. 100).

¹²¹ Para o ano de 1985: *turnover tax* foi de 97,7 bilhões de rublos, sendo que o álcool foi de 30,1 bilhões; para 1986, foram 91,5 bilhões de rublos e 27,2; e, para 1987, 94,4 bilhões de rublos e 29,1 bilhões de rublos.

3.3.1.5. Meios para clarificar o papel do setor privado na economia soviética

Em novembro de 1986, há a autorização da Lei do Trabalho Individual, onde a nova legislação permitiu o funcionamento de 29 tipos de trabalhos individuais e familiares (BROWN, 2007; POMERANZ, 2018)¹²². Por se tratar da liberalização da atuação de produtores e empreendedores individuais, não era permitido o assalariamento. Ademais, o trabalho individual não poderia substituir o trabalho das estatais e cooperativas, e o trabalho integral por conta própria só poderia ser feito por pessoas com idade para a aposentadoria (HANSON, 2014, p. 191); em outras palavras, “[...] private activity was to be part-time only [...]” (FMI, 1991, p. 21). Este instrumento foi engendrado para legalizar aquilo que já era praticado no mercado paralelo, cuja tentativa, além de dar maior dinâmica econômica, era de aumentar o controle por parte do Estado no setor mercantil.

Ademais, não se tratava de um mecanismo inteiramente novo, já que a própria Constituição Soviética – seja a de 1936 (stalinista) ou a de 1977 (brejneviana)¹²³ – permitia o trabalho individual – artesanato, agricultura e serviços –, ainda que assegurasse a predominância da propriedade socialista dos meios de produção.

A falta de medidas concretas e conexas entre si, formando um sistema lógico de reforma econômica dentro do contexto de transição socialista, fez com que a ligeira recuperação perdesse continuidade. Como se verá mais adiante, outras mudanças foram introduzidas ao longo do tempo e que, mesmo assim, não foram capazes de assegurar os objetivos político-econômicos inicialmente projetados pela *perestroika*.

Em janeiro de 1987, autoriza-se o funcionamento de *joint ventures* – cuja participação de capital estrangeiro poderia ser de até 49% no controle da empresa¹²⁴ –, atrelada ao fim do monopólio estatal do comércio exterior, permitindo negociações diretas – exportações e importações – das unidades produtivas soviéticas. Foram criadas e registradas, até o final de 1990, 2905 *joint ventures*, em geral muito pequenas (POMERANZ, 2018, p. 133). Na medida em que essa estratégia em geral tem como objetivo a assimilação de tecnologia estrangeira¹²⁵

¹²² “The law also clarified the sectors in which individual labor was permitted, including ‘housing construction and renovation, motor car repair, hairdressing, private taxis, care of the elderly,’ and others.” (MILLER, 2016, p. 90).

¹²³ Artigos nono e décimo sétimo, respectivamente.

¹²⁴ Em dezembro de 1988, permitiu-se a formação de *joint ventures* com participação majoritária estrangeira, além de benefícios tarifários (FMI, 1991, p. 32)

¹²⁵ “Segundo I.I.Ivanov, vice-presidente da Comissão Estatal de Economia Exterior do Conselho de Ministros da URSS, a criação das *joint ventures* persegue quatro objetivos interligados: obtenção de tecnologia avançada e experiência gerencial; maior satisfação da demanda por produtos deficitários no mercado interno; utilização de recursos materiais e financeiros adicionais para investimento; e desenvolvimento da base exportadora do país.” (POMERANZ, 1989, p. 68).

para, *a posteriori*, ser replicada a nível nacional, dever-se-ia realizar uma concentração de esforços para criar empresas com grandes escalas, a fim de facilitar os efeitos *spill overs*.

Segundo Pomeranz (1989) e FMI (1991), a predominância de *joint ventures* em pequenos investimentos era devido ao desconhecimento dos investidores estrangeiros em relação às condições internas do país – como as incertezas e a legislação instável –, implicando investimentos mais conservadores, além de aspectos de resistência ideológica, por parte dos soviéticos, para montar empresas mistas com países capitalistas. Até março de 1990, mais de 62% das *joint ventures* tinham um investimento inicial de até 1 milhão de rublos (FMI, 1991, p. 102)¹²⁶

Dado esse conjunto de problemas e as insuficientes medidas econômicas da primeira fase da *perestroika*, de uma forma ou outra as legislações subseqüentes tentaram corrigi-las. Albuquerque (2019, p. 81) denomina o ano de 1987 como um ponto de virada nas medidas político-econômicas de Gorbachev, haja vista a insuficiência em superar os mecanismos de estagnação pelos os de aceleração do crescimento econômico. Ou seja, as soluções deveriam ser mais ousadas no sentido de efetivamente alcançar um novo modelo de crescimento – fugindo de medidas corriqueiras e conjunturais –, para que se potencializasse o desenvolvimento das forças produtivas, a socialização da riqueza e da política. Afinal de contas, uma relativa estabilidade social em qualquer sistema socioeconômico depende, entre tantos fatores, do nível material atingido por uma sociedade e, sem dúvida alguma, a União Soviética precisava aprimorar neste quesito.

3.3.2. Segunda fase da *perestroika* (1988-1989) – novas medidas, debates e desdobramentos

3.3.2.1. A Lei sobre a Empresa Estatal (LEE) – (1988)

Ainda em 1987, aprovou-se em 1º de julho a Lei sobre a Empresa Estatal (LEE), para vigorar a partir de janeiro do ano subseqüente, cujos princípios norteadores eram o cálculo econômico, o autofinanciamento e a autogestão (POMERANZ, 2018), dando às empresas uma maior possibilidade de retenção dos lucros e, conseqüentemente, legitimando maior margem de manobra para a sua utilização, seja para fundos de incentivo materiais e de salários, seja para

¹²⁶ Segundo a referência, não foram considerados nos dados 64 *joint ventures*.

investimentos, entre outros – *khozrashchet funds*¹²⁷. Dessa forma, o Estado soviético transitava de um sistema de taxaço de lucros¹²⁸ para um de remissão.

Esta lei, por atingir o tipo de propriedade predominante da União Soviética, a estatal, esperava-se que seus impactos fossem decisivos na estrutura econômica, sobretudo ao introduzir as empresas estatais em uma atuação voltada também ao mercado e não mais ao cumprimento estrito dos planos quinquenais.

Nesse sentido, ao visualizar o artigo 10 da Lei sobre a Empresa Estatal (LEE), nota-se que “[...] indeed stipulated that SOEs [State-Owned Enterprises] were themselves to formulate their five-year plan, basing not only on state orders [...] but also on direct orders, obtained from or contracted with consumers, other enterprises, and material-technical supply agencies.” (ISLAM, 2011, p. 99). Todavia, o mesmo artigo “[...] instead of elaboration on the *dogovor* [contracts] part [...], [it] almost entirely focused on various specifics of state orders and their fulfillment.” (*ibidem*, 2011, p. 99), dificultando a institucionalização de um mercado – atacado ou varejo – na economia soviética.

Não obstante, no artigo 17 da LEE, havia-se um conflito para o estabelecimento de preços livres – isto é, negociados entre os agentes, fornecedores e consumidores, ou pelas próprias empresas estatais¹²⁹ –, à medida em que os preços planejados se mantinham preponderantes e, basicamente, impediam o desenvolvimento de preços fora do plano – ou de mercado: “[...] section 10 [referindo-se ao artigo 17] also informs that ‘state price administration determines the order for determination of all contract prices and controls its implementation’.” (*ibidem*, p. 100). Esses limites impostos variavam de acordo com setores e ao longo do tempo.

Em resumo, a LEE não conseguia delimitar claramente os espaços – montante produzido destinado ao mercado e ao cumprimento da planificação central, por exemplo – para a atuação das empresas estatais soviéticas, elevando o grau de incerteza que, em tempos anteriores, era praticamente inexistente. Na realidade, a autonomia das empresas estatais na determinação de preços e da produção a ser vendida no mercado eram limitadas. A falta de clareza na formulação da LEE, “[...] as empresas preferiram assumir a produção de

¹²⁷ Islam (2011, p. 105) salienta que “[...] the basic incentive structure of the Soviet SOEs remained unchanged.”. A tradução para *khozrashchet funds* seria “fundos de autofinanciamento”.

¹²⁸ Antes, tinha-se uma taxa pré-fixada que era transferida ao Estado. O grande problema consistia em sua uniformidade, desconsiderando as distintas particularidades de setores (como as próprias taxas de lucro).

¹²⁹ “The legislation left much room for debate, and in practice the central planners retained much control. The difference between the new state orders and the old commands was far from clear, for example.” (MILLER, 2016, p. 95).

encomendas estatais, garantindo-se assim o suprimento de insumos e dispensando-se de procurar eventuais fornecedores.” (POMERANZ, 2018, p. 147). A título de dados, em 1988, “[...] state orders accounted for over 90 percent of all industrial production [...] and the degree of enterprise autonomy in respect to inputs and outputs was less than had been envisaged.” (FMI, 1991, p. 26)¹³⁰.

A Lei sobre a Empresa Estatal trouxe consigo a ideia de autogestão das fábricas, de maneira a substituir o antigo sistema tripartite regente (*edinonachaley*)¹³¹. A partir do entendimento que os trabalhadores soviéticos participavam marginalmente das decisões das unidades produtivas – decisão de quanto produzir, eleições da diretoria, alocação de recursos para os diversos fundos, entre outros –, o princípio da autogestão consistiria em um dos pilares das medidas da *perestroika*, cujo objetivo-chave centrar-se-ia no aprimoramento da socialização da riqueza e da política¹³².

Uma espécie de sistema eleitoral foi introduzida dentro das unidades produtivas, onde os coletivos de trabalho votavam nos diretores que chefiariam as atividades econômicas, estando sujeitos a qualquer tipo de substituição. Os eleitos teriam que ser aprovados por órgãos superiores e as decisões provenientes destes deveriam ser explicadas (ISLAM, 2011). A despeito disso, tratava-se de um mecanismo gerencial inovador para a União Soviética, ainda que não fosse inédito no campo socialista – notoriamente a experiência iugoslava.

Ainda que a autonomia econômica das empresas estatais fosse limitada, foi possível elevar seus lucros totais¹³³, salários e recursos para incentivos materiais. Todavia, essas evoluções provenientes da LEE não foram consequência do aumento da produtividade ou da venda de bens e serviços.

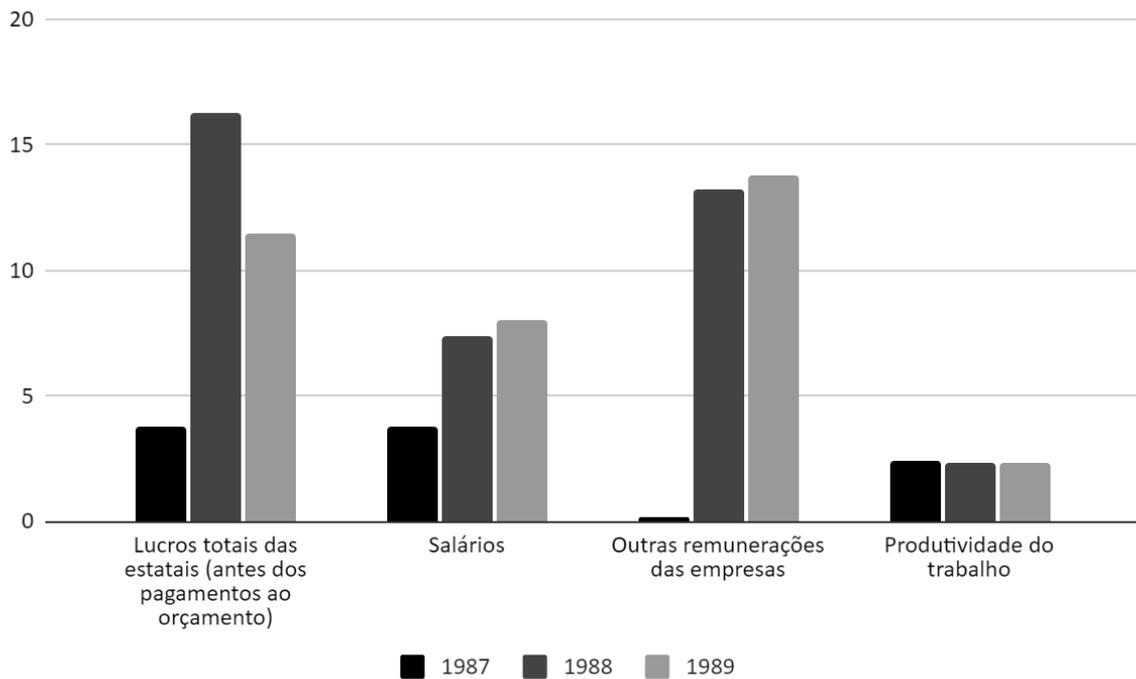
¹³⁰ Por exemplo, no setor de construção de máquinas, os preços de contrato cobriam cerca de 15% da produção em 1989 e essa porcentagem para o conjunto da indústria pesada era inferior (*ibidem*, p. 29).

¹³¹ *Edinonachaley* consistia em um sistema tripartite, cuja gerência era compartilhada pelo diretor da unidade produtiva, pela secretaria do PCUS e por um líder de um sindicato local (ISLAM, 2011, p. 110).

¹³² Socialização da política dentro das unidades produtivas, no caso.

¹³³ Antes do pagamento de impostos para o orçamento estatal.

Gráfico 4 – Taxa de crescimento anual dos lucros totais, salários, outras remunerações e produtividade do trabalho



Fonte: FMI (1991, p. 53, 96 e 100).

Como explícito no Gráfico 4, percebe-se que esse conjunto de rendimentos teve um crescimento muito superior à produtividade do trabalho nos dois primeiros anos da LEE¹³⁴. As diferenças nas taxas de lucro das empresas e setores não desapareceram mesmo após a transferência para o Estado soviético – lucros líquidos; e, para compensar esses desequilíbrios, os ministérios tentavam transferir parte dos “superlucros” das empresas mais rentáveis para as menos eficientes – devido ao aumento da autonomia concedida às unidades produtivas (FMI, 1991; ISLAM, 2011)¹³⁵. Sobre os salários e outras remunerações, percebe-se que mesmo o sistema *khozrashchet funds* em essência fosse o mesmo, a autonomia adquirida para o manuseio de recursos legitimou elevações nos rendimentos dos trabalhadores e diretores.

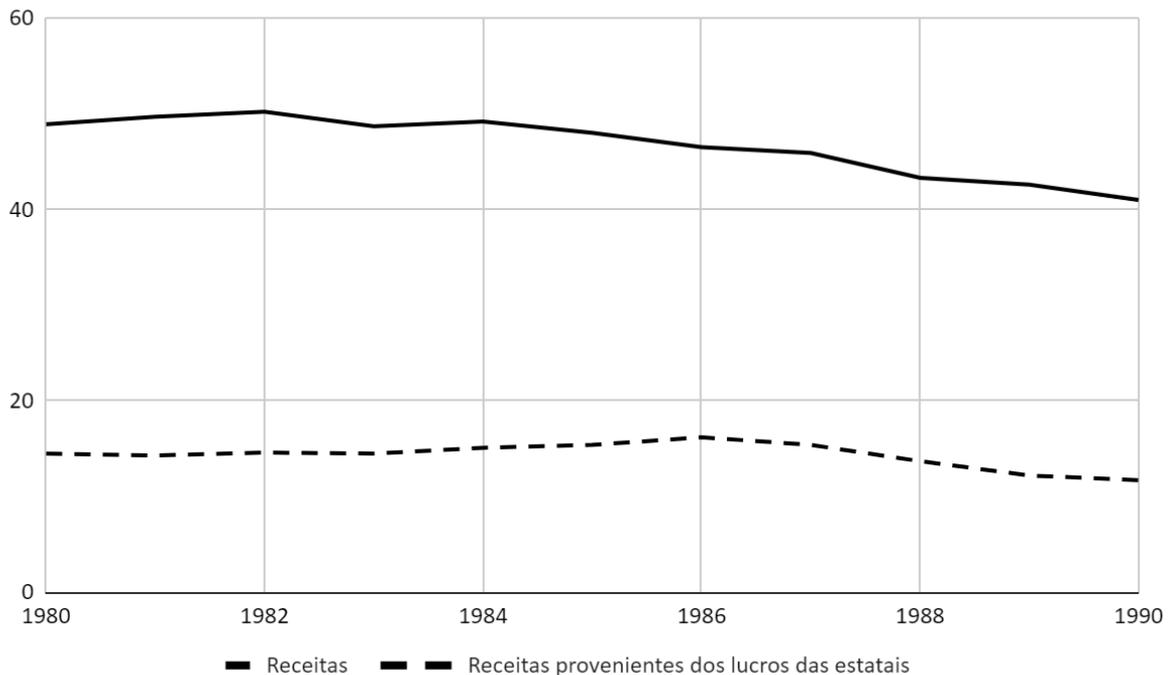
Todas essas alterações trazidas pela LEE tiveram reflexos imediatos nas receitas orçamentárias do governo soviético. Além da arrecadação total cair de 48% – em relação ao PIB – em 1985 para menos de 43,3% em 1988, as receitas provenientes das empresas estatais

¹³⁴ Antes de sua implementação, “[...] the annual growth in the wage fund was governed by a so-called growth normative, which limited its rate of increase to a fraction (typically in the range of 30 percent) of the rate of growth of output.” (*ibidem*, p. 28).

¹³⁵ As diferenças obtidas de lucros poderiam ser reflexo das distintas proporções de encomendas estatais entre setores e empresas.

de 1988 (primeiro ano da implementação da LEE) caíram quase 2 pontos percentuais em relação ao ano anterior (Gráfico 5).

Gráfico 5 – Receitas orçamentárias totais e as provenientes das empresas estatais (em % do PIB)



Fonte: Sinelnikov (1995, p. 19)

A queda de receitas por parte da URSS fez com que medidas alternativas de financiamento fossem postas em prática: “À medida que a economia mergulhava no caos, o Estado se via em crescente dificuldade para arrecadar impostos das empresas e das repúblicas, recorrendo à emissão de moeda para cobrir subsídios de alimentação e encargos sociais.” (ANDERSON, 2018, p. 42). O aumento de liquidez proveniente dessas transformações, sem o correspondente aumento na oferta de bens e serviços, pressionou o nível de preços para cima; todavia, como estes eram rígidos, as consequências foram vistas no aumento da escassez dos produtos e na adoção de processos de racionamento para amenizá-las.

Quando se analisa a variação dos estoques e construções inacabadas, também percebe-se elevações: em 1987, este elemento representava 8,3% do produto material líquido – havia sofrido uma queda devido à fome por investimentos nos primórdios da *perestroika*, como visto no item 3.3.1.1 – e, em 1988 e 1989, representava 10,1% e 10,7%, respectivamente (FMI, 1991, p. 94). Uma das possíveis causas ao aumento desta variável refere-se ao crescente nível de

incerteza das empresas no tocante ao prosseguimento das medidas econômicas¹³⁶ e, não menos relevante, como forma de driblar o confisco dos superlucros pelos ministérios – ou seja, as estatais preferiam deter ativos inacabados.

3.3.2.2. A Lei sobre as Cooperativas (LSC) – segunda metade de 1988

A Lei sobre as Cooperativas, promulgada em maio de 1988, entrou em vigência em 1º de julho do mesmo ano. Houve uma extensão de atividades das cooperativas às zonas urbanas – eram majoritariamente de origem agrícola –, sobretudo para atender a demanda por serviços e outros setores cujas ofertas eram deficitárias. À formação de cooperativas, dever-se-ia ter, no mínimo, três pessoas, permitindo uma margem considerável para designar uma propriedade como uma cooperativa.

Segundo essa lei, as cooperativas tinham permissão para a contratação de assalariados, realização de subcontratos com outras cooperativas e pessoas – por exemplo, trabalhadores de estatais poderiam prestar serviços para elas –, emissão de ações e arrendamento de terras. Pomeranz (2018, p. 134) salienta que a execução da LSC consistiu em “[...] um primeiro passo para a introdução da propriedade privada no país.”. Provavelmente, para deter qualquer tipo de resistência ideológica, a gênese *de facto* da propriedade privada na União Soviética veio travestida como “cooperativas” mediante a LSC (HANSON, 2014).

Além da possibilidade de operação via contratos com os demais agentes – consumidores, estatais, fornecedores, entre outros –, as cooperativas seriam inseridas dentro de um contexto competitivo com as empresas estatais (ISLAM, 2011). Em relação a estas, as cooperativas detinham um poder de autonomia muito mais elevado, pois a LSC “[...] gave cooperatives more freedom in price setting than what SOEs enjoyed under LSE [no caso desta pesquisa, refere-se à LEE].” (*ibidem*, p. 130). Justamente por isso, “[...] a renda dos cooperados é bem mais elevada que a média da população [...]” (POMERANZ, 1990, p. 31).

Somente em 1989, os salários nas cooperativas cresceram mais de 530% em relação ao ano anterior (FMI, 1991, p. 96), o que fez saltar a sua participação na renda total da população soviética de 0,6% em 1988 para 3,4% em 1989 (*ibidem*, p. 97). Por sua vez, os salários em geral cresceram 8% em 1989 e, com esta discrepância, sua participação na renda dos soviéticos entre 1988 e 1989 diminuiu de 65,1% para 62,2%.

¹³⁶ Importante ressaltar, mais uma vez, o aumento da liquidez das empresas soviéticas durante o período Gorbachev. E, em um contexto de inflação reprimida, manifestada pelo aumento da escassez e do racionamento, as unidades produtivas preferiam deter em suas mãos ativos inacabados como forma de escapar da incerteza cada vez maior na URSS.

Além das maiores margens de liberdade ao estabelecimento de preços, as cooperativas “[...] were given the right to export and import, retain and use the foreign currency earned (after payment of taxes), enter into joint ventures with foreign enterprises, either inside the country or even abroad.” (*ibidem*, p. 130). Ao longo do tempo, as cooperativas foram sendo associadas à máfia e ao crime organizado pelo público devido às práticas especulativas: “Complaints concerned high prices for relatively low quality, [...] There were also complaints that cooperatives bought consumer goods from the State sector to sell them at higher prices.” (ROLAND, 1993, p. 206).

Apesar disso, o crescimento desse tipo de propriedade foi notório ao longo da segunda metade da década de 1980. Em 1988, havia 245,7 mil cooperados atuando em um pouco mais de 19,5 mil cooperativas; já em 1º de abril do ano subsequente, os números de cooperados e cooperativas cresceram, respectivamente, para 1,9 milhão e 93,3 mil. Não obstante, no início de 1991, estes dados saltaram para 6,2 milhões e 260 mil (LANE, 2002, p. 39).

A ameaça competitiva das cooperativas fortificou reações por parte das estatais e demais autoridades, no sentido de promover maiores restrições a elas:

In December 1988, the Council of Ministers forbade cooperative engagement in some activities, while for other activities (in direct violation of the Law on Cooperatives) it allowed cooperatives to engage only under contract with state enterprises and organizations ‘for which these activities are basic’. In October 1989, the Supreme Soviet passed a resolution allowing local Soviets to set maximum prices for cooperative products and forbidding cooperatives from buying state goods for resale or selling imports for more than state stores charged for comparable goods. (FMI, 1991, p. 30)

Percebe-se que as leis – LEE e LSC – engendraram a gênese de uma complexa estrutura econômica devido ao conjunto de contradições entre elas. Sabe-se que a propriedade estatal dos meios de produção era majoritária na União Soviética; em razão disso, quando as mudanças das legislações concedem mais benefícios, liberdades e permissões à atuação em diversas atividades para as cooperativas – acentuando o cenário concorrencial entre as distintas propriedades –, certamente haveria resistência por parte das estatais, e dos estratos sociais intimamente ligados a ela, ao avanço dessas transformações. Não menos relevante, a tentativa de superação da contradição entre produção e apropriação do excedente gerou um novo problema: aumento exponencial da liquidez por parte das empresas e famílias, que será discutido no próximo tópico

Evidentemente, é totalmente plausível haver discordâncias de políticas econômicas por parte dos governantes; todavia, no caso específico dessas duas leis, percebe-se o baixo grau de articulações realizadas por Mikhail Gorbachev entre as partes envolvidas. Ademais, os critérios

à adoção das leis eram pouco claros e a institucionalização de um “mercado socialista” tornava-se uma tarefa histórica cada vez mais tardia.

Ainda que se trate de contextos históricos totalmente distintos e que qualquer tipo de comparação deva ser ponderada – sobretudo no que tange à complexidade da economia soviética e ao grau de sofisticação de certos ramos de sua estrutura produtiva – à época da Nova Política Econômica se tinha maior clareza do funcionamento do setor mercantil da economia soviética – pequenas indústrias (de até 20 operários) e a agricultura –, relacionando-se com o setor socialista mediante o imposto em espécie – sem desconsiderar o conjunto de contradições engendradas pela NEP. Por sua vez, a *perestroika* não conseguia estabelecer espaços nítidos de atuação entre as empresas de distintos tipos de propriedade.

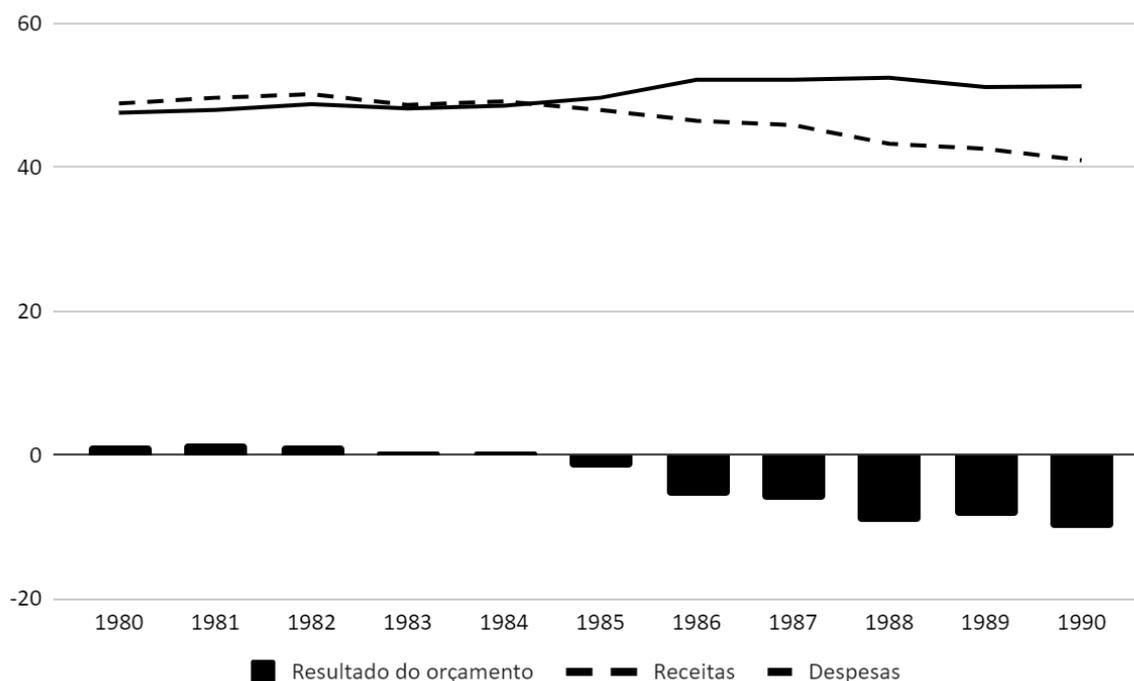
Essas medidas, sobretudo as relacionadas à LSC, impulsionaram o esfacelamento da planificação econômica, ao invés de formalizar um novo tipo de funcionamento complementar entre unidades produtivas e planejamento econômico. Ao longo da segunda fase da *perestroika*, criou-se os “pressupostos econômicos” para o retorno ao modo de produção capitalista, à medida em que as maiores margens de autonomia não se reverteram em aumento na satisfação das necessidades dos soviéticos – e tampouco em transformações na estrutura produtiva –, mas sim, em atividades meramente especulativas.

3.3.2.3. A problemática do déficit público

Apesar dos grandes gastos soviéticos com a indústria militar – já expostos nesta pesquisa –, entre 1976 e 1984¹³⁷ a URSS sempre obteve superávits fiscais, muito por conta da própria institucionalidade da planificação e do amplo domínio ministerial sobre as empresas de uma maneira geral. Não menos relevante, cabe salientar a grande contribuição dos dois choques do petróleo às receitas do governo soviético, haja vista que o processo de reprimarização da pauta exportadora soviética tornou este bem como uma grande fonte de divisas ao país.

¹³⁷ Dados anteriores ao ano de 1980 estão presentes em FMI (1991, p. 123).

Gráfico 6 – Evolução do orçamento do governo soviético, em % do PIB (1980-1990)



Fonte: Sinelnikov (1995, p. 19)

Durante o governo Gorbachev, as contas públicas (Gráfico 6) foram vítimas tanto de fatores exógenos – queda dos preços do petróleo – quanto dos internos, sobretudo devido à escassez física de petróleo e derivados, ao acidente nuclear de Chernobyl (abril de 1986) e ao terremoto na Armênia (dezembro de 1988)¹³⁸, além das próprias políticas públicas engendradas por Gorbachev, notadamente a campanha antiálcool e a Lei sobre a Empresa Estatal. Não menos relevante, há também os elevados subsídios com diferenciais de preços alimentícios e bens de consumo em geral, a fim de mantê-los relativamente rígidos, sob uma conjuntura de incertezas acerca da institucionalização de um “mercado socialista”. A título de comparação, “Food subsidies were by far the largest component of the Soviet welfare state, dwarfing spending on pensions or education¹³⁹, [...]” (MILLER, 2016, p. 66).

Em um contexto de necessidade de reformas, queda de fontes relevantes de receitas e de busca por maior autonomia das empresas, o governo soviético passou a elaborar contrapartidas para que a arrecadação não ficasse prejudicada e, assim, recursos para engendrar

¹³⁸ Brown (2007, p. 129).

¹³⁹ Para o período 1985-1988, o gasto médio com subsídios de diferenciais de preços foi de 69,5 bilhões de rublos, ao passo que, para a educação, esse valor foi em média 39,75 bilhões de rublos – cerca de 57,2% dos gastos com diferenciais de preços (FMI, 1991, p. 122).

novas políticas públicas à promoção da socialização da riqueza tivessem como reflexo a maior tributação.

A solução mais razoável a se pensar, *a priori*, seria reduzir significativamente os gastos militares; esse ponto iria ao encontro das tentativas legítimas do governo Gorbachev de buscar uma política externa de paz e de transferência de recursos para a indústria civil, a fim de aprimorar o abastecimento de bens essenciais aos cidadãos. Todavia, como em qualquer sociedade, quando se trata de orçamento governamental, não se pode considerar somente as implicações quantitativas ou tecnocráticas: deve-se ponderar o poder de participação de grupos políticos na repartição desses gastos; e, como o setor militar soviético sempre foi bastante influente, haveria uma forte resistência para a concretização na redução desses gastos. Por esse motivo, o corte nos gastos militares estaria fora de cogitação para a resolução do problema orçamentário (MILLER, 2016).

A redução de subsídios para alimentos e bens de consumo seria problemática do ponto de vista popular – devido à inevitável alta nos preços – e também pelo lado político-institucional – dificuldades à consolidação de um “mercado socialista” em um contexto de resistência política e dogmatismo partidário:

As Gorbachev told the Politburo in May 1987, “the question about prices is principle, fundamental. If it’s not solved, there won’t be self-accounting for enterprises, nor self-financing, and perestroika will not work. But you know how hard it is to start a new policy [perestroika] with price increases!” [...] raising prices to approximate free-market levels would help resolve the country’s growing economic problems, but price hikes were opposed by many in the Politburo. (*ibidem*, p. 67-68)

Tabela 6 – Evolução do índice de preços (1970 = 100)

	1970	1975	1980	1985	1986	1987	1988	1989	1990
Preços de varejo para bens de consumo	100	99,7	103	105	102	101	101	102	105
Indústria alimentícia	100	101,7	101,4	108,9	99,7	100	99,8	100	101,1

Fonte: Sinelnikov (1995, p. 19)

Até 1990, mesmo com as tentativas desconexas para elevar a liberdade das estatais e cooperativas, percebe-se que os preços mantêm-se praticamente os mesmos depois de duas décadas, o que sem dúvida alguma significava relevantes gastos estatais com subsídios (Tabela

6)¹⁴⁰. Ou seja, por se tratar de uma característica estrutural da planificação soviética, a alteração na determinação de preços seria muito complexa e, portanto, improvável.

Uma outra possibilidade para a captação de recursos, – devido à emergência dos processos de desregulamentação e globalização financeira –, seria a consolidação de um mercado financeiro. Para isso, em 1988, criou-se cinco bancos especializados – Banco da Poupança, da Construção, da Agricultura, da Habitação e Infraestrutura Social, e para as Relações Econômicas com o Exterior – que, anteriormente, eram funções do Banco Estatal (*Gosbank*)¹⁴¹; este, pela lei estabelecida, exerceria as funções clássicas de um Banco Central (POMERANZ, 2018, p. 135). A intenção era concretizar um sistema financeiro com bancos estatais especializados por setor sob a supervisão do Banco Central.

Ao final de 1988, permitiu-se que “[t]he cooperatives and those enterprises with surplus liquidity were permitted to establish their own (‘commercial’) banks.” (FMI, 1991, p. 31). Ao contrário do que aconteceu na maioria dos países socialistas do Leste Europeu, o surgimento dos bancos comerciais não veio pela privatização das estatais ou do estabelecimento de estrangeiros, mas sim endogenamente (HANSON, 2014).

Como visto, a autonomia concedida às estatais e às cooperativas gerou um aumento substancial na liquidez da economia¹⁴², o que não foi correspondida por aumentos proporcionais na oferta de bens e serviços – dada a estrutura da economia soviética previamente discutida. E, sob um contexto de dificuldades de acesso ao crédito estatal¹⁴³ – muito devido ao princípio de autofinanciamento –, esses novos bancos comerciais poderiam captar depósitos das famílias e estender linhas de créditos para qualquer setor – mesmo que, em sua gênese, esses bancos comerciais pouco faziam no tocante às operações de intermediação financeira, preferindo atividades especulativas em mercados de moeda estrangeira e de dívida pública (HANSON, 2014) ainda que, certamente, pouco desenvolvidos à época –, haja vista que não estavam sob controle regulatório tal como os bancos especializados. Ou seja, em caso de instabilidades financeiras, o *Gosbank* não poderia injetar liquidez nesses canais, acarretando profundas

¹⁴⁰ Kim (2002, p. 109-110), mediante alguns cálculos, mostra detalhadamente a evolução dos preços de varejo – relativamente estáveis ao longo do tempo – e dos subsídios – crescentes – de alguns alimentos essenciais, como carne, batatas, leite e vegetais.

¹⁴¹ Todavia, estes bancos estariam subordinados ao Banco Estatal (que, após essas mudanças, tornou-se exclusivamente Banco Central) (*idem*, 1990).

¹⁴² Em 1987, o aumento de M1 (papel-moeda em poder do público + depósitos à vista) das empresas elevou em 37,1% em relação ao ano anterior; já em 1988, o aumento foi de quase 24%. A título de comparação, durante o período 1981-1985, o crescimento médio anual foi de 10,3% (FMI, 1991, p. 131).

¹⁴³ A taxa de crescimento do crédito à economia soviética (setor não-governamental, no caso) evoluiu da seguinte forma: a média anual para o biênio 1986-1987 foi de -2,3%, enquanto a do subsequente esteve em -4,7% (*ibidem*, p. 57).

crises¹⁴⁴; ademais, a crescente perda de controle de crédito por parte do governo soviético poderia prejudicá-lo nas tentativas de realização de políticas públicas – a depender dos objetivos de cada período histórico.

Não obstante, no mesmo ano, devido ao mesmo princípio de autofinanciamento das empresas estatais, houve um processo de “monetização” dos depósitos bancários; anteriormente, estes eram fortemente controlados e até mesmo “[...] owned ‘jointly’ with a branch ministry [...]” (*ibidem*, p. 31) e, com a autonomia concedida às empresas, poderiam utilizá-los como bem entendessem, elevando ainda mais o nível de liquidez – e de demanda potencial – da economia soviética.

Ao longo do final da década de 1980, percebe-se também um aumento relevante dos ativos financeiros sob posse das famílias¹⁴⁵; estas, dada a baixa disponibilidade e variedade de ativos¹⁴⁶, por muitas vezes aplicavam involuntariamente na poupança – e, considerando as pressões inflacionárias e os juros nominais rígidos, o seu rendimento era negativo¹⁴⁷. Uma das possibilidades a serem feitas seria a constituição de um mercado de títulos e ações em conjunto com as LEE e LSC para evitar pressões inflacionárias e do déficit público, além dos desequilíbrios no mercado monetário e na produção de bens e serviços – o que a curto prazo poderia significar, mas não necessariamente, em uma política monetária contracionista.

Mesmo com a tentativa de emissão de títulos públicos, dando direitos a compra de determinados bens de consumo¹⁴⁸ ao público – inclusive com o objetivo de elevar o bem-estar material dos soviéticos –, esta não foi exitosa, tanto para diversificar a carteira de ativos dos cidadãos quanto para o governo captar recursos ao seu financiamento¹⁴⁹: “[...] Soviet citizens were unwilling to increase their bond holdings given the monetary malaise.” (MILLER, 2016, p. 151). Uma grande fonte de captação de recursos pelo governo foram, todavia, os empréstimos

¹⁴⁴ Apesar desse empecilho, os seus ganhos por seus serviços muitas vezes não eram monitorados pelo sistema bancário soviético (HANSON, 2014).

¹⁴⁵ O crescimento médio de M2 (M1 + depósitos a prazo + títulos públicos mais líquidos) em posse das famílias foi de 9,6% a.a para o biênio 1986-1987 e de 13,1% no subsequente (*ibidem*, p. 377).

¹⁴⁶ “The financial instruments available to the public are presently quite limited: the traditional State Lottery Bonds, the 1990 Rbs 60 bn issue of 5% interest bearing Bonds, the 10-year 4% interest bearing Sberbank certificates, the 5% interest bearing Treasury Bills presently being issued for the first time for Rbs 15 bn, the zero interest Special Bills (more precisely, claims for the future purchase of consumer durables), and the share issues reserved to workers and enterprises.” (CARDANI, 1991, p. 467).

¹⁴⁷ “Until 1990, the yield on bank deposits in the USSR had remained fixed in nominal terms for more than 25 years. In real terms, it followed a slightly declining trend, becoming generally negative at the end of the 1980s, thus exacerbating the overhang.” (*ibidem*, p. 395).

¹⁴⁸ A um determinado preço pré-fixado e sob uma determinada validade de resgate (*ibidem*, 1991).

¹⁴⁹ “A rub 19 billion tranche of 10-year bonds remained unsold, and had to be taken by *Gosbank*.” (*ibidem*, p. 42).

dos “bancos comerciais emergentes” – o crescimento anual médio entre 1986 e 1987 foi de 30,4% e para o biênio subsequente foi de 39,4%, contrastando com o crescimento de 8,6% a.a durante o quinquênio 1981-1985 (FMI, 1991, p. 57).

Todavia, o elemento fundamental para compreender a dinâmica do orçamento soviético reside na emissão monetária¹⁵⁰ – mesmo com o crescimento considerável dos empréstimos bancários, estes não foram capazes de deter a elevação do déficit público da União Soviética. Essa alternativa, a fim de não ferir grupos políticos dominantes e a população no geral, implicaria um agravamento das dificuldades econômicas.

Afinal de contas, a emissão monetária, para financiar um determinado montante de déficit público, não é em si mesma sempre problemática: as complicações surgem quando esse processo não é vinculado a uma correspondente oferta de bens e serviços, acarretando em pressões inflacionárias. No caso específico da *perestroika*, perseguiu-se a estratégia de reconstruções e reequipamentos de empreendimentos ativos ao invés de expansão e construção de nova capacidade produtiva, o que de certa forma poderia prejudicar a expansão necessária de oferta¹⁵¹ – capacidade produtiva – em resposta ao aumento de liquidez proveniente da maior autonomia na gestão de recursos concedida às empresas e às cooperativas. Não obstante, a participação de construções inacabadas e de estoques subiu relevantemente nos anos de 1988 e 1989, como exposta na Tabela 7, prejudicando ainda mais as relações entre oferta e demanda na União Soviética.

Tabela 7 – Evolução das construções soviéticas ao longo da *perestroika*

	1986	1987	1988	1989
Construções inacabadas por estatais e organizações (em % dos investimentos brutos)	6,5	3,5	9,8	11,3
Construções inacabadas por				

¹⁵⁰ A título de esclarecimento: todo gasto governamental requer emissão monetária; todavia, o que determinará o resultado final das contas do governo será a “retirada de liquidez” da economia para financiá-lo, isto é, a magnitude dos impostos, empréstimos bancários, entre outros. Neste caso em específico, o governo soviético não estipulou contrapartidas para a emissão monetária, elevando os déficits orçamentários. Quando houver a expressão “emissão monetária” nesta pesquisa, ela sugerirá a não contrapartida para o financiamento dos gastos

¹⁵¹ Sobre isso, Allen (2001) esboça que a mudança do caráter dos investimentos – de novas construções para a modernização – foi extremamente prejudicial à União Soviética, pois houve grandes gastos para elevar o estoque de capital soviético sem relevantes mudanças na produção.

estatais e organizações (em % do PIB)	1,4	0,8	2,2	2,4
Variações de estoques e construções inacabadas (em % do PML soviético)	10,5	8,3	10,1	10,7

Fonte: FMI (1991, p. 93-94).

Além disso, como os preços ainda permaneciam em grande parte rígidos, a escassez poderia se agravar, prejudicando a satisfação das necessidades, inclusive as mais básicas, dos cidadãos soviéticos – sobretudo os mais pobres. Neste caso, a regulação entre oferta e demanda se daria somente por um aumento quantitativo de bens e serviços e, como visto, tratava-se de um elemento extremamente problemático àquela época – desde questões puramente tecnológicas das máquinas e equipamentos, como a obsolescência, até no que concerne à institucionalidade da planificação soviética.

Para elucidar tal panorama econômico na União Soviética, Kim (2002, p. 114) mostra a evolução entre a renda das famílias e das vendas a varejo (excluindo as vendas para estatais, processo pelo qual designa como *siphoning effect*¹⁵²). Desde 1965¹⁵³, percebe-se que a evolução da renda das famílias quase sempre foi superior ao volume de comércio varejista – as taxas médias de crescimento anual entre 1965 e 1989 foram de, respectivamente, 6% e 4,9% (*ibidem*, p. 115). Mas, especificamente após 1987, a diferença torna-se abruptamente grande, devido às políticas econômicas engendradas a partir de então, notadamente a LEE e a LSC.

Neste caso, a União Soviética sofria de um duplo desequilíbrio, tal como apontado por Lange (1988)¹⁵⁴: um de ordem física – proveniente da obsolescência tecnológica e, não menos relevante, da má alocação de recursos que, por muitas vezes, resultava em desperdícios – e a outra de ordem monetária – o montante total de rendas era incompatível com os preços rígidos de então o que, conseqüentemente, engendrava processos constantes de disrupção entre oferta e demanda.

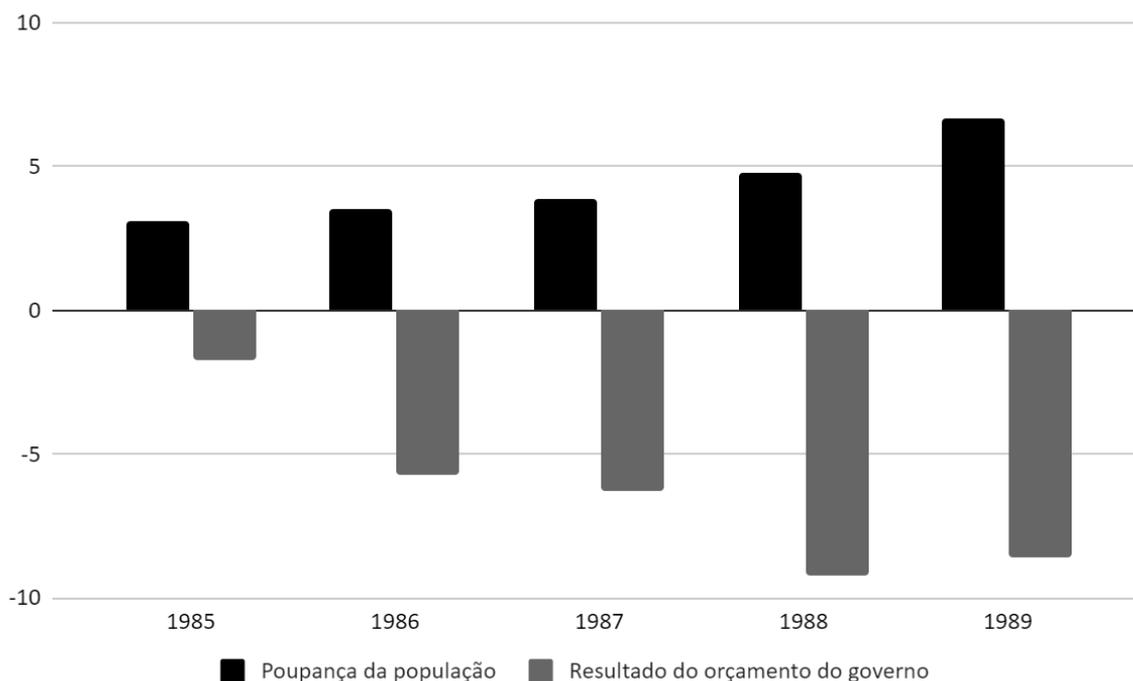
¹⁵² “According to Kornai [1979] the soft budget constraints of enterprises siphoned off consumer goods and services from household consumption.” (*ibidem*, p. 111).

¹⁵³ Birman (1980) já apontava para os riscos iminentes de uma possível crise financeira na URSS por conta do excesso de liquidez, como um todo, na economia soviética.

¹⁵⁴ Presente no capítulo primeiro, item 1.1.2.

Pode-se apontar um outro cenário, construído durante a *perestroika*: os cidadãos soviéticos, cuja propensão à realização de poupanças forçadas¹⁵⁵ era grande – ou seja, nem através do mercado paralelo conseguiam resolver o problema da demanda reprimida –, estavam em situações crescentes de superávit – e também aconteceu, tal como descrita anteriormente, com as empresas soviéticas –, enquanto que o governo sofria com déficits orçamentários. Estes, quando não geram aumento na capacidade produtiva – ou, de uma maneira geral, em acréscimos de bens e serviços –, pressionam os preços para cima. Na União Soviética, como os preços eram estáveis para evitar descontentamentos populares, toda essa dinâmica descrita aprofundava o cenário de escassez, racionamento¹⁵⁶ e baixas oportunidades de gerir as poupanças forçadas dos cidadãos (Gráfico 7)¹⁵⁷.

Gráfico 7 – Evolução do orçamento do governo e da poupança da população (em % do PIB)



Fonte: FMI (1991, p. 97) e Sinelnikov (1995, p. 19).

¹⁵⁵ O sentido de “poupança forçada” refere-se às restritas possibilidades de utilização da renda dos soviéticos em um contexto de elevação abrupta da liquidez: em resumo, trata-se do confronto de uma determinada demanda potencial com uma estrutura de oferta problemática e um sistema financeiro relativamente pouco desenvolvido para absorver o excesso de liquidez.

¹⁵⁶ “Meat and butter sales were being rationed in about one third of the Russian Republic (RSFSR) in late 1988 [...]” (HANSON, 2014, p. 210).

¹⁵⁷ “The wealth overhang can be defined as the difference between the nominal amount of wealth held by agents at the end of period t and the desired amount that would have been held in the absence of current and past rationing.” (FMI, 1991, p. 380).

Gorbachev tinha plena consciência dos riscos potenciais da emissão monetária enquanto alternativa ao financiamento do déficit público: “Gorbachev publicly argued that increasing the supply of money without equivalent increases in production caused nothing but inflation and, in the context of price controls, shortages.” (*ibidem*, p. 65). Mas, aparentemente, não lhe restavam outras alternativas a serem consideradas, dada as particularidades daquele contexto histórico específico – os problemas econômicos estruturais e as complexas correlações entre as forças políticas.

3.3.3. Política externa da *perestroika* e suas consequências

Nesta temática reside, talvez, os componentes mais ousados da economia política da *perestroika*. Apesar da ofensiva imperialista já ao final da década de 1970, personificada nas figuras de Reagan e Thatcher¹⁵⁸, Mikhail Gorbachev adotou um discurso pacifista e em defesa da coexistência pacífica dos sistemas socioeconômicos¹⁵⁹, além de críticas à política externa brejneviana: “A política externa soviética mostrava-se vacilante, recrudescia a corrida armamentista e intensificava-se a ameaça de guerra.” (GORBACHEV, 1988, p. 155).

Logo que assumiu a secretaria-geral do Partido Comunista da União Soviética, Gorbachev promoveu uma série de mudanças nos postos referentes à política externa soviética, como no Ministério das Relações Exteriores e nas principais embaixadas soviéticas, de modo a legitimar simultaneamente alinhamentos ideológicos com sua política externa pacifista e o rejuvenescimento de quadros partidários (BROWN, 2007).

Sob um discurso totalmente desarmamentista, afirmava que

O princípio fundamental do novo pensamento político é muito simples: *a guerra nuclear não pode servir de instrumento para atingir objetivos políticos, econômicos, ideológicos ou quaisquer outros*. [...] a guerra nuclear não pode ser explicada porque não faz sentido, é irracional. Não haverá vencedores ou vencidos em um conflito nuclear: a própria civilização será varrida do planeta. Será suicídio, e não “guerra” no sentido convencional da palavra. (GORBACHEV, 1988, p. 162)

Apesar dos esforços legítimos de se evitar qualquer tipo de confronto nuclear, havia objetivos político-econômicos por trás das intenções pacifistas de Gorbachev. Em primeiro

¹⁵⁸ “A diplomacia da *perestroika* era uma resposta à ofensiva belicista americana e só pode ser compreendida à luz da guinada conservadora ocidental iniciada em fins da década de 1970, a qual buscou alterar o equilíbrio mundial.” (VISENTINI, 2017, p. 120).

¹⁵⁹ “Não nos limitamos [a URSS] a reavaliar a realidade de um mundo multifacetado e multidimensional e a analisar apenas as diferenças de interesse entre os vários Estados. Chegamos ao âmago da questão: a tendência, cada vez mais acentuada, de interdependência entre todos os Estados da comunidade mundial. Essa é a dialética do momento de desenvolvimento que vivemos.” (GORBACHEV, 1988, p. 157).

lugar, esse tipo de política externa mostrava-se fundamental à URSS na medida em que os Estados Unidos pressionavam por uma nova corrida armamentista em um contexto de estagnação econômica soviética. Logo, as mudanças econômicas da *perestroika* só fariam sentido se o peso do setor bélico-militar diminuísse bruscamente, deslocando recursos à indústria civil, que sofria com a baixa qualidade nos produtos, tecnologia obsoleta e escassez de um conjunto de bens de consumo:

Gorbachev initiated a transformation of Soviet foreign policy not only because of the dangers inherent in the Cold War but also as a prelude to changing the priorities of domestic politics. Radical political and economic reform involved reducing the weight of the military in the decision-making process and of military expenditure as a share of the budget.” (*ibidem*, p. 16).

Em segundo lugar, Gorbachev pretendia passar uma boa imagem pessoal às potências ocidentais a fim de ganhar prestígio e conseguir levar adiante as reformas, evitando qualquer tipo de boicote internacional. Para isso, utilizou-se de uma metanarrativa pautada nos valores humanos universais com maior incisividade, algo praticamente sem precedentes na história soviética (GILL, 2011).

O exemplo concreto, por sua vez, foi a decisão soviética de declarar unilateralmente uma moratória nos testes nucleares: a primeira ocorreu no verão de 1985, cuja validade era até 1º de janeiro de 1986; contudo, a União Soviética prorrogou a moratória e, mesmo com a imobilização estadunidense no tocante aos testes nucleares, “[...] O Politburo do Comitê Central do PCUS e o governo soviético decidiram, em agosto de 1986, prorrogar a moratória unilateral dos testes nucleares até janeiro de 1987.” (*ibidem*, p. 270)¹⁶⁰. Ao conseguir convencer os ocidentais das intenções soviéticas em prol da paz mundial, “[...] [O fim da Segunda Guerra Fria] conquistou-lhe uma imensa e duradoura popularidade no Ocidente, [...]” (HOBSBAWM, 1994, p. 464).

Ademais, por se mostrar uma liderança aberta e mais flexível, Gorbachev tentou concretizar a sua política externa de forma a dar maior autonomia aos países socialistas no tocante aos seus respectivos modelos político-econômicos: “[...] has come a much less grudging Soviet acceptance of the diversity to be found in the East European economic models and, to some extent, in their political arrangements [...]” (BROWN, 2007, p. 87).

¹⁶⁰ Essa decisão unilateral seria improvável em tempos anteriores, tal como relata Brown (2007, p. 85): “Particularly noteworthy is the Soviet acceptance of the ‘zero option’ – the elimination of all intermediate-range nuclear weapons in Europe. When this was first proposed by Reagan in 1981, Moscow dismissed it out of hand, and a year later the head of the Soviet delegation at the intermediate-range nuclear forces (INF) talks, Yuliy Kvitsinsky, described it as ‘a formula for unilateral disarmament by our side and, frankly, an insult to our intelligence’.”.

Apesar desse notório sucesso aos olhos da comunidade internacional e pela ampla necessidade do fim da corrida armamentista para a economia do país, a política externa de paz da União Soviética, sob comando de Mikhail Gorbachev, também enfraquecia o país enquanto uma potência mundial¹⁶¹. As medidas concretas pacifistas realizadas pela URSS não vieram acompanhadas de “[...] contrapartidas norte-americanas ou europeias, recebendo apenas elogios e promessas vagas.” (VISENTINI, 2021, p. 70). Ademais, os soviéticos colocaram os seus aliados à própria sorte no sentido de defender seus governos¹⁶²:

Tabela 8 – Balanço de pagamentos, em moedas não-conversíveis, com os países socialistas¹⁶³ entre 1980 e 1989 (em milhões de rublos)

	1980	1985	1986	1987	1988	1989
Conta corrente	2659	1931	4016	1956	-770	-2988
Balança comercial	3198	2284	4037	2404	-190	-2351
Conta capital	-1878	-3142	-3182	-3221	-607	-453
Resultado do BP	781	-1211	834	-1265	-1377	-3441

Fonte: FMI (1991, p. 112)

Essa alteração na política externa de Gorbachev pode ser vista pelos movimentos do balanço de pagamentos, e seus componentes, com os países socialistas. A conta capital salta drasticamente entre 1987 e 1989 – indicando menos exportações de capital e outros investimentos –, ao passo que as transações correntes se deterioraram devido ao aumento das importações e diminuição das exportações com esses países¹⁶⁴, resultando em saldos negativos no balanço de pagamentos com as áreas não-conversíveis socialistas (Tabela 8).

Na segunda metade de 1989, ocorre uma derrocada generalizada dos regimes socialistas do Leste Europeu, sendo os mais notórios representados pelo Movimento Solidariedade na Polônia, a queda do Muro de Berlim – abrindo espaços à reunificação alemã – e o fuzilamento do casal Ceausescu na Romênia. Ao contrário dos episódios da invasão de Praga e da própria contenção de manifestações na Polônia e Hungria, a União Soviética nada fez para impedir o

¹⁶¹ “Mas os supostos ganhos de tal política [desarmamentista] decorriam do fato dele ceder antecipadamente ao adversário, recebendo em troca apenas aplausos.” (VISENTINI, 2021, p. 68).

¹⁶² “[...] foi o próprio Gorbachev que precipitou os acontecimentos internacionais, com a queda do Leste Europeu no segundo semestre de 1989. A Guerra Fria fora encerrada em 1987-1988 com os acordos de desarmamento, e o Kremlin e a Casa Branca agora cooperavam no Conselho de Segurança da ONU.” (*idem*, 2017, p. 123).

¹⁶³ Países da COMECON, Albânia, China, Laos, Coreia do Norte e Iugoslávia.

¹⁶⁴ Devido ao mecanismo de média móvel de 5 anos anteriores no comércio intra-COMECON, notadamente à negociação de petróleo e gás (KIM, 2002).

avanço dos movimentos anticomunistas nos países aliados. Segundo Visentini (2017, p. 125), essa apatia soviética pode ser resumida “[...] à perda de importância estratégica de seu *glacis* defensivo na era dos mísseis intercontinentais e ao elevado custo político-econômico da manutenção da maioria desses regimes¹⁶⁵”. E, mais importante do que os custos, “[a] queda dos satélites europeus em 1989 e a relutante aceitação por Moscou da reunificação alemã demonstraram o colapso da União Soviética como potência internacional, mais ainda como superpotência.” (HOBSBAWM, 1994, p. 476). Não menos relevante, a não-intervenção em Estados aliados também fazia parte do pensamento de Gorbachev no que tange à autodeterminação dos povos¹⁶⁶.

Tabela 9 – Balanço de pagamentos em moeda conversível entre 1985 e 1989 (em milhões de rublos)

	1985	1986	1987	1988	1989
Exportações	23052	18860	19856	20320	22208
Importações	-21974	-16342	-14639	-17433	-22300
Balança comercial	1078	2518	5217	2887	-92
Serviços	-1541	-1285	-1064	-2009	-2420
Saldo das transações correntes (TC)	-450	1266	4181	943	-2438
Vendas de ouro (VO)	1507	2814	2217	2310	2310
TC + VO	1057	4080	6398	3253	-128
Conta capital (CC)	-2330	-3632	-7862	-3691	-2231
Resultado do balanço (TC + VO + CC)	-1273	448	-1464	-438	-2359

Fonte: FMI (1991, p. 110)

Ainda que a conta capital estivesse menos negativa após 1987 – provavelmente representando a entrada de recursos provenientes da lei das *joint ventures* e das tomadas de empréstimos de curto prazo –, “[...] imports continued to rise, reflecting both planned state imports, [...] and direct enterprise imports of consumer durables and food products, as growing

¹⁶⁵ Sobretudo em um contexto de tentativa de transição de modelo de crescimento e o peso crítico do setor bélico-militar na economia soviética. Também em 1989, ocorre a retirada das tropas soviéticas do Afeganistão – por questões políticas e não devido a uma derrota militar (VISENTINI, 2017).

¹⁶⁶ Todavia, Martens (2018 [1991]) e Visentini (2021) documentam que a URSS, sob liderança de Gorbachev, teve participação ativa e decisiva na queda desses regimes, sobretudo nos casos alemão e búlgaro.

domestic demand coincided with disruptions in domestic supplies.” (FMI, 1991, p. 46). As exportações, ainda que crescentes, eram inferiores às importações – aumento dos preços de alimentos e grãos –, culminando em déficit na balança comercial em 1989, já decrescente em 1987. Não obstante, dívida de curto prazo soviética em moedas conversíveis saltou de 8,6 bilhões de dólares para 17,7 bilhões entre 1987 e 1989 (*ibidem*, p. 59), tornando-se mais uma fonte de pressão nas contas externas soviéticas (Tabela 9).

A deterioração do balanço de pagamentos da União Soviética, tanto em relação aos países socialistas quanto aos de moeda conversível, potencializou as dificuldades econômicas à execução das mudanças pretendidas. Por exemplo, o inevitável processo de substituição de importações, necessário para internalizar as avançadas tecnologias, tornava-se mais doloroso à medida em que a produção petrolífera decrescia e as tomadas de empréstimo de curto prazo tinham como contrapartida o grande volume de saída de recursos ao pagamento de serviços dessas dívidas – sem contar os problemas de renovação de crédito. Como afirma Anderson (2018, p. 42), “A espiral inflacionária foi agravada pelo aumento do déficit no balanço de pagamentos, pois o governo tentava conter a queda de popularidade importando bens de consumo, e pelo aumento galopante da dívida externa [...]”.

3.3.4. *Glasnost*: de estratégia auxiliar a carro-chefe de Gorbachev

Em abril de 1986, ocorreu o acidente nuclear de Chernobyl, na República da Ucrânia; no tocante aos impactos na estrutura socioeconômica soviética, o episódio significava a personificação das graves falhas estruturais da URSS, sobretudo no âmbito tecnológico. À primeira vista, poder-se-ia parecer que o país não seria uma superpotência *de facto*. Apesar disso, o governo Gorbachev aproveitou a ocasião para avançar na estratégia de abertura política – *glasnost* –, a fim de ganhar apoio político no âmbito nacional e internacional para levar a *perestroika* adiante. Dessa forma, “A imprensa – soviética e internacional – teve amplo acesso ao local do acidente. Suas causas foram discutidas e debatidas sem censura nas emissoras de rádio e televisão.” (ARBEX JÚNIOR, 1993, p. 14).

As mudanças políticas, a princípio, iniciaram-se logo nas primeiras seis semanas de governo Gorbachev: “[...] the replacement of many officials at the republican, regional, and city level, and at the first normal Central Committee plenum over which he presided – held on 23 April 1985 – no fewer than five promotions within the top leadership team took place.” (BROWN, 2007, p. 63). As mais relevantes foram as de Yegor Ligachev e Nikolay Rizhkov, que se tornaram membros do Politburo sem precisar passar por eleições. Aquele seria o segundo

secretário do PCUS, enquanto este presidiu o Conselho de Ministros da URSS; ambos ficaram encarregados, respectivamente, pelo Departamento de Trabalho Organizacional do PCUS e pelo Departamento de Economia – ambas secretarias do Comitê Central do PCUS (*ibidem*, 2007).

Apesar das intenções explícitas de realização de autocrítica dentro do PCUS e aumento na liberdade de expressão, o objetivo-chave da *glasnost* foi levar adiante as transformações econômicas pretendidas por Gorbachev e, para isso, dever-se-ia combater qualquer tipo de resistência do aparato burocrático soviético (*nomenklatura*). Segundo Boettke (2001, p. 185-186),

[...] glasnost in the press functioned, partly but importantly, to facilitate the removal of officials and bureaucrats who had (for whatever reason) fallen from favor with the ruler [Gorbachev]. “Openness” in the Soviet media allowed Gorbachev and his allies to defeat and discredit at least some of their opponents in the secret police services (including the powerful KGB), [...]

Para isso, o novo secretário-geral do PCUS precisaria de um Comitê Central mais reformista, isto é, ir além das promoções anteriormente mencionadas; e, no XXVII Congresso do PCUS (1986), “[...] 38% of the old Brezhnevian Central Committee was removed.” (ROLAND, 1993, p. 202).

Do ponto de vista da inserção soviética dentro do processo histórico da transição socialista, a *glasnost a priori* representaria uma tentativa de avanço na socialização da política. Todavia, ainda que transformações políticas fossem pretendidas e necessárias, nos primeiros momentos

[...] references to democracy were not yet associated with the development of representative mechanisms or reforms in the political/electoral system. Proposals in this field revolved around strengthening popular participation and management structures, such as local and factory councils (soviets); increasing transparency (*glasnost*) in the political/administrative sphere; promoting the creativity of the masses; and highlighting human capital (“the human factor”) as a driving force of the system¹⁶⁷. (ALBUQUERQUE, 2019, p. 80).

Gorbachev argumentava que transformações econômicas não seriam possíveis caso não houvesse, simultaneamente, mudanças no campo político. Ao analisar a crise do “socialismo real”, Netto (1993, p. 14) salienta que

uma limitadíssima socialização do poder político passou a travar (e, nesta medida, logo em seguida a colidir com) o aprofundamento da socialização da economia – estabeleceu-se, de fato, *um feixe de contradições* entre as exigências dinâmicas do desenvolvimento das forças produtivas no marco de uma economia centralmente planejada e os mecanismos políticos que a modelavam. Mais precisamente, os sistemas políticos das sociedades pós-revolucionárias mostravam-se ineptos para

¹⁶⁷ Assim sendo, essas pressões iam ao encontro dos objetivos referentes à primeira fase da *perestroika*.

propiciar a passagem, no âmbito das forças produtivas, de um padrão de crescimento extensivo a outros, intensivo¹⁶⁸.

A grande problemática desta interpretação é que todas essas medidas, sobretudo às circunscritas na esfera política, não poderiam enfraquecer a capacidade de administração econômica do Estado-partido – ou tampouco impedir aprimoramentos concretos na institucionalidade e na prática democrática sob o socialismo –, haja vista a existência de uma “economia de comando” na União Soviética. Ainda que mecanismos de mercado se apresentassem como alternativas concretas à correção de problemas na alocação de recursos, não significa que necessariamente haveria perda ou enfraquecimento da planificação econômica.

Uma das primeiras medidas da *glasnost* foi a abertura no acesso às mídias ocidentais – rádio, televisão, jornais, entre outros –, como uma maneira de induzir os soviéticos ao debate sobre todas as questões do país (VISENTINI, 2017), como a própria história da União Soviética – período stalinista –, os desdobramentos da *perestroika*, entre outros:

Nossa sociedade socialista, que se empenhou resolutamente na estrada da renovação democrática, tem um interesse vital na participação ativa de todos os cidadãos [...], tanto na discussão de nossos planos quanto em sua implementação. E os meios de comunicação de massa estão desempenhando e continuarão a desempenhar um extraordinário papel nisso. (GORBACHEV, 1988, p. 85)¹⁶⁹.

Abriu-se, pois, os limites à crítica por parte dos cidadãos. Mesmo que a *glasnost* em um primeiro momento não atingisse profundamente as estruturas político-eleitorais até então, essas transformações tiveram impactos não-triviais, no médio prazo, na atmosfera social da União Soviética, sobretudo nas artes e no próprio cotidiano dos cidadãos.

O novo conceito adotado por Gorbachev, o “pluralismo socialista”, foi utilizado em um primeiro momento “[...] in the limited context of opening up the columns of Soviet newspapers to a wider range of writers [...]” (BROWN, 2007, p. 110), cujo objetivo-chave era enfrentar os adversários da *perestroika* e levá-la adiante. Este conceito, diferentemente do “pluralismo político”, significava que a liderança política ainda permaneceria sob a tutela do Partido Comunista da União Soviética (*ibidem*, p. 111); dessa forma, o socialismo ainda permanecia

¹⁶⁸ Em outras palavras, o modelo intensivo de crescimento, almejado pela *perestroika*, era incompatível com o sistema político vigente na União Soviética. Netto (1993), na mesma linha de raciocínio da citação anterior, discorre que a nova sociedade urbano-industrial consolidada na União Soviética já não admitia esse tipo de institucionalidade política (trabalhadores mais educados, altas taxas de alfabetização, exigências por melhorias democráticas, entre outros). Em uma realidade menos complexa, a estrutura vigente – e, segundo o autor, limitadora da socialização da política – era possível, como nos primórdios do período stalinista.

¹⁶⁹ Mais adiante, discorre que “Os interesses de se aprofundar a democracia socialista e intensificar a maturidade política das pessoas requerem uma utilização mais completa dos meios de comunicação de massa para a discussão de questões públicas e estatais, [...]” (*ibidem*, p. 88)

como objetivo-chave da sociedade soviética, ainda que as discussões acerca dos caminhos a serem seguidos e de possibilidades de novos modelos, além do construído na URSS até então, dentro do contexto da transição socialista estivessem em pauta nos primeiros momentos da *glasnost*.

Ainda que a economia global estivesse passando por momentos de recuperação, os soviéticos tinham acesso ao modo de vida capitalista – como o consumismo exacerbado –, sobretudo dos países ocidentais industrializados. O contraste com a realidade soviética no tocante aos bens de consumo e à escassez poderia servir como um instrumento de questionamento do próprio socialismo soviético¹⁷⁰. Gorbachev realizava críticas ao passado – principalmente dos períodos stalinista e brejneviano¹⁷¹ – a fim de engendrar uma espécie de “novo pensamento” – e, conseqüentemente, introduzir novos conceitos à compreensão da sociedade soviética – acerca da necessidade de renovação do socialismo, compreendendo a transição socialista enquanto um processo dinâmico e não-linear. Todavia, apesar das autocríticas serem fundamentais à correção de graves erros, elas não poderiam se transformar em autofagia, isto é, em retrocesso ao capitalismo e à democracia liberal – um processo que se iniciaria pela perda de legitimidade do PCUS. Em outras palavras, havia elementos político-econômicos extremamente perigosos à continuidade da edificação do socialismo na União Soviética.

Pelo fato das medidas econômicas não gerarem os resultados esperados, Gorbachev direcionou suas forças à *glasnost*, na tentativa de conseguir mais apoio popular, midiático e internacional à continuidade da *perestroika*: “[...] Soviet economic setbacks may have contributed to the shift of economic emphasis to politics.” (HUA, 2006, p. 3). Em circunstância dos fracos resultados econômicos, o PCUS dividiu-se, basicamente, em duas frações: os conservadores, liderados por Yegor Ligachev – contrários à *perestroika*, ou pelo menos em sua rápida implementação, formados basicamente pela *nomenklatura* soviética – e os reformistas, com Aleksandr Yakovlev, ex-embaixador da URSS no Canadá, à frente deste grupo –

¹⁷⁰ “Com Gorbachev, não apenas as promessas de consumo foram reafirmadas e ampliadas, mas, fato inédito, a culpa pela incapacidade de atender [essas promessas] foi imputada por ele ao próprio sistema.” (VISENTINI, 2017, p. 120).

¹⁷¹ Sobre Stálin: “As deficiências do sistema foram conectadas ao período stalinista, e a crítica do líder georgiano aumentou substancialmente.” (ALBUQUERQUE, 2019, p. 84); o revisionismo acerca de Stálin por parte de Gorbachev se inicia ao final de 1987, durante a celebração do 70º aniversário da Revolução de Outubro (GILL, 2011). Acerca de Brejnev: “A crítica ao consulado de Brejnev tem sido crescentemente reforçada [...] Essa operação responde, no plano ideológico e no nível da prática social, a demandas precisas: de um lado, a criação de um marco consensual para legitimar a nova direção; de outro, a eversão de formas de corrupção que soldaram estratos estatal-partidários na defesa mais radical da integridade do sistema de poder.” (NETTO, 1990, p. 132).

favoráveis às medidas econômicas, sendo que certa parcela do grupo frisava por uma maior radicalização, ainda que “dentro dos limites do socialismo”¹⁷².

Segrillo (2012, p. 216), ao classificar a *perestroika* no ano de 1988 como um “período de transição e discussão”, aponta que a ala liberal ganhou espaços importantes à continuidade das políticas econômicas, com respaldo de Gorbachev. O símbolo dessa vitória, segundo o autor, foi a aprovação da Lei Sobre as Cooperativas (LSC) – que, de fato, garantiu maiores liberdades às cooperativas em relação às empresas estatais.

Dentro deste contexto de incertezas, um grande ponto de inflexão nos processos de transformações político-econômicas da União Soviética foi na XIX Conferência do PCUS, em junho de 1988. Neste ponto, um novo conceito ganhou notoriedade: o “Estado de direito socialista” – que, segundo Gorbachev, estaria baseado nos princípios socialistas e leninistas (GILL, 2011, p. 238) –, cujo um dos objetivos seria a criação de cortes e instituições independentes – como o poder judiciário – do Partido Comunista da União Soviética (*idem*, 2007, p. 112). Propôs-se, entre outras medidas,

[...] i. Uma clara separação de funções entre o partido e o Estado [...], ampla renovação dos quadros partidários¹⁷³ [...] ii) Uma nova forma de funcionamento do parlamento, para o que foram lançadas diretrizes que constituíram, posteriormente, regras para a criação e o funcionamento do novo Congresso de Deputados do Povo, núcleo central da reforma do sistema político. (POMERANZ, 2018, p. 141-142)¹⁷⁴.

Gorbachev, a fim de levar adiante as reformas estruturais pretendidas, utilizou com maior incisividade um novo núcleo ideológico baseado nos valores humanos universais, em contraposição à narrativa classista predominante ao longo da história da União Soviética – apesar da abordagem, iniciada com Krushev, do “Estado do povo soviético”, ocultando a luta de classes ainda presentes na URSS. Mesmo que isso possa ser entendido como uma ampliação do que se caracterizaria uma transição socialista ou até mesmo do próprio marxismo-leninismo, a nova narrativa ideológica – mais ampla e includente – poderia erodir a legitimidade do próprio socialismo soviético e do Partido Comunista enquanto condutor do processo revolucionário.

¹⁷² Essas disputas podem ser resumidas na publicação (no início de 1988), por parte dos conservadores, de um artigo cuja autora – Nina Andreev – defendia, grosso modo, o legado de Stálin, criticando o revisionismo adotado pelo governo Gorbachev e, pelo lado dos reformistas, uma resposta através do jornal Pravda três semanas depois com um conteúdo relativamente defensivo (POMERANZ, 2018, p. 144-145; GILL, 2011, p. 231-232). Não menos relevante, na segunda metade do ano anterior, Gorbachev expulsou Yéltsin do Politburo do PCUS por este criticar a lentidão no andamento da *perestroika*.

¹⁷³ Implicitamente neste ponto havia a proposta de aposentadoria compulsória de membros do Comitê Central do PCUS.

¹⁷⁴ “At the Nineteenth Conference of the CPSU in June 1988, Gorbachev, prevented by party rules from removing conservative elements from the leadership, suggested a Congress of People’s Deputies (CPD), which would replace the existing Supreme Soviet as parliament, but would be a working body with the capacity to amend the Constitution as well as pass legislation.” (SIMON, 2010, p. 440).

Isso é tão verdade que a nova base ideológica do PCUS ao final da década de 1980 não foi discutida em termos de ter o comunismo como objetivo final – pelo menos já não se caracterizava como a principal metanarrativa (GILL, 2011).

Não obstante, nesta mesma XIX Conferência, Gorbachev sedimentou terreno à realização de mudanças do papel do PCUS na sociedade soviética – posteriormente concretizadas, como se verá adiante – a fim de tentar garantir o controle das transformações em curso e legitimar o conceito de “Estado de direito socialista”:

Gorbachev was insistent that the party had to continue to exercise a leading role in society, but by simultaneously seeking to withdraw the party from the immediate directing role it had had in administrative affairs and demanding that it exercise its leadership through the moral suasion and authority of individual party members, he was suggesting a much more hands-off role than the party had ever had before. (*ibidem*, 2011, p. 237).

A eleição do Congresso dos Deputados do Povo (CDP) – a nível da União –, proposta para acontecer no início de 1989, elegeria 2250 deputados em três frentes: votação popular, proporcionalmente a cada república soviética e por instituições e outras organizações de massa. Este congresso elegeria um Conselho Supremo (ou Soviet Supremo) de 543 membros, formado por um Conselho da União e por um Conselho das Nacionalidades. As candidaturas apresentadas poderiam ser independentes, mas ainda sob vigência do unipartidarismo (REIS FILHO, 2003; POMERANZ, 2018). Segundo Brown (2007, p. 115), mesmo nos casos de candidaturas únicas, isso não lhes davam a garantia de vitória, “[...] as a number of Party officials discovered to their dismay when they failed to secure 50 per cent support from those who voted.”.

Ainda que a maioria dos eleitos fosse do PCUS – cerca de 88%¹⁷⁵ –, formou-se uma bancada de oposição mais ou menos definida – com 393 deputados¹⁷⁶ –, sob a liderança de Yéltsin¹⁷⁷, denominada Grupo Interdistrital de Deputados (SEGRILLO, 2012, p. 216). Não menos relevante, essas eleições também serviram como alerta para o PCUS, haja vista que “In Moscow, Leningrad, and Kiev [as três maiores cidades soviéticas], there was an easily detectable ‘anti-apparatus’ vote [...]” (BROWN, 2007, p. 116). Alguns deputados deste grupo

¹⁷⁵ Fonte: <<https://www.britannica.com/place/Soviet-Union/>>. Ademais, “[...] 85.3 per cent of candidates nominated and 87.6 per cent of those actually elected to the Congress of People’s Deputies were Party members.” (BROWN, 2007, p. 118).

¹⁷⁶ ROLAND (1993, p. 203). Havia também membros do PCUS integrando este grupo de oposição.

¹⁷⁷ Boris Yéltsin ingressou no Soviet Supremo após um candidato renunciar em seu favor. Isso ocorreu porque os “candidatos de Moscou” tinham 55 candidatos para 29 vagas para o Conselho da União e 12 para 11 vagas ao Conselho das Nacionalidades. Yéltsin, concorrendo para este último, ficou em décimo segundo lugar. A renúncia se deu pelo fato de Yéltsin gozar de ampla popularidade entre os cidadãos de Moscou (BROWN, 2007, p. 125), sendo o candidato mais votado para o Congresso em toda a URSS (ARBEX JÚNIOR, 1993, p. 17).

representavam as Frentes Populares¹⁷⁸, explicitando o caráter oposicionista frente ao PCUS. Gorbachev foi eleito o presidente do Soviet Supremo com 2123 votos a favor e 87 contra (LANE, 2002, p. 72).

Ao contrário dos primeiros anos, a *glasnost* neste momento – isto é, quando assume o protagonismo das políticas gorbachevianas, superando-se enquanto antiga linha auxiliar da *perestroika* – ganhou concretude no sentido de alterar os sistemas político e eleitoral vigentes. Ademais, a fim de avançar com suas propostas, Gorbachev apostou em combates políticos mais incisivos contra a ala burocrática do partido; todavia, os seus ataques atingiam diretamente à legitimidade do PCUS, abrindo caminhos ao questionamento do próprio socialismo soviético: “A *glasnost* [...] permitiu o alastramento de uma propaganda claramente contrarrevolucionária, antissocialista e, pode-se dizer, que quase tudo o que o povo russo construiu através de esforços titânicos e heróicos, viu-se atacado, manchado, [...]” (MARTENS, 2018 [1991], p. 210)¹⁷⁹.

O grande paradoxo residia no fato de que Gorbachev, que tanto pregava pela urgência de reformas políticas para dar prosseguimento à *perestroika*, além do objetivo de melhorar o sistema político soviético, teve sua posição pessoal reforçada devido à eliminação de opositores dentro do Partido e, *a posteriori*, ao desencadear um projeto à ruptura da estrutura Estado-partido, Gorbachev tentaria se consolidar no poder longe das influências do PCUS para levar suas mudanças adiante – inclusive aumentando o seu espaço de atuação para governar via decretos¹⁸⁰. Ou seja, a gênese da inflexão no curso da *perestroika* consiste no abandono de tentativas concretas de potencialização da socialização da política – haja vista o ganho de protagonismo concedido à *glasnost* – e de transformação socioeconômica, adaptando o socialismo soviético aos novos tempos, à adoção de projetos personalistas e de deslegitimação do PCUS. Para corroborar esse argumento, Albuquerque (2019, p. 89) argumenta que, durante o XXVIII Congresso do PCUS, realizado em julho de 1990,

[...] when discussing the need to accelerate perestroika, Gorbachev stated that economic and social difficulties forced him to push for fundamental changes in the system. This issue was no longer posed as a strategy for strengthening or enhancing socialism. Incidentally, it is notable that there was a decline in the number of direct mentions to ‘socialism’ in his speeches.

¹⁷⁸ As Frentes Populares eram “[...] organizações formadas nas repúblicas soviéticas com o objetivo de conquistar a independência e a soberania nacional diante de Moscou e do PCUS.” (ARBEX JÚNIOR, 1993, p. 17). Puderam, nessas eleições, lançar candidatos para o Congresso.

¹⁷⁹ Mais adiante, reforça: “A ‘renovação ideológica’, de que se gaba Gorbachev, exprime-se em números: em março de 1989, 38% dos soviéticos interrogados sobre se têm inteira confiança no PCUS respondem afirmativamente; um ano mais tarde já são apenas 16%.” (*ibidem*, p. 264).

¹⁸⁰ “[...] Gorbachev – following the creation of an executive state presidency in March 1990—at least partially freed himself from the constraints imposed by the Politburo [...]” (BROWN, 2007, p. 10).

Em março de 1990, ocorrem transformações constitucionais de suma importância para compreender a desintegração da União Soviética: a criação do cargo de Presidente da URSS e a supressão do artigo 6º da Constituição da URSS de 1977.

O cargo de presidente da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas seria supranacional e que, após o primeiro mandato conquistado indiretamente – cujo governo duraria cinco anos, podendo ser reeleito uma única vez –, passar-se-ia por eleições diretas. Mikhail Gorbachev, neste caso, foi eleito; todavia, “[...] participaram somente 1878 deputados, dos 2250 que compuseram o Congresso dos Deputados do Povo. [...] Ele obteve 1329 votos a favor, 495 contra e 54 nulos [...]” (POMERANZ, 2018, p. 143).

O artigo 6º da Constituição soviética de 1977 dizia que

The leading and guiding force of the Soviet society and the nucleus of its political system, of all state organisations and public organisations, is the Communist Party of the Soviet Union. The CPSU exists for the people and serves the people.

The Communist Party, armed with Marxism-Leninism, determines the general perspectives of the development of society and the course of the home and foreign policy of the USSR, directs the great constructive work of the Soviet people, and imparts a planned, systematic and theoretically substantiated character to their struggle for the victory of communism. All party organisations shall function within the framework of the Constitution of the USSR¹⁸¹.

A quebra do monopólio partidário – o que significaria, também, o enfraquecimento do PCUS enquanto força motriz da sociedade soviética –, também aprovada em março de 1990, significou um pré-requisito à dissolução da União Soviética, como se verá a seguir. Gorbachev, com isso, tentaria transferir a legitimidade do poder soviético, outrora centralizado no PCUS, ao novo Estado.

3.3.5. A questão das nacionalidades e os erros de condução de Gorbachev

Deve-se ter em conta a complexa formação nacional-étnica da antiga União Soviética, haja vista que era um país composto por 15 repúblicas e mais de 100 etnias distintas, cada qual com suas próprias particularidades, como costumes, línguas e culturas. Ou seja, não era trivial manter uma relativa unidade nacional em torno da União, criando-se ao longo dos anos “um novo homem soviético” e “uma nova cultura soviética”. Essa unidade, todavia, era personificada pelo Partido Comunista da União Soviética, que guiou o desenvolvimento do país

¹⁸¹ Presente em <<http://www.departments.bucknell.edu/russian/const/1977toc.html>>.

mesmo nos momentos mais conturbados de sua história¹⁸². Como visto, um dos momentos de apogeu na história da URSS foi no período referente à vitória na Grande Guerra Patriótica, onde um novo pacto social foi formulado com base na independência soviética e na unidade das nacionalidades.

Logo, por que a criação do cargo de Presidente da URSS representa um erro grave na estratégia personalista de Gorbachev? Ainda que esta tentativa estivesse dentro da estratégia de afastamento da oposição partidária nas suas tomadas de decisões e, *a priori*, parecesse plausível – do ponto de vista de Gorbachev –, ela ocorre dentro de um contexto histórico de efervescência de movimentos nacionalistas, cujas demandas pediam por maior autonomia e que, na transição entre as décadas de 1980 e 1990, tornaram-se manifestações explicitamente separatistas.

A ala liberal do PCUS reparou essa nova correlação de forças e desde o princípio apresentou-se simpática às reivindicações das repúblicas. E, no transcurso da década de 1980, essa facção tornava-se gradativamente mais pró-capitalista, contribuindo para o enfraquecimento e deslegitimando o poder soviético ao se unir com as forças separatistas: “The strategy of Yeltsin tended to support all nationalist movements inside the republics and all conflicts with the centre, so as to weaken the position of Gorbachev and to strengthen the power of the opposition.” (ROLAND, 1993, p. 209).

A *glasnost*, de uma forma ou outra, permitiu que reclamações legítimas das repúblicas soviéticas fossem expressas com maior liberdade. Afinal de contas, sabe-se que a República soviética russa sempre foi a mais relevante no âmbito político-econômico¹⁸³. Todavia, apesar dos problemas, a estrutura Estado-partido representava a aglutinação das distintas nacionalidades dentro do contexto específico de transição socialista na União Soviética.

Ao quebrar o monopólio do PCUS, em direção a uma institucionalização de uma democracia liberal¹⁸⁴, toda a característica histórica de uma “estrutura de comando” – além da personificação do PCUS como guia da sociedade soviética – fragmenta-se e, ao se concentrar na presidência da URSS, Gorbachev na verdade acabou sendo uma figura sem nenhuma

¹⁸² “It was the unified Communist Party structure, rather than the institutions of the Soviet state, that bound the republics together.” (MILLER, 2016, p. 157).

¹⁸³ “Essas minorias [população não-russa], cuja população aumentava mais rapidamente, agora eram mais bem educadas e urbanizadas e não estavam dispostas a acatar um papel coadjuvante. Depois do rápido crescimento econômico e melhoria de vida no pós-guerra, desejavam novas conquistas.” (VISENTINI, 2021, p. 60).

¹⁸⁴ Mais tarde, ao revogar o monopólio político do PCUS, “The Law on Public Associations approved by the Supreme Soviet of the USSR in October 1990 gave legal recognition to a multi-party system.” (LANE, 2002, p. 122).

representatividade no âmbito das repúblicas. Ademais, essa desintegração não foi substituída por uma nova institucionalidade, prevalecendo uma espécie de “poder dual”, como em boa parte do ano de 1917 entre as revoluções de fevereiro e outubro.

O contexto de agravamento dos desequilíbrios econômicos ao final da década de 1980 – fragmentação da planificação econômica, pressões inflacionárias, perda de controle das políticas fiscal e monetária, entre outros – reforçava os conflitos entre as repúblicas, onde “[...] disputed the allocative decisions of the centre and protested by stopping delivery of planned output or by reducing these deliveries, thereby making shortages even more acute and reinforcing this implosive mechanism.” (*ibidem*, p. 210). Ademais, as desigualdades político-econômicas entre as repúblicas criavam um poder de barganha sobretudo à Rússia, o que poderia culminar na exacerbação das manifestações nacionalistas, chauvinistas, – crescimento da xenofobia, por exemplo – e, inevitavelmente, desaguar em conflitos diretos.

3.4. Revolução passiva de tipo I: ascensão de Bóris Yéltsin, decadência de Mikhail Gorbachev e o fim da União Soviética (1990-1991)

Segundo Simon (2010, p. 442), no tocante às transformações políticas da União Soviética, “The decisive moment, however, in the disintegration of the Soviet Union and the transformation of Gorbachev’s type II passive revolution into a type I came with the election of a Congress of People’s Deputies in each of the 15 Union republics in March 1990¹⁸⁵.”.

A partir dessas eleições, a autonomia relativa das repúblicas aumentaria substancialmente, podendo concretizar medidas político-econômicas sem o aval da União:

Spread over a period, each republican CPD declared its republic’s sovereignty and proceeded to pass legislation at odds with that emanating from the Kremlin (the so-called ‘war of laws’). The primary goal was to transfer economic resources and decision-making capacity from central to republican jurisdiction. (*ibidem*, p. 442).

Ou seja, as transformações pretendidas por Gorbachev, cuja necessidade do “comando de cima” era imprescindível para evitar caos social e a desintegração da planificação econômica, já não encontrariam na prática as pré-condições necessárias para realizá-las. Nestas

¹⁸⁵ “A type I passive revolution involves, ultimately, the supersession of feudal by capitalist relations of production, but at the cost of the development of an alliance between the bourgeoisie and the old feudal ruling class (‘revolution/restoration’) which hampers this transition and restricts the capacity of the bourgeoisie to exercise its hegemony.” (*ibidem*, p. 431). No caso soviético, pois, representaria a predominância das relações capitalistas de produção, ao custo de uma aliança da “nova burguesia” com parte das figuras do PCUS, personificadas na figura de Bóris Yéltsin.

eleições, “os ‘democratas’ (anticomunistas pró-mercado)¹⁸⁶ venceram em Moscou e Leningrado [duas das principais cidades da República Russa e da própria URSS], encontrando em Yéltsin seu decidido líder [...]” (VISENTINI, 2017, p. 126).

Com a eleição de Yéltsin para presidir o Congresso dos Deputados do Povo da Rússia¹⁸⁷, “Now in possession of an institutional framework, an embryonic state, and utilising nationalist rhetoric to unify different groups, Yeltsin forged ahead towards the establishment of Russian sovereignty” (SIMON, 2010, p. 442).

Aproveitando-se do aparato institucional russo, principal república soviética, Yéltsin declarou em junho de 1990 “[...] a supremacia das leis russas sobre as leis soviéticas e proclamou o controle de toda a propriedade existente dentro de suas fronteiras.” (POMERANZ, 2018, p. 148)¹⁸⁸. Não somente a Rússia, mas um conjunto de repúblicas aproveitaram essa clivagem histórica para declararem suas próprias soberanias em relação à União Soviética – mais tarde, a independência.

Todo esse processo foi facilitado pela aprovação ao final de 1989, para vigorar em março do ano subsequente, da Lei sobre a Propriedade, estipulando múltiplas formas de propriedades com funcionamento legal na União Soviética, inclusive a privada e a estrangeira. O entendimento era de que dever-se-ia eliminar o dogma da propriedade estatal dos meios de produção enquanto a mais elevada forma socialista de propriedade (BROWN, 2007, p. 140). Nesta lei, estipulou-se também a transmissão hereditária da terra, além de sua concessão em forma de posse aos cidadãos – para além das cooperativas –, ainda que esta permanecesse como propriedade estatal.

No momento histórico que esta lei foi promulgada, os movimentos nacionalistas e a oposição política ganhavam força; e, nesse contexto, deu-se maiores margens à concessão de posse, propriedade e utilização das estatais pelas repúblicas e demais regiões autônomas (POMERANZ, 1990; GORENDER, 1992). Em outras palavras, houve uma ampliação nas formas de propriedade vigentes no país que até então eram restritas à estatal (principalmente), à cooperativa e à individual, cujo comando foi estendido às repúblicas – neste caso, as empresas de propriedade estatal. Segundo Gorbachev, a lei visava acabar com o monopólio estatal, alterando a atuação do governo sobre a economia: de interferência direta nas unidades

¹⁸⁶ Como mostra Segrillo (2012, p. 217), em 1990 (fase de desintegração e restauração capitalista) a facção liberal [Grupo Interdistrital de Deputados], com quase todos os candidatos eleitos para o Congresso russo, já expressava claramente o desejo de transição ao capitalismo.

¹⁸⁷ Obteve 534 votos dos 1060 integrantes do congresso russo (ARBEX JÚNIOR, 1993, p. 34).

¹⁸⁸ Em outubro de 1990, o Parlamento russo aprovou uma lei que transferia o controle da maioria dos ativos dentro dessa república das mãos da União para as russas (HANSON, 2014, p. 228).

produtivas à regulação econômica (POMERANZ, 2018; ALBUQUERQUE, 2019). Porém, essas transformações aceleravam a desintegração da URSS:

Regional governments, especially those in ethnic minority regions, used their new autonomy to remit fewer taxes to the central government. Enterprise managers, meanwhile, took advantage of feuds among the political elite to seize control of their firms, often subverting Gorbachev's enterprise reforms in the process. Both of these tendencies further reduced the resources available to the central government, exacerbating the budget crisis and causing inflation to continue to spiral upward. (MILLER, 2016, p. 156)

As medidas econômicas engendradas ao longo da segunda metade da década de 1980, à medida em que pressionavam as contas governamentais – considerando uma estrutura de oferta incompatível com a evolução do déficit público, agravado pela não-transferência da arrecadação de recursos das repúblicas para a União –, o nível de preços e, conseqüentemente, as políticas fiscal e monetária do bloco soviético, relacionavam-se com os acontecimentos políticos à época de tal maneira que se criou uma complexa relação entre superestrutura e infraestrutura, cuja “economia de comando”, personificada no Partido Comunista da União Soviética, esfacelava-se a passos largos, sem que necessariamente mecanismos alternativos, como os de mercado, fossem consolidados para substituí-la (HOBSBAWM, 1994; POMERANZ, 2018): o então presidente da União Soviética estava no executivo de um órgão supranacional – que, como visto, não representava ninguém – enquanto que toda a infraestrutura econômica era partilhada entre as repúblicas.

Cabe ressaltar que a União Soviética, como explicitado por Hanson (2014, p. 235), era uma área de moeda única – rublo. Assim sendo, à medida em que as repúblicas adotavam políticas fiscais descoordenadas – todas tinham incentivos para aplicar políticas expansionistas, para que não ocorresse drenagem de recursos da superavitária para a deficitária –, seria impossível a existência de uma área monetária única. Em outras palavras, as políticas fiscal e monetária escapavam das mãos da União, pois deixaria de controlar a emissão da dívida soberana denominada na moeda de curso forçado que outrora emitia. Sem os instrumentos macroeconômicos necessários, a economia de comando já não seria capaz de adotar políticas econômicas, imperando o caos ao invés da ordem.

Aparentemente, a busca pela construção e reformulação do socialismo soviético já não estava entre os objetivos político-econômicos das lideranças soviéticas: no XXVIII Congresso do PCUS, realizado em julho de 1990, um dos principais pontos debatidos referia-se às maneiras a se atingir uma economia de mercado plena (MARTENS, 2018 [1991]) – seria o fim *de facto* da planificação, já em declínio, e a ascensão do mercado enquanto principal ente

alocador de recursos – e, assim, transitar ao modo de produção capitalista. A incerteza quanto ao futuro das repúblicas e da própria União engendrou uma espécie de corrida para a consolidação de um domínio regional e local, independentemente do futuro do socialismo na União Soviética¹⁸⁹.

Logo, em uma tentativa desesperada de manutenção no poder, Gorbachev nomeou pessoas da ala conservadora para cargos relevantes ao final de 1990, o que representaria uma guinada contrária, ainda que de curto prazo, às reformas pretendidas. Mais tarde, em maio do ano subsequente, retornou à ala liberal, com o objetivo de “[...] obter créditos dos países capitalistas para sustentar a economia soviética, já em processo acentuado de queda da produção e de grandes carências de bens de produção e de consumo.” (GORENDER, 1992, p. 91). Percebe-se que Gorbachev vacilava para manter posições políticas firmes e, ao tentar moderar (enquanto uma espécie de “mediador”) os conflitos de interesses no seio do poder soviético – ainda que se situasse no “[...] liberal side of the centre [...]” (BROWN, 2007, p. 128) –, acabava por desgastar ainda mais a sua imagem e autoridade enquanto líder¹⁹⁰.

Dentro do contexto de disputas políticas e do abandono definitivo da construção do socialismo, entre os anos de 1989 e 1990 debateu-se maneiras pelas quais a União Soviética poderia caminhar para uma economia de mercado e, definitivamente, consolidar o modo de produção capitalista. Duas propostas se sobressaíram: o Plano Abalkin-Rizhkov, cuja característica principal era a relativa gradualidade, com duração de aproximadamente dez anos; o Plano de 500 dias (ou Plano Shatalin) que, diferentemente do anterior, defendia uma espécie de “terapia de choque”. Porém, nenhuma delas foi adotada, devido às indefinições entre os políticos acerca da intensidade a ser adotada à instalação de uma economia efetivamente de mercado (GORENDER, 1992; POMERANZ, 2018).

3.4.1. Reforma Pavlov: o golpe econômico final

Após um período de discussões sobre os caminhos a serem seguidos, Gorbachev nomeia Valentin Pavlov – um dos representantes da ala conservadora do PCUS –, no dia 14 de janeiro de 1991, para a cadeira de primeiro-ministro da URSS, logo após a saída de Nikolai Rizhkov.

¹⁸⁹ “In the last two to three years of the Soviet era there was also some spontaneous adaptation by many existing party-state institutions as they began to hedge their bets on the future of the system and to protect their privileges and resources.” (BROWN, 1997, p. 133).

¹⁹⁰ Isso pode ser visto pelas opiniões das duas facções (conservadores e reformistas-liberais): “For the traditionalist, he has delegitimized the command system and provided an unacceptable and inadequate alternative in its place. For the reformers, he has appeared too indecisive: Eltsin in September 1989 pointed out that Gorbachev is ‘an advocate of constant compromise and one cannot win in politics by constant compromises.’” (LANE, 2002, p. 390).

Esta reforma monetária levada à cabo no último ano do bloco soviético também foi designada como “estabilização conservadora” (POMERANZ, 2018, p. 140), ou “mix of liberal remedies and controls” (HANSON, 2014, p. 233).

No dia 10 de janeiro de 1991, o até então Ministro das Finanças Valentin Pavlov havia dito que não haveria reforma monetária. Porém, doze dias depois, Mikhail Gorbachev assinou um decreto presidencial eliminando todas as notas de 50 e 100 rublos, emitidas desde 1961, obrigando os cidadãos soviéticos a trocarem as antigas notas por novas (menores) em um prazo de apenas três dias – entre 23 e 25 de janeiro – em uma quantia máxima de 1000 rublos¹⁹¹ para trabalhadores e 200 rublos para pensionistas; essas trocas, inclusive, poderiam ser realizadas nos locais de trabalho. Ademais, os saques mensais permitidos seriam restringidos a uma quantidade de 500 rublos, congelando as “poupanças excedentes”. (CARDANI, 1991; PROMOUVELKA, 2020).

A justificativa oficial para esta medida, conhecida como “Reforma Pavlov”, foi de que rublos falsos estavam sendo produzidos em território soviético por agentes estrangeiros. Dessa forma, Valentin Pavlov “[...] conducted a media campaign accusing Western banks of coordinating their efforts in order to cause disorder in the circulation of money in the Soviet Union.” (SPUTNIK, 2011). De uma forma mais ampla, “[t]he most emphasized in the press statements by the Authorities was the fight against the illegal economic activity and speculation.” (CARDANI, 1991, p. 451). Porém, as próprias medidas engendradas ao longo da *perestroika* viabilizaram um crescimento significativo da liquidez na economia soviética – para empresas e famílias –, incompatível com a estrutura de oferta de bens e serviços.

Durante os dois meses após o início da reforma, retirou-se de circulação cerca de 14 bilhões de rublos, equivalente à época a 10,5% da oferta monetária total e a 17,1% do planejado para retirada de circulação (SPUTNIK, 2011).

Porém, o dia mais marcante da Reforma Pavlov aconteceria no dia 2 de abril daquele mesmo ano, onde “[...] food, transport and utilities prices rose by 100-300%.” (SPUTNIK, 2011), enquanto “[...] wages increased only 20-30%.” (GEOHISTORY, 2014). Provavelmente julgando pela insuficiência do confisco para o ajuste do excesso monetário, a elevação abrupta

¹⁹¹ “[...] those workers who wanted to exchange more than a month’s pay, a maximum of 1,000 rubles, would have to explain the origins of their money and why they kept it in cash, not in a savings bank. Committees would assess each case, and tax collectors and the KGB security police would investigate.” (LOS ANGELES TIMES, 1991). Link para colocar nas referências depois: <https://www.latimes.com/archives/la-xpm-1991-01-24-mn-987-story.html>. Acesso em 26 de novembro de 2021.

dos preços¹⁹², que foi promulgada em 18 de fevereiro de 1991, na verdade acentuou os problemas referentes à escassez e ao poder de compra dos soviéticos¹⁹³, dificultando a satisfação das necessidades mais básicas da população, já prejudicadas há anos. Ao final de 1991, estima-se que a Reforma Pavlov contribuiu para que os preços subissem cerca de 7,8 vezes, o que significaria uma taxa mensal de inflação de 50% (CARDANI, 1991; SPUTNIK, 2011).

Dentro da estratégia da Reforma Pavlov, houve dois momentos de alterações nos preços. Em janeiro de 1991, liberou-se o aumento de 40% dos preços de atacado e impôs um imposto sobre vendas de 5% (HANSON, 2014, p. 232); em abril, os preços de varejo poderiam aumentar, cujos bens e serviços foram divididos em três grupos:

A first group of prices, numbering to more than a half of the total, were simply raised to a new, administratively fixed level. Many food prices, including necessities, are included in this group. A second group of retail prices, totalling around one third, were freed, and now are to be fixed by negotiation between producers and retailers, with a maximum retail mark-up of 20% over the wholesale price. The remaining small group of prices are freed. (CARDANI, 1991, p. 457)

O lapso temporal de três meses entre a liberalização dos preços de atacado e varejo elevou os gastos com os subsídios aos últimos. Ademais, as repúblicas flexibilizaram a gama de produtos considerados como bens de luxo a serem elevados, prejudicando o orçamento da União e a alocação de recursos (HANSON, 2014).

Uma outra preocupação dessa reforma – e de todas as outras propostas – consistia no controle e na diminuição do déficit público. Todavia, as metas concretas eram um tanto quanto vagas, sobretudo no tocante aos gastos militares (CARDANI, 1991). Evidentemente, neste caso, dever-se-ia considerar a força política do complexo industrial-militar e nas dificuldades intrínsecas para a realização de cortes desses gastos.

Não obstante, a retirada parcial de liquidez com o confisco foi facilmente revertida pela emissão monetária para financiar o crescente déficit público, sobretudo em um contexto histórico de grandes atritos entre as repúblicas e a União acerca dos seus respectivos orçamentos – cada república estava adotando políticas fiscais específicas¹⁹⁴ e, considerando uma realidade

¹⁹² A Reforma Pavlov pretendia implementar a total liberalização de preços até o final de 1992 (CARDANI, 1991, p. 468).

¹⁹³ A compensação de renda pelo aumento dos preços, como a reavaliação dos depósitos bancários de até 200 rublos em 40% – o que excedia esse valor teria uma remuneração de 7% por três anos –, reajuste salarial de no mínimo 60 rublos por mês e isenção tributária para empresas e consumidores (CARDANI, 1991, p. 459), geraram uma espiral inflacionária incontrolável.

¹⁹⁴ “If a republic ran a budget deficit, this increased aggregate demand in that republic. If another republic tried to run a tight fiscal policy, controlling the aggregate demand of its households and firms, output would flow from the

cuja moeda de curso forçado era única, a instabilidade macroeconômica explodiu (HANSON, 2014) –, minando completamente a confiança dos cidadãos sobre as políticas da URSS. As estimativas são de que o déficit orçamentário no último ano da União Soviética atingiu uma magnitude entre 20 e 30% do PIB (SPUTNIK, 2011; MILLER, 2016, p. 148), além de uma queda na atividade econômica em 9% – considerando o PML (SEGRILLO, 2012, p. 208).

Resumidamente, a Reforma Pavlov selou a total desconfiança dos cidadãos soviéticos nas instituições político-econômicas da URSS. Sem dúvida alguma, este episódio traumático colocou mais força aos movimentos separatistas e legitimou a desintegração da União, mesmo após a aprovação de um novo tratado, como se verá a seguir.

3.4.2. O Tratado da União: o golpe político final

A fim de preservar o seu controle sobre a União Soviética, Mikhail Gorbachev propôs um novo “Tratado da União”, que reconfiguraria as relações entre as repúblicas e a União Soviética. Nesta proposta, havia o reconhecimento de independência às repúblicas soviéticas, ainda que a preservação da unidade da União Soviética enquanto um país socialista multiétnico fosse requerida; dessa forma, haveria maior autonomia política das repúblicas soviéticas e uma repartição – proporcional a cada população – do controle acionário do patrimônio econômico da URSS¹⁹⁵. Para conseguir apoio, criou-se o cargo de Presidente da Rússia em abril de 1991, cuja vitória foi de Yéltsin em maio do mesmo ano com 57% (GORENDER, 1992; HOBSBAWM, 1994; POMERANZ, 2018).

Antes da aprovação oficial, colocou-se em plebiscito o Tratado da União. Mesmo com o boicote de seis repúblicas – Estônia, Letônia, Lituânia, Moldávia, Armênia e Geórgia –, as que participaram englobavam cerca de 93% da população soviética; o “sim” venceu com 76,4% (POMERANZ, 2018, p. 149). Realizado em março de 1991, o compromisso das nove repúblicas para a assinatura ocorreria em 20 de agosto do mesmo ano. Após conversas, negociações e mudanças realizadas no Tratado, feitas até julho de 1991, concordou-se que o bloco soviético chamar-se-ia “União das Repúblicas Soberanas Soviéticas”, onde cada república seria considerada “[...] ‘sovereign, federal, democratic state, formed as a result of the association of equal republics and exercising state power within the limits of its powers, which are voluntarily

second republic to the first: there would be an outflow of resources. [...] As long as some republics behaved as spendthrifts, it made no sense for any other republic to attempt fiscal prudence.” (ibidem, p. 235).

¹⁹⁵ Ademais, “[...] [O Tratado da União] pretendia preservar a existência de um poder federal central (com um presidente federal eleito diretamente) no comando das Forças Armadas, da política externa, da coordenação da política financeira e das relações econômicas com o resto do mundo.” (HOBSBAWM, 1994, p. 478).

vested in it by the parties to the treaty’.” (LANE, 2002, p. 227). Ainda que a autonomia fosse necessária, já não se propunha mais uma União de repúblicas socialistas¹⁹⁶, o que reforça o argumento pela busca do *status quo* regional.

No entanto, um dia antes de sua assinatura, elementos da ala conservadora¹⁹⁷ formaram um Comitê Estatal para o Estado de Emergência (CEEE), cujo objetivo fundamental era evitar o colapso da União Soviética – e não especificamente retirar Gorbachev do poder, ainda que isto não possa ser descartado. A palavra “golpe” talvez não seja muito adequada para qualificar o evento, porque “[...] era o uso de um dispositivo legal pelo próprio governo.” (VISENTINI, 2017, p. 128), além de que “[...] ninguém foi preso em Moscou, nem mesmo as estações de rádio e TV foram tomadas [...]” (HOBSBAWM, 1994, p. 478).

Todavia, o evento foi a consagração de Bóris Yéltsin que, em articulação com os meios de comunicação e demais potências ocidentais – inclusive com o presidente estadunidense George Bush –, conseguiu desmobilizar os movimentos do CEEE após dois dias. As movimentações políticas do futuro presidente da Rússia pós-soviética foram facilitadas pela abstenção e opiniões contrárias dos líderes das repúblicas soviéticas no tocante à CEEE – com exceção da liderança do Azerbaijão (RODRIGUES, 2006, p. 262). Yéltsin, ao ignorar o plebiscito do início do ano acerca do novo Tratado da União, aproveitou para liquidar todo o patrimônio da URSS, suspender as atividades do PCUS e dominar completamente a Rússia – que passaria logo depois pela experiência, extremamente traumática, da terapia de choque. Na realidade, se se quer tratar o evento como um golpe, o mais apropriado seria atribuí-lo à atitude de Yéltsin.

A renúncia de Mikhail Gorbachev como presidente da URSS ocorreu dia 25 de dezembro de 1991; contudo, o poder central já não existia concretamente há algum tempo, sobretudo com os desencadeamentos das transformações políticas engendradas entre o final da década de 1980 e início da subsequente.

¹⁹⁶ “The proposed treaty whose wording was significantly ‘deideologized’ has the following components: human rights rather than Marxism-Leninism is to be an ideological basis of the relations between republics. References to socialism have been dropped; [...]” (*ibidem*, p. 227)

¹⁹⁷ “Na estância balneária onde se encontrava em férias, Gorbachev foi informado das tratativas e aconselhado a passar temporariamente o poder ao vice-presidente, Guennadi Ianaev, que proclamaria a lei marcial, poria ordem e evitaria o colapso do Estado. ‘Nada lhe é exigido, faremos todo trabalho sujo por você’, disse-lhe Oleg Blakanov, do Conselho de Defesa. Além deles, o comitê era integrado pelo primeiro-ministro Valentim Pavlov, por Tizyakov (da Associação de Empresas Estatais), Vladimir Kryuchkov (chefe da KGB e discreto idealizador da ação), Dimitri Yazov (Ministro da Defesa), e Vassily Starodubtsev (da União dos Agricultores Soviéticos).” (VISENTINI, 2021). Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/nerint/o-golpe-de-moscou-de-19-de-agosto-de-1991-e-o-fim-da-urss/>>. Acesso em 25 de novembro de 2021.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante o transcurso da pesquisa, pretendeu-se analisar minuciosamente o conjunto de medidas político-econômicas da *perestroika*, cujo pretexto inicial era o aperfeiçoamento do socialismo soviético. O principal resultado, entretanto, foi a desintegração da maior experiência socialista do século passado. Nesse sentido, a grande questão centra-se no momento em que a *perestroika* deixou de representar uma etapa histórica dentro do contexto de transição socialista e, ao contrário, engendrou as bases para o retorno ao modo de produção capitalista.

A necessidade de mudanças, na década de 1980, tornou-se extremamente latente. O modelo de crescimento econômico extensivo esgotou-se e a passagem para o intensivo se apresentava como uma urgência. Ademais, a própria institucionalidade específica da planificação econômica soviética – que, durante algum tempo, ajudou a União Soviética a dar um grande salto industrializante e se tornar uma das grandes potências mundiais – tornou-se problemática e, portanto, obsoleta, na medida em que as relações contraditórias entre a produção e a apropriação do excedente econômico desincentivam os processos de inovações e a própria produção em si, ainda que estas ocorressem no complexo militar com bastante frequência. Ademais, a economia de comando soviética propiciou a formação de uma burocracia que, por estar dotada de privilégios, impedia transformações político-econômicas mais incisivas e, durante décadas, travavam avanços mais significativos nos processos de socialização da riqueza e da política.

A edificação do socialismo na antiga União Soviética não pode ser entendida sem considerar as relevantes transformações socioeconômicas do século passado, sobretudo no que tange aos fenômenos da globalização e desregulamentação financeira. Inserida dentro deste contexto histórico, o bloco soviético – o campo socialista como um todo – se viu pressionado a abrir ainda mais a sua economia, ficando gradativamente mais suscetível às flutuações internacionais de comércio e liquidez. Ao contrário do que ocorreu durante os primeiros planos quinquenais – onde um relativo desenvolvimento autárquico foi possível –, a *perestroika* deveria inserir o país de maneiras menos penosas para que, além de se adaptar aos novos tempos, a construção do socialismo não fosse abandonada. A consequência fundamental desse processo foi a reprimarização da pauta exportadora soviética: em momentos de bonança, as divisas oriundas dos petrodólares eram abundantes, elevando a capacidade de importação da URSS e retardando as reformas estruturais; quando o preço caiu na segunda metade da década de 1980, pressionou-se as contas públicas e o balanço de pagamentos, prejudicando processos

necessários de substituição de importações e, portanto, de desenvolvimento das forças produtivas e da satisfação das necessidades dos cidadãos soviéticos.

Os fatores externos à União Soviética, notadamente a Guerra Fria, pressionavam fortemente a sua economia. Na transição das décadas de 1970 e 1980, período onde já mostrava esgotamento do seu modelo de crescimento, os Estados Unidos lançaram uma nova ofensiva armamentista que, entre outros objetivos, visava desgastar a economia soviética até levá-la ao colapso. Nesse sentido, os esforços de Gorbachev por uma política de paz foram corretos, a fim de transferir recursos do setor militar para a indústria civil e, dessa maneira, tentar aprimorar a qualidade de vida dos cidadãos soviéticos; mas, a contrapartida fundamental seria abandonar a posição de superpotência conquistada após a Segunda Guerra Mundial e, dessa maneira, o bloco socialista a nível mundial não poderia contar com o apoio político-econômico soviético – na segunda metade do ano de 1989, os regimes socialistas dos países do Leste Europeu foram abaixo em uma velocidade impressionante, sem qualquer tipo de contenção soviética como em tempos anteriores.

As medidas político-econômicas da *perestroika* que, a princípio, pretendiam aperfeiçoar o socialismo soviético e resolver os principais problemas que assolavam o país, levaram a um retorno ao modo de produção capitalista. Em outras palavras, as transformações econômicas exigiram respostas políticas adequadas à pretensão da reformulação do socialismo soviético, algo que, do ponto de vista da continuidade do sistema, mostrou-se falho.

Em primeiro lugar, Gorbachev não detinha um conjunto de políticas pré-determinadas a serem implementadas, tanto é que a primeira fase da *perestroika* não se diferenciava substancialmente das demais reformas: questões como os elevados investimentos, a preocupação no que diz respeito à disciplina dos trabalhadores e o estabelecimento do trabalho individual não se apresentavam como elementos novos. O foco na modernização ao invés da expansão do estoque de capital fixo – estratégia predominante ao longo da história do país – impedia um aumento expressivo na oferta de bens e serviços em relação ao nível de investimento realizado, por mais que problemas de anos anteriores como a diminuição da utilização da capacidade instalada fossem reais; não obstante, essa estratégia não obteve êxito no reequipamento da capacidade produtiva soviética.

A segunda fase da *perestroika* englobou a ofensiva de Gorbachev para mudar o modelo socioeconômico soviético. Para isso, investiu pesadamente no campo político (*glasnost*) sob a premissa de que transformações econômicas eram inseparáveis das políticas – no caso

soviético, o objetivo seria desgastar a burocracia para avançar nas reformas pretendidas. Ainda que este entendimento seja verídico e que ambas eram primordiais à realidade soviética no sentido de aperfeiçoar os processos de socialização da riqueza e da política, o ex-secretário-geral se viu encurralado em disputas personalistas contra Bóris Yéltsin, cujo desfecho foi favorável ao segundo. Essas disputas levaram à perda do controle do poder político por parte do PCUS, iniciado por um processo de perda de legitimidade e processos de autocrítica que levaram, na verdade, à autofagia do Partido.

De qualquer forma, foi neste período que houve também uma maior tentativa de institucionalização de um mercado, cujo objetivo-chave *a priori* seria auxiliar a planificação econômica na alocação de recursos – isto é, estaria mais ou menos subordinado às diretrizes da planificação. As resistências, nesse sentido, foram significativas, sobretudo por parte dos gerentes das estatais e políticos pertencentes à burocracia soviética em geral. A incoerência entre as leis – LEE e LSC – não sinalizavam com exatidão os espaços de atuação dos agentes em geral, edificando uma complexa estrutura de funcionamento da economia. Não obstante, a amplificação da autonomia das empresas – sobretudo as cooperativas – foi lançada em um contexto de grandes dificuldades pelo lado da oferta; dessa maneira, os acréscimos de liquidez resultaram na formação de poupanças forçadas, agravando os desequilíbrios macroeconômicos – aumentos tanto do déficit governamental quanto do superávit da população.

Ao invés de superar as contradições entre produção e apropriação do excedente econômico vigentes até então, estas apenas se transformaram: o excedente passou a ser apropriado privadamente – anteriormente, pelas necessidades do Estado soviético em realizar o conjunto de políticas econômicas dentro do contexto de transição socialista, eram absorvidas em grande parte pela União – e as empresas se viram incentivadas a maximizarem os lucros – ainda que este ponto em específico fosse obscurecido pela fraca institucionalidade de mecanismos de mercado à época.

Não se trata em condenar o aumento da autonomia das empresas soviéticas, mas da maneira específica que se desenrolou ao longo da década de 1980. A planificação herdada dos tempos stalinistas – que, ao longo dos anos, passou por mudanças conjunturais – não foi substituída por uma nova institucionalidade capaz de englobar as exigências daquele momento histórico – década de 1980. Ficou evidente que a complementaridade exigida à época entre planejamento econômico e mecanismos de mercado não foi concretizada, criando-se um ambiente extremamente instável, onde a planificação já não funcionava e as empresas atuavam

de maneira unicamente especulativa – houve o predomínio dos interesses individuais das frações que, *a posteriori*, tornaram-se a nova burguesia russa e das demais repúblicas.

As transformações institucionais no campo político são fundamentais para compreender tanto o abandono da construção do socialismo quanto a dissolução da União Soviética – enquanto federação em si. Como visto, o socialismo soviético foi edificado com base em uma “economia de comando” liderada pelo Partido Comunista que, inclusive, era a instituição aglutinadora das diversas nacionalidades. À medida em que Gorbachev tentou transferir a sua legitimidade política a um Estado supranacional, substituindo aquela pautada pelo Estado-partido, o ex-secretário-geral simultaneamente destruiu a capacidade de comando econômico “de cima” – sobretudo do controle da política fiscal e, em decorrência disso, do cumprimento dos objetivos lançados ao início do governo – e cimentou espaços para movimentos nacionalistas que, com o tempo, tornaram-se explicitamente anticomunistas. Em decorrência disso, o esfacelamento a passos largos da União obrigou os altos escalões do Partido a procurarem se estabelecer regionalmente para manter o controle político-econômico sob o modo de produção capitalista.

Ou seja, políticas engendradas durante o período Gorbachev que, a princípio, buscavam reformar o socialismo soviético, criaram as pré-condições à sua destruição. Houve a promoção de políticas econômicas sob um contexto onde a estrutura de oferta soviética não suportaria os volumosos acréscimos de liquidez, pressionando as contas públicas, o sistema planificado de preços e a alocação de recursos e, conseqüentemente, a satisfação das necessidades – inclusive as mais elementares – dos soviéticos e da própria construção do socialismo.

O distanciamento temporal em relação à experiência soviética permite aos pesquisadores e demais interessados uma análise mais apurada dos acontecimentos, sobretudo no tocante ao último governo. Todavia, trata-se de um tema em aberto e, portanto, fértil para intermináveis embates críticos e, com isso, novas descobertas e polêmicas inevitavelmente emergirão nos próximos anos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGANBEGUIAN, A. G. *A revolução na economia soviética: a Perestroika*. 2. ed. Lisboa: Europa-América, 1987.

ALBUQUERQUE, C. Gorbachev as a Thinker: The Evolution of Gorbachev's Ideas in Soviet and Post-Soviet Times. In: SEGRILLO, A. et al. *Karl Marx and Russia: pre-socialist, socialist and post-socialist experiences and visions*. São Paulo: USP, p. 75-102, 2019.

ALLEN, R. C. The Rise and Decline of the Soviet Economy. *The Canadian Journal of Economics / Revue Canadienne d'Économique*, v. 34, n. 4, [Wiley, Canadian Economics Association], p. 859–81, 2001.

ALMEIDA JÚNIOR, A. C.; GERMER, C. A estratégia de desenvolvimento da União Soviética: prioridade ao departamento I. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*. Niterói, v. 41, p. 124-149, 2015.

ANDERSON, P. *Duas revoluções: Rússia e China*. São Paulo: Boitempo, 2018.

ARBEX JÚNIOR, J. *Revolução em 3 tempos*. São Paulo: Moderna, 1993.

BETTELHEIM, C. *Planificação e crescimento acelerado*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

BIRMAN, I. The Financial Crisis in the USSR. *Soviet Studies*, vol. 32, no. 1, [Taylor & Francis, Ltd., University of Glasgow], p. 84–105, 1980.

BOETTKE, P. J. *Calculation and coordination: essays on socialism and transitional political economy*. Londres: Routledge, 2001.

BROWN, A. *The Gorbachev Factor*. Nova Iorque: Oxford University Press, 1997.

_____. *Seven years that changed the world: perestroika in perspective*. Nova Iorque: Oxford University Press, 2007.

BUKHARIN, N. *ABC do comunismo*. São Paulo: Global Editora. Coleção Bases, 1920 [1980].

CANO, W. Notas sobre a crise da URSS. *Economia E Sociedade*, v. 9, n. 1, p. 203-210, 2000.

CARCANHOLO, M. *Lei do Valor e a Economia Soviética: implicações para o debate sobre a transição*. Disponível em: [https://www.academia.edu/34966890/lei do valor e economia sovi%C3%A9tica pdf](https://www.academia.edu/34966890/lei_do_valor_e_economia_sovi%C3%A9tica_pdf). Acesso em: 20/09/2021.

CARDANI, A. M. Recent developments of the economic reform in the USSR. *Il Politico*, v. 56, n. 3, Rubbettino Editore, p. 443–71, 1991.

COTRIM, L. A Revolução Russa e o pós-capitalismo. *Verinotio*, Belo Horizonte, v. 12, n. 23, 2017.

DHEIN, R. J. *A dinâmica da economia, as políticas econômicas e as relações de produção da União Soviética no período de 1945 a 1991*. 34 f. TCC (Graduação) – Curso de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Santa Maria, 2015.

DUARTE, P. H. E.; MARTINS, F. M. S. De Lênin a Stálin: a consolidação do planejamento econômico na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. In: *XXIV Encontro Nacional de Economia Política*. Vitória, SEP. Anais do XXIV Encontro Nacional de Economia Política, 2019.

_____. Planejamento econômico na Guerra Fria: a economia soviética no período 1953-1989. In: *XXV Encontro Nacional de Economia Política*. Goiás, SEP. Anais do XXV Encontro Nacional de Economia Política, 2020.

ENGELS, F. *Do socialismo utópico ao socialismo científico*. E-book Kindle, 1880.

_____. *Princípios do comunismo*. São Paulo: Global Editora. Coleção Bases, 1847 [1980].

FERNANDES, F. (org.) *Lenin*. São Paulo: Ática. Coleção Grandes Cientistas Sociais, 1978.

FORESTIER-PEYRAT É., IRONSIDE K. The Communist World of Public Debt (1917–1991): The Failure of a Countermodel?. In: Barreyre N., Delalande N. (eds) *A World of Public Debts*. Palgrave Studies in the History of Finance. Palgrave Macmillan, Cham, p. 317-345, 2020.

FRANCISCON, M. W. *Mercado e iniciativa privada na União Soviética*. Analecta (UNICENTRO), Guarapuava, v. 14, n. 1, 2013.

FREEMAN, C. “*The National System of Innovation in historical perspective*”. Inglaterra: Cambridge Journal of Economics, Cambridge: Academic Press Limited, n.19, p. 5-24, 1995.

GERRATANA, V. Estado socialista e capitalismo de Estado. In: BERTELLI, Antonio Roberto (org.). *A Nova Política Econômica*. São Paulo: Global Editora, p. 11-60. Coleção Bases, 1987.

GILL, G. *Symbols and Legitimacy in Soviet Politics*. Nova Iorque: Cambridge University Press, 2011.

GOKHBERG, L. *R&D statistics in Russia: changes and challenges*. Rússia: Centre for Science, Research and Statistics, 1999.

GOMES, L. H. M. *O modelo stalinista de planificação econômica*. 11º Congresso Brasileiro de História Econômica. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, p. 1-25, 2015.

GORENDER, J. *O fim da URSS: Origens e fracasso da perestroika*. São Paulo: Atual, 1992.

HANSON, P. *The rise and fall of the Soviet economy: an economic history of the USSR from 1945*. Nova Iorque: Routledge, 2014.

HARRISON, M. *Soviet Economic Growth Since 1928: the Alternative Statistics of G.I. Khanin*. Europe-Asia Studies, v. 45, n. 1, p. 141-67, 1993.

HOBBSAWN, E. *A era dos extremos – O breve século XX, 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

HOLMES, L. “Perestroika: A Reassessment.” *Europe-Asia Studies*, v. 65, n. 2, Taylor & Francis, Ltd., p. 186–97, 2013.

HUA, S. The Deng Reforms (1978-1992) and the Gorbachev Reforms (1985-1991) Revisited: A Political Discourse. *Problems of Post-Communism*, v. 53, n. 3, p. 3-16, 2006.

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL – FMI. *A Study of the Soviet Economy. 3-volume set*. USA: International Monetary Fund, 1991.

ISLAM, N. Was the Gradual Approach Not Possible in the USSR? A Critique of the Sachs-Woo ‘Impossibility Hypothesis’. *Comparative Economic Studies*. Palgrave Macmillan, v. 53, n. 1, p. 83-147, 2011.

KALECKI, M. *Crescimento e ciclo das economias capitalistas*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, Coleção Teoria Contemporânea. Tradução e organização por Jorge Miglioli, 1977.

_____. *Introdução à teoria do crescimento em economia socialista*. São Paulo: Brasiliense, 1969 [1982].

KIM, B.-Y. Causes of Repressed Inflation in the Soviet Consumer Market, 1965-1989: Retail Price Subsidies, the Siphoning Effect, and the Budget Deficit. *The Economic History Review*, v. 55, n. 1, [Economic History Society, Wiley], p. 105–27, 1980.

KNIGA, M. *Manual de Economia Política*. Rio de Janeiro: Editorial Vitória Ltda. Academia de Ciências da URSS, 3. ed., 1961.

LANE, D. *Soviet society under Perestroika*. Londres: Taylor & Francis e-Library, 2002.

LANGE, O. *Ensaio sobre planificação econômica*. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

LÊNIN, V. I. Sobre o Plano Econômico Único. In: LÊNIN, V.I. (1977), *Obras Escolhidas*. Lisboa, Edições “Avante!”, p. 463-469, 1921 [1977].

_____. Sobre o imposto em espécie: o significado da Nova Política Econômica e suas condições. In: BERTELLI, Antonio Roberto (org.). *A Nova Política Econômica*. São Paulo: Global Editora, p. 231-252. Coleção Bases, 1921 [1987].

_____. *O Estado e a Revolução*. São Paulo: Boitempo, 1917 [2017].

LOSURDO, D. *Fuga da História? A revolução russa e a revolução chinesa vistas de hoje*. Rio de Janeiro: Revan, 2004.

LUDWIG, E. *Stálin*, 1920 [1943]. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/stalin/biografia/ludwig/constituicao.htm>. Acesso em: 22/09/2021.

MADDISON, A. *Maddison Database 2010*, 2010. Disponível em: <https://www.rug.nl/ggdc/historicaldevelopment/maddison/releases/maddison-database-2010>. Acesso em: 17/12/2021.

MANDEL, E. *Socialismo x Mercado*. São Paulo: Ensaio. Tradução de José Almeida de Souza Júnior, 1991.

MARTENS, L. *A URSS e a Contrarrevolução de Veludo*. 2. ed., 1991 [2018]. Disponível em: <https://www.novacultura.info/urss-contrarrevolucao-de-veludo>.

MARTINS, F. M. S. *De Lênin a Gorbachev: o planejamento econômico na União Soviética*. 81 f. TCC (Graduação) – Curso de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Uberlândia, 2019.

MARX, K.; ENGELS, F. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Martin Claret, 2. ed., 1848 [2012].

_____. *Lutas de classes na Rússia*. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, K. *O Capital – crítica da economia política*. Volumes I e II. São Paulo: Nova Cultural. Coleção Os Economistas, 1867 [1996].

_____. *Crítica do Programa de Gotha*. São Paulo: Boitempo. Coleção Marx-Engels. E-book Kindle, 1875 [2012].

MEDEIROS, C. A. A Economia Política da Transição na Rússia. In: André de Gustavo Miranda de Pineli Alves. (Org.). *Uma Longa Transição: Vinte Anos de Transformações na Rússia*. v. 1, p. 13-39, 2011.

MÉSZÁROS, I. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. São Paulo: Boitempo, 2011.

MIGLIOLI, J. (org.). *Kalecki*. São Paulo: Ática, 1980. Coleção Grandes Cientistas Sociais, 1980.

_____. *Introdução ao planejamento econômico*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MILLER, C. *The struggle to save the soviet economy: Mikhail Gorbachev and the collapse of the USSR*. Carolina do Norte: The University Of North Carolina Press, 2016.

MOREIRA, R. *A rodada socialista: a experiência de sociedade e transição socialista na URSS, China e Cuba*. Rio de Janeiro: Consequência, 2017.

NATAL, J. A. S. L. *União Soviética: Da Nova Política Econômica (NEP) à construção do “socialismo num só país”*. Revista Cronos, v. 14, n. 1, p. 105-126. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2013.

NETTO, J. P. *O que é stalinismo*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

_____. *Democracia e transição socialista: escritos de teoria e política*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.

_____. *Crise do socialismo e ofensiva neoliberal*. S. Paulo: Cortez, 1995.

OLIVEIRA, C. A. B. de. *Processo de industrialização: Do capitalismo originário ao atrasado*. São Paulo: Editoria Unesp, 2002.

POMERANZ, L. (org.). *Oskar Lange*. São Paulo: Ática. Coleção Grandes Cientistas Sociais, 1981.

_____. O investimento estrangeiro na URSS. *RAE – Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v. 29, n. 3, p. 67-71, 1989.

_____. *Perestroika: Desafios da Transformação Social na URSS*. São Paulo: EDUSP, 1990.

_____. *Do socialismo soviético ao capitalismo russo*. Cotia: Ateliê Editoria, 2018.

POPOV, V. *Mixed fortunes: an economic history of China, Russia, and the West*. Nova Iorque: Oxford University Press, 2014.

PROMOUVELKA. *Pavlov exchange money. Reform of empty pockets. Cash reforms in the USSR*, 2020. Disponível em: <https://promouvelka.ru/en/pavlov-obmen-deneg-reforma-pustyh-karmanov-denezhnye-reformy-v-sssr/>. Acesso em: 25/11/2021.

RANGEL, I. M. O Quatro Ciclo de Kondratiev. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 10, n. 4, p. 30-43, 1990.

REIS FILHO, D. A. *A Revolução Russa 1917-1921*. São Paulo: Brasiliense, 4. ed., 1989.

_____. *As Revoluções Russas e o Socialismo Soviético*. São Paulo: Editoria Unesp, 2003.

_____. *URSS: O socialismo real (1921-1964)*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

RODRIGUES, R. P. *O colapso da URSS: um estudo das causas*. Tese (Doutorado) – História Econômica, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

ROLAND, G. The political economy of transition in the Soviet Union. In: *EUROPEAN ECONOMY-COMMISSION OF THE EUROPEAN COMMUNITIES*, n. 49, p. 197-216, 1993.

ROSSETTI, J. P. *Política e programação econômicas*. São Paulo: Atlas, 1981.

SAMPAIO JÚNIOR, P. A. Por que voltar a Lênin? Imperialismo, barbárie e revolução. In: LÊNIN, V. *Imperialismo, etapa superior do capitalismo*. Campinas: Navegando Publicações, p. 7-101, 2011.

SEGRILLO, A. *Os Russos*. São Paulo: Editora Contexto, 2012.

SHMELEV, N.; POPOV, V. *The turning point: revitalizing the Soviet economy*. Nova Iorque: Doubleday, 1989.

SIMON, R. Passive revolution, perestroika, and the emergence of the new Russia. *Capital & Class*. Reino Unido, p. 429-448, 2010.

SPUTNIK. *The 1991 Monetary Reform in the Soviet Union*, 2011. Disponível em: <https://sputniknews.com/20110202/162419049.html>. Acesso em: 25/11/2021.

STÁLIN, J. *Problemas Econômicos do Socialismo na URSS*. Rio de Janeiro: Editorial Vitória, 1953. Disponível em: <http://www.marxists.info/portugues/stalin/1952/problemas/index.htm>. Acesso em: 15/02/2021.

UNIVERSITY, B. *Constituição Soviética de 1977*, 1996. Disponível em: <http://www.departments.bucknell.edu/russian/const/1977toc.html>. Acesso em 22/09/2021.

VASCONCELOS, J. S. Controvérsias econômicas da transição soviética (1917-1929). *Verinotio*, v. 9, n. 18, Belo Horizonte, 2014.

VISENTINI, P. (org.). *A Revolução Soviética: O Socialismo num só país*. São Paulo: Mercado Aberto, 1989.

_____. *Os Paradoxos da Revolução Russa: ascensão e queda do socialismo soviético (1917-1991)*. Rio de Janeiro: Alta Books, 2017.

_____. *O Golpe de Moscou de 19 de agosto de 1991 e o fim da URSS*, 2021. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/nerint/o-golpe-de-moscou-de-19-de-agosto-de-1991-e-o-fim-da-urss/>. Acesso em 25/11/2021.

_____. *Por que o socialismo ruiu?: de Berlim a Moscou 1989-1991*. São Paulo: Edições 70. E-book Kindle, 2021.